



# CARREGAL DO SAL

## Sustentabilidade e Ambiente PLANO SETORIAL

Plano Estratégico de Carregal do Sal (D03)



# CARREGAL DO SAL

## Sustentabilidade e Ambiente

### PLANO SETORIAL

Plano Estratégico de Carregal do Sal (D03)



## ÍNDICE

1.	Introdução.....	1
1.1.	Objetivos.....	1
1.2.	Metodologia.....	2
2.	Caraterização do concelho no domínio da sustentabilidade e ambiente.....	4
2.1.	Agenda 21 Local – um processo em construção.....	4
2.2.	Proteção do ambiente.....	6
2.3.	Infraestruturas básicas.....	11
2.3.1.	Sistema de abastecimento de água.....	12
2.3.2.	Sistema de drenagem de águas residuais.....	14
2.3.3.	Resíduos Sólidos Urbanos.....	15
2.4.	Energia.....	17
2.5.	Obras públicas.....	24
2.6.	Síntese.....	30
3.	Análise SWOT integrada.....	32
4.	Estratégia municipal.....	41
4.1.	Introdução.....	41
4.2.	Visão de futuro.....	42
4.3.	Eixos transversais e de especialização.....	45
4.3.1.	Sustentabilidade e ambiente.....	47
4.3.2.	Ordenamento do território e qualidade urbana.....	49
4.3.3.	Emprego e competitividade.....	51
4.3.4.	Educação e inclusão social.....	54
4.3.5.	Turismo e cultura.....	55
4.3.6.	Setor agroflorestal.....	58
5.	Plano de ação setorial no domínio da sustentabilidade e ambiente.....	60
5.1.	Carteira de projetos e ações prioritárias.....	60
5.2.	Estimativa de investimento e possíveis fontes de financiamento.....	106
5.3.	Cronograma de execução.....	110
5.4.	Condicionantes a ter em consideração.....	111
6.	Modelo de gestão e implementação.....	112
7.	Metas de sucesso no horizonte 2025.....	115
8.	Anexo.....	118

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Metodologia de trabalho .....	2
Figura 2. Trabalhos de preparação da Agenda 21 Local .....	6
Figura 3. Superfície florestal (milhares de ha) da região Centro e tipo (superfície florestal) .....	7
Figura 4. Número de incêndios florestais no concelho de Carregal do Sal .....	8
Figura 5. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.).....	16
Figura 6. Emissões de CH <sub>4</sub> e CO <sub>2</sub> eq, incluindo fontes naturais em 2009 .....	19
Figura 7. Evolução do consumo de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.).....	20
Figura 8. Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis (GWh) .....	22
Figura 9. Produção através de fontes de energia renovável (TWh) por distrito e regiões autónomas, em 2014 .....	23
Figura 10: Intervenções PARU.....	28
Figura 11. Níveis de definição da estratégia .....	41
Figura 12. Atores envolvidos na Estratégia Municipal.....	42
Figura 13. Modelo de Iceberg de Scharmer and Kaufer (2013) .....	43
Figura 14. Eixos transversais e de especialização .....	46
Figura 15. Modelo de ficha .....	62
Figura 16. Modelo de estrutura de gestão e acompanhamento do Plano Estratégico .....	114

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Sessões de trabalho temáticas - planeamento .....	2
Tabela 2. Superfície ardida (ha) por localização geográfica e tipo de superfície ardida.....	9
Tabela 3. Evolução das despesas em ambiente dos municípios por 1000 habitantes (€/ hab.).....	10
Tabela 4. Despesas em ambiente dos municípios por 1000 habitantes (€/ hab.) e domínios de ambiente, em 2015 .....	11
Tabela 5. Infraestruturas da Águas do Planalto, em 2015 .....	12
Tabela 6. População servida por sistemas de abastecimento de água (%) .....	13
Tabela 7. Consumo de água por habitante (m <sup>3</sup> / hab.).....	14
Tabela 8. População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%) .....	15
Tabela 9. Resíduos urbanos recolhidos (t) por tipo de destino (%), em 2014.....	16
Tabela 10. Emissões dos principais GEE, em 2013 .....	18
Tabela 11. Emissões de poluentes atmosféricos totais em Carregal do Sal, incluindo fontes naturais (t/km <sup>2</sup> ), 2009.....	18
Tabela 12. Evolução do Índice da Qualidade do Ar no Centro Litoral .....	19
Tabela 13. Consumo de energia elétrica (kWh) e proporção do tipo de consumo (%) em 2014 .....	21
Tabela 14. Produção de energia elétrica através de FER (GWh) por região .....	22
Tabela 15. Obras realizadas pelo município .....	24
Tabela 16. Obras municipais por setor (2014 a 30.09.2016) .....	25
Tabela 17. Ações propostas no PARU de Carregal do Sal.....	28
Tabela 18. Objetivos gerais dos eixos transversais e de especialização .....	47
Tabela 19. Articulação da carteira de projetos com os eixos .....	61
Tabela 20. Proposta de investimentos .....	106
Tabela 21. Fontes de financiamento possíveis para a concretização das ações propostas .....	107
Tabela 22. Cronograma do Plano Setorial de Sustentabilidade e Ambiente .....	110
Tabela 23. Entidades locais, regionais e nacionais com relevância para a implementação dos projetos .....	112
Tabela 24. Quadro de referência das metas europeias e nacionais no horizonte 2020 e situação atual de Carregal do Sal .....	115
Tabela 25. Indicadores de sucesso, por projeto estruturante, do Plano Setorial de Sustentabilidade e Ambiente .....	116

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

APA: Agência Portuguesa do Ambiente

APFPB: Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão

ARU: Área de Reabilitação Urbana

CIMVDL: Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

CAE: Classificação das Atividades Económicas

CLAS: Conselhos Locais de Ação Social

DGPC: Direção Geral do Património Cultural

DLBC: Desenvolvimento Local de Base Comunitária

EIDT: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial

FEEI: Fundos Estruturais e de Investimento

GEE: Gases com Efeito de Estufa

GIP: Gabinete de Inserção Profissional

I&D : Investigação e Desenvolvimento

I&I: Investigação e Inovação

IEFP: Instituto do Emprego e Formação Profissional

IGT: Instrumento de Gestão Territorial

IIP: Imóveis de Interesse Público

INE: Instituto Nacional de Estatística

IPSS: Instituições Particulares de Solidariedade Social

ITI: Investimento Territorial Integrado

MIP: Monumentos de Interesse Público

NUTS: Nomenclatura das Unidades Territorial para Fins Estatísticos

OE: Objetivo Específico

OG: Objetivos Geral

PARU: Plano de Ação de Regeneração Urbana

PDCT: Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial

PDM: Plano Diretor Municipal

PDR: Programa de Desenvolvimento Rural

PME: Pequenas e Médias Empresas

PNCT: Programa Nacional para a Coesão Territorial

POR: Programa Operacional Regional

RIS3: Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente

RSU: Resíduos Sólidos Urbanos

RVCC: Reconhecimento Validação Certificação de Competências

SIC: Sítio de Importância Comunitária

SCT: Sistema Científico e Tecnológico

TIC: Tecnologias de Informação e Comunicação

UE: União Europeia

VDL: Viseu Dão Lafões

ZIF: Zona de Intervenção Florestal

## SUMÁRIO EXECUTIVO

As autarquias assumem um papel fundamental na promoção do desenvolvimento económico e social, uma vez que são conhecedoras da realidade do território e das suas dinâmicas. Após o foco na infraestruturização do território, atualmente, surgem novos desafios que é necessário superar, mais relacionados com fatores imateriais de desenvolvimento, em domínios como a capacitação dos agentes de desenvolvimento públicos e privados, a qualificação dos recursos humanos, a atração de investimentos, a articulação com o sistema científico e tecnológico e a criação de redes de cooperação empresarial, a análise do potencial de especialização, o acesso a financiamentos, entre outros. Estes implicam a adoção de um novo posicionamento dos diferentes atores do território e a valorização de áreas de especialização.

Em alinhamento com estes novos paradigmas que defendem a necessidade de definir estratégias integradas de desenvolvimento, sustentadas na adequada avaliação do potencial socioeconómico e territorial e na ampla participação cívica, a Câmara Municipal de Carregal do Sal assumiu o desafio de planear a sua estratégia para o período 2016-2025, definindo como prioridade a necessidade de atuação nos domínios do emprego e competitividade, cultura, sustentabilidade e ambiente, ordenamento do território e obras públicas.

Para tal, a autarquia desencadeou um processo de reflexão estratégica e definição operacional em torno do **Plano Estratégico de Carregal do Sal**, abrangendo um período temporal de nove anos, intervalo que se considera necessário para a construção de parcerias e lógicas de cooperação que viabilizem a correta implementação de projetos e consequente avaliação de resultados.

A metodologia que orientou os trabalhos englobou a análise das principais agendas e estratégias de desenvolvimento, à escala europeia, nacional, regional e local para o período de 2014-2020, que constituem as referências para as opções e iniciativas a desenvolver pelo município. Para além destas macrotendências, analisaram-se também os instrumentos de gestão territorial com incidência no concelho de Carregal do Sal, tendo consideração que estes se organizam num quadro de interação coordenada, em quatro âmbitos territoriais (nacional, regional, intermunicipal e municipal).

A execução dos trabalhos englobou também o aprofundar do conhecimento do concelho, com base na análise de informação documental (estatísticas) e num conjunto de atividades *in loco* (entrevistas com interlocutores da autarquia, nos vários domínios de análise, visitas ao concelho, tendo como interlocutores os Presidentes das Juntas de Freguesia e duas sessões de trabalho temáticas). Foram assim identificadas forças e fragilidades do

concelho, a partir das quais se iniciou a definição da estratégia e das metas a alcançar num percurso de desenvolvimento que se pretende integrador de diferentes dinâmicas locais de entidades públicas e privadas.

Com base no diagnóstico realizado propôs-se uma Visão para o desenvolvimento do concelho de Carregal do Sal, que se pretende seja a linha orientadora da estratégia proposta para o município.

## VISÃO

**Em 2025, Carregal do Sal deverá afirmar-se como um território competitivo e capaz de atrair investimento e pessoas, a partir da valorização dos recursos naturais, patrimoniais e das dinâmicas diferenciadoras associadas ao turismo e cultura e ao setor agroflorestal.**

Esta visão implica a capacidade de apostar nas especificidades territoriais, assumindo-as como oportunidades para o desenvolvimento integrado e competitividade, e sustenta-se nas seguintes premissas:

- A competitividade do concelho depende da implementação de medidas que promovam o espírito empresarial, a instalação de novas empresas e, conseqüentemente, aumentem o número de postos de trabalho e o volume de negócios.
- A reabilitação urbana é uma condição basilar da competitividade e coesão territorial que responde aos desafios que se colocam ao território e à sua vitalização física e ambiental, económica, social e cultural.
- A educação, formação e aprendizagem ao longo da vida são essenciais para garantir a inclusão social, desempenhando também um papel crucial na dinamização económica se orientados para o reforço e qualificação dos setores de especialização concelhia (agroflorestal, turístico...).
- A diversidade geográfica, a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural, com especial foco para os elementos inimitáveis, devem ser potenciados em prol de uma maior sustentabilidade e projeção regional e nacional do território e conseqüentemente uma maior capacidade de atração de pessoas, visitantes, empresas.

- A valorização das especificidades territoriais deve considerar uma gestão integrada e eficiente dos recursos naturais, patrimoniais e culturais do concelho, potenciando sinergias regionais.
- A cooperação e a governança partilhada com os atores locais deve ser incentivada com o intuito de afirmar as dinâmicas económicas, sociais, culturais e turísticas do concelho e de ganhar escala nestes domínios e nos domínios de especialização económica.
- A comunicação e promoção cruzada do território e dos recursos já reconhecidos e procurados deve ser implementada numa lógica de ganho conjunto. O concelho dispõe de dinâmicas instaladas no setor vitivinícola e florestal pelas quais é reconhecido (vinho do Dão e cultura do pinheiro manso), bem como recursos naturais e culturais (especial destaque para Aristides de Sousa Mendes) já reconhecidos nacional e internacionalmente.

Detalhando, a Visão proposta para o concelho congrega os seguintes eixos transversais e de especialização e os respetivos objetivos gerais:

#### **Emprego e Competitividade**

- Afirmar o concelho como território de excelência no suporte ao investimento, através da oferta de espaços e serviços adequados às necessidades das empresas e de uma rede forte de parcerias estratégicas

#### **Sustentabilidade e Ambiente**

- Preservar e valorizar os recursos naturais, nomeadamente os ecossistemas ribeirinhos do Mondego e Dão, e garantir padrões de qualidade ambiental elevados através da aposta na gestão eficiente dos recursos disponíveis e na economia circular

#### **Ordenamento do Território e Qualidade Urbana**

- Valorizar o contexto urbano-rural, através da qualificação da rede polinucleada de pequenos centros urbanos e da adequada gestão de usos do solo

#### **Educação e Inclusão Social**

- Promover a coesão e inovação social através do reforço da aposta na educação, da valorização da identidade cultural e da eficácia dos serviços de proximidade

#### **Turismo e Cultura**

- Valorizar a identidade e os elementos histórico-culturais únicos (Aristides de Sousa Mendes, património arqueológico e rios Mondego e Dão) como âncoras estratégicas para a consolidação de um destino turístico de qualidade

#### **Setor Agroflorestal**

- Fomentar a multifuncionalidade e potenciar a valia económica do espaço rural e a competitividade do setor agrícola, através da valorização das atividades florestais (floresta de pinheiro manso) e agrícolas (ênfase da vitivinicultura)



A operacionalização do **Plano Estratégico de Carregal do Sal** envolve a implementação de 17 projetos estruturantes agregadores de 34 ações prioritárias que respondem diretamente à implementação dos eixos transversais e de especialização, e cumprem o desígnio descrito nos objetivos gerais (OG).

O presente **Plano Setorial no domínio da Sustentabilidade e Ambiente** é parte integrante do Plano Estratégico do concelho de Carregal do Sal, sendo a sua estrutura e opções estratégicas preconizadas indissociáveis das apresentadas nesse documento. Este facto decorre da abordagem integrada assumida pela autarquia na qual se considera a interdependência, quer na análise, quer nas propostas, dos múltiplos domínios que integram a estratégia e plano de ação preconizado para o concelho de Carregal do Sal.

Face ao exposto, o Plano Setorial no domínio da Sustentabilidade e Ambiente, formalizado no presente relatório, integra a estratégia global concelhia, focando-se, em sede de caracterização e propostas, em áreas alinhadas com este domínio específico.

Tal como no documento que diz respeito ao Plano Estratégico de Carregal do Sal, neste Plano Setorial, a informação de cada projeto/ações prioritárias foi estruturada e apresentada em fichas individuais nas quais se indicam objetivos, atividades, cronograma de execução proposto, promotores e parceiros, resultados a alcançar, estimativas orçamentais e possíveis enquadramentos em instrumentos de financiamento.

O **Plano de Ação Setorial no domínio da Sustentabilidade e Ambiente** é constituído pelos seguintes projetos e ações prioritárias:

- **P4. Programa municipal de ambiente**
  - AP4.1. Reestruturação das redes de infraestruturas básicas
  - AP4.2. Requalificação e valorização de áreas sensíveis
  - AP4.3. Campanhas de sensibilização ambiental e gestão eficiente dos recursos - Carregal + sustentável
- **P5. Programa integrado de mobilidade sustentável de Carregal do Sal**
  - AP5.1. Qualificação da rede viária municipal
  - AP5.2. Promoção da intermodalidade e mobilidade sustentável
- **P6. Programa municipal de eficiência energética**
  - AP6.1. Adesão ao “Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia”
  - AP6.2. Melhoria da eficiência energética em edifícios e espaços públicos
  - AP6.3. Campanha de sensibilização para a gestão eficiente da energia
- **P7. Programa de dinamização da rede de centros urbanos**
  - AP7.1. Gestão e dinamização da rede de equipamentos públicos

- AP7.2. Centros Vivos de Carregal do Sal
- **P8. Programa integrado de apoio à reabilitação urbana e patrimonial**
  - AP8.1. Iniciativa municipal de apoio integrado à reabilitação urbana
  - AP8.2. Inventariação e valorização do património arquitetónico do concelho
- **P15. Programa de inventariação e gestão florestal**
  - AP15.1. Inventário florestal
  - AP15.2. Certificação da Gestão Florestal Sustentável
- **P16. Programa de conhecimento e inovação rural**
  - AP16.1. Rede de conhecimento para os setores vitivinícola e florestal
  - AP16.2. Programa de inovação e criatividade nos setores vitivinícola e florestal
  - AP16.3. Ações de formação e sensibilização direcionadas a produtores
- **P17. Plataforma de conhecimento Pinheiro Manso**
  - AP17.1. Criação de um polo descentralizado do Centro de Competências do Pinheiro Manso e Pinhão
  - AP17.2. Capacitação e informação – Floresta de Pinheiro Manso / Carregal do Sal

A implementação do Plano de Ação Setorial no domínio da Sustentabilidade e Ambiente é da responsabilidade de diversas entidades públicas e privadas, sendo que a Câmara Municipal de Carregal do Sal deverá assumir um papel facilitador e mobilizador dos agentes envolvidos.

O presente documento encontra-se estruturado nos seguintes capítulos:

## **CAPÍTULO 1. Introdução**

---

Neste capítulo é apresentado um enquadramento do Plano Setorial da Sustentabilidade e Ambiente, parte integrante do “Plano Estratégico de Carregal do Sal”, com especificação dos objetivos e metodologia que lhe estão associados, bem como o trabalho desenvolvido na execução.

## **CAPÍTULO 2. Caracterização do concelho no domínio da Sustentabilidade e Ambiente**

---

Neste capítulo são abordadas diversas componentes ligadas à sustentabilidade e ambiente, quer do ponto de vista dos elementos naturais (gestão florestal, proteção da biodiversidade, quer construídas (infraestruturas básicas – de abastecimento de água, sistema de drenagem de águas residuais, resíduos - e energia) e a sua gestão. Tendo em consideração que as questões relacionadas com a sustentabilidade têm sido

preocupações do município e que este tem vindo a implementar algumas medidas, destaca-se a Agenda 21 Local.

Apresentam-se também as principais obras públicas realizadas pelo município, desde 2014, e as que estão previstas, no âmbito da execução do Plano de Ação para a Regeneração Urbana.

### **CAPÍTULO 3: Análise SWOT integrada**

---

Neste capítulo é apresentada uma síntese da leitura da situação atual de Carregal do Sal, através de uma análise SWOT global, não apenas com foco na Sustentabilidade e Ambiente, mas em todos os domínios considerados no âmbito do Plano Estratégico de Carregal do Sal.

### **CAPÍTULO 4. Estratégia Municipal**

---

Considerando o contexto local e as prioridades e diretrizes de ordem superior, são apresentadas e justificadas um conjunto de opções estratégicas tendo por base o alcance da realidade futura ambicionada para o concelho.

O capítulo apresenta a visão de futuro que estabelece o quadro geral para o desenvolvimento do concelho, a partir da qual são os propostos os eixos transversais e de especialização, assentes num conjunto de objetivos gerais e específicos. Estes eixos, que constituem o quadro de referência para a construção dos projetos estruturantes que integram o Plano Estratégico, são apresentados individualmente neste capítulo. Contudo, destaca-se a complementaridade entre eixos e o facto de a sua operacionalização implicar um trabalho de articulação de forma potenciar os resultados esperados.

### **CAPÍTULO 5. Plano de ação setorial no domínio da Sustentabilidade e Ambiente**

---

Neste capítulo são descritas as iniciativas concretas (projetos estruturantes organizados em ações prioritárias) que deverão materializar a estratégia definida para o domínio setorial da Sustentabilidade e Ambiente. Será em torno destas ações que se deverão mobilizar os diferentes atores municipais e/ou regionais no sentido de se alcançarem os objetivos pretendidos.

O capítulo inclui ainda a estimativa preliminar de investimento e possíveis fontes de financiamento, o cronograma de execução, condicionantes a ter em consideração elementos essenciais para o planeamento da implementação do Plano de Ação Setorial no domínio da Sustentabilidade e Ambiente.

### **CAPÍTULO 7. Modelo de gestão e implementação**

---

Este capítulo corresponde à identificação das entidades locais, regionais e nacionais com as quais se considera relevante o estabelecimento de parcerias para a implementação da

carteira de projetos estruturantes para Carregal do Sal no período 2016-2025. Assim, não se autonomiza aqui uma abordagem setorial, apresentada na proposta de projetos, mas sim uma abordagem integrada de desenvolvimento concelhio.

## **CAPÍTULO 8. Metas de sucesso no horizonte 2025**

---

Neste capítulo são identificadas as metas de sucesso no horizonte 2025, através da definição de uma bateria de indicadores a monitorizar, de modo a garantir a existência de informação regular sobre os resultados alcançados com a implementação dos projetos e assim aferir a necessidade de melhoria ou reflexão sobre a trajetória.

Para tal, foram tidos em consideração os indicadores estabelecidos à escala europeia e nacional, com o devido enquadramento nas metas da Europa 2020 e a sua adaptação à realidade local. A partir destas referências e atendendo às especificidades locais do concelho de Carregal do Sal, foi definido um conjunto de indicadores orientados para as prioridades da estratégia para o município no horizonte 2016-2025.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Plano Setorial é parte integrante do Plano Estratégico do concelho de Carregal do Sal, sendo a sua estrutura e opções estratégicas preconizadas indissociáveis das apresentadas nesse documento. Este facto decorre da abordagem integrada assumida pela autarquia na qual se considera a interdependência, quer na análise, quer nas propostas, dos múltiplos domínios que integram a estratégia e plano de ação preconizado para o concelho de Carregal do Sal.

Face ao exposto, o Plano Setorial no domínio Sustentabilidade e Ambiente, formalizado no presente relatório, integra a estratégia global concelhia, focando-se, em sede de caracterização e propostas, em áreas alinhadas com este domínio específico.

### 1.1. OBJETIVOS

O objetivo do trabalho desenvolvido foi a elaboração do Plano Estratégico de Carregal do Sal, um instrumento que define de forma estruturada, fundamentada e orientada para a ação, um conjunto de iniciativas concretas para a promoção da competitividade e coesão no concelho.

A este objetivo geral está associado o objetivo específico de estruturação das ações focadas na sustentabilidade e ambiente num documento autónomo que agora se apresenta e que integra:

- caracterização do contexto atual do concelho em todos os domínios estratégicos relacionados com a coesão social, competitividade e sustentabilidade e diagnóstico dos principais desafios e oportunidades;
- definição de estratégia de desenvolvimento do concelho e estratégias setoriais
- definição de plano de ação no domínio da sustentabilidade e ambiente com a identificação dos projetos estruturantes, a implementar a curto, médio e longo prazo, que concorram para afirmar o concelho de Carregal do Sal como um território sustentável.

## 1.2. METODOLOGIA

A metodologia associada à elaboração dos trabalhos desenvolveu-se em etapas sequenciais, numa lógica de proximidade com a autarquia e com o território, promovendo a participação dos vários agentes de desenvolvimento do concelho.

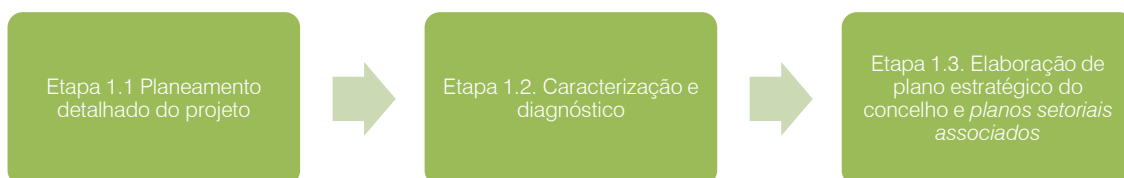


Figura 1. Metodologia de trabalho

Fonte: SPI, 2016

O foco em temáticas consideradas estratégicas determinou um processo de envolvimento da comunidade, com a criação de momentos de reflexão com a participação de entidades de diferentes áreas de acordo com o seu papel em cada domínio, conforme se apresenta na tabela seguinte.

Tabela 1. Sessões de trabalho temáticas - planeamento

Tema	Emprego e competitividade	Sustentabilidade e ambiente /Ordenamento do Território	Cultura	Educação e inclusão social
Entidades	Empresários	Câmara Municipal	Associação Cultural de Beijós	Agrupamento de escolas
	GIP/IEFP	Associação de Municípios do Planalto Beirão	Associação do Carnaval de Cabanas	Universidade Sénior
	Gabinete de Apoio ao Empresário	Juntas de Freguesia	Sociedade Filarmónica de Cabanas de Viriato	Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários
	ADICES	Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão	Fundação Aristides de Sousa Mendes	ACAPO
	Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão	Gabinetes de projetistas	Clube de Futebol de Carregal do Sal	APCV – Oliveira do Conde
		Escolas	Associação Recreativa, Desportiva, Juvenil e Comunitária "A Quinta"	Cruz Vermelha Portuguesa
		Entidades na área da proteção civil (se pertinente)	Associação Cultural Folias e Tropelias	Cáritas paroquial
			Centro Cultural de Currelos	GNR
			Grupo Recreativo e Cultural "Zés Pereiras"	IPSS
			ARCA	
			Associação de Travanca	
			NACO - Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha	
			Associação de Desporto e Educação Física do Concelho de Carregal do Sal	
			ARCO	
			Associação de Fiais	
			Grupo d'Alegria	
			Assoc. Cultural "Rancho Infantil Cravos e Rosas"	

Fonte: SPI, 2016

Embora tenham sido definidos pela autarquia, *à priori*, os domínios prioritários - emprego e competitividade; sustentabilidade e ambiente, ordenamento do território e obras públicas, cultura – conforme referido anteriormente, foi opção do município que os trabalhos de elaboração do Plano Estratégico de Carregal do Sal fossem desenvolvidos segundo uma perspetiva integrada, tendo em conta que alguns pontos fortes e áreas de melhoria são transversais e devem ser trabalhados em conjunto.

Com base no exposto, reitera-se a importância da leitura conjunta do presente documento com o Plano Estratégico, estando de seguida expostos os seguintes pontos:

- Caracterização no domínio da sustentabilidade e ambiente
- Análise SWOT integrada
- Estratégia municipal
- Plano de ação setorial no domínio da sustentabilidade e ambiente

## 2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO NO DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E AMBIENTE

Neste capítulo são abordadas diversas componentes ligadas à sustentabilidade e ambiente, quer do ponto de vista dos elementos naturais (gestão florestal, proteção da biodiversidade, quer construídas (infraestruturas básicas – de abastecimento de água, sistema de drenagem de águas residuais, resíduos - e energia) e a sua gestão. Tendo em consideração que as questões relacionadas com a sustentabilidade têm sido preocupações do município e que este tem vindo a implementar algumas medidas, destaca-se a Agenda 21 Local.

Apresenta-se também as principais obras públicas realizadas pelo município, desde 2014, e as que estão previstas, no âmbito da execução do Plano de Ação para a Regeneração Urbana.

### 2.1. AGENDA 21 LOCAL – UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

A Agenda 21 constitui um documento orientador dos governos, das organizações internacionais e da sociedade civil para o desenvolvimento sustentável, visando conciliar a proteção do ambiente com o desenvolvimento económico e a coesão social. A Agenda 21 Local (A21L) é a expressão local da Agenda 21 e consiste num instrumento de gestão para a sustentabilidade de um território, partindo de um diagnóstico de situação atual, de referência, estabelecendo metas a alcançar nas vertentes da proteção do ambiente, desenvolvimento socioeconómico e coesão social, desenvolvido por atores locais em parceria com os cidadãos e sociedade civil. Neste sentido, constitui também um instrumento de fortalecimento de participação e envolvimento dos cidadãos.

Consciente da importância deste instrumento estratégico de promoção do desenvolvimento sustentável, o município de Carregal do Sal desenvolveu diversos trabalhos tendo em vista a implementação da A21L no seu território.

A primeira etapa correspondeu à elaboração do diagnóstico para a sustentabilidade do concelho, tendo como objetivos:

- Caraterização dos sistemas ambientais, sociais, económicos e institucionais do município de Carregal do Sal, identificando as potencialidades e fragilidades;
- Definição das oportunidades e ameaças municipais, de forma a estabelecer as grandes opções estratégicas de desenvolvimento;



- Definição dos vetores estratégicos de promoção local;
- Identificação das parcerias e das redes locais para futuras ações de desenvolvimento.

A partir da avaliação do município foi realizada uma análise SWOT que possibilitou a sistematização das variáveis que caracterizam e condicionam o desenvolvimento sustentável no município de Carregal do Sal. A partir desta sistematização, foram propostos 11 vetores estratégicos:

- Proteger e valorizar o ambiente: “CS, um município verde e saudável”
- Promover a competitividade dos recursos endógenos: “CS, um município de recursos e herança”
- Ligar as comunidades carregalenses e incorporar iniciativas externas: “CS, um município aberto e inovador”
- Fixar e atrair jovens: “CS, um município jovem e dinâmico”
- Valorizar os recursos humanos: “Carregalenses com valor”
- Apoiar os grupos mais vulneráveis: “CS, um município solidário e inclusivo”
- Promover a mobilidade inter e intramunicipal: “CS, um município acessível e coeso”
- Promover a qualificação urbana e dos espaços de lazer: “Qualidade de vida urbana”
- Promover o associativismo e as redes locais: “Parcerias com e para todos”
- Melhorar o acesso e a eficiência dos serviços públicos: “Equidade e qualidade dos serviços”
- Informar e envolver os munícipes na gestão municipal: “CS, um município participativo”

Os atores locais foram auscultados e os seus contributos recolhidos através da realização de diversas iniciativas, nomeadamente:

- Apresentação pública do projeto e dos resultados da 1ª fase – Diagnóstico
- “Fórum 21 – Do problema à ação”, em todas as freguesias do concelho, através dos quais os munícipes foram convidados a dar sugestões e apresentar propostas para a construção de uma visão partilhada e consensual para o futuro do município, assim como os meios e ações que poderão projetar para esse futuro desejado. A participação foi também

importante para a seleção dos vetores que os cidadãos consideravam mais importantes para o desenvolvimento local

- Campanhas nas freguesias, com colocação de quadros onde os cidadãos puderam dar os seus contributos, opiniões, sugestões



Figura 2. Trabalhos de preparação da Agenda 21 Local

Fonte: CM CS, 2015

Após seleção/identificação dos vetores estratégicos que na perspetiva dos participantes foram considerados preferenciais para a promoção da qualidade de vida local, a terceira etapa do processo de construção da A21L seria a elaboração do Plano de Ação Local, para a qual foi realizada uma proposta de estruturação em Linhas de Ação tendo em conta o tema e conseqüente proposta de ações, através das quais se pretendem mitigar os problemas e potenciar as oportunidades diagnosticadas.

## 2.2. PROTEÇÃO DO AMBIENTE

A proteção do ambiente é uma das vertentes de atuação das autarquias que aplicam medidas concretas nos seus territórios de atuação no que diz respeito à gestão florestal, à proteção da biodiversidade e paisagem, à gestão de resíduos, à proteção da qualidade do ar e de águas subterrâneas e superficiais, entre outros.

Em termos biofísicos, encontra-se no concelho de Carregal do Sal um conjunto de elementos naturais relevantes que já foram identificados neste documento, como o Sítio de interesse Comunitário (SIC) de Carregal do Sal, os rios Dão e Mondego e a floresta.

A superfície florestal da região Centro é constituída, essencialmente, por povoamentos florestais. Contudo, no período de 1995 a 2010, houve um decréscimo desta superfície de povoamentos florestais e das áreas de pinheiros, enquanto as áreas de eucaliptos aumentaram de superfície (Figura 3).

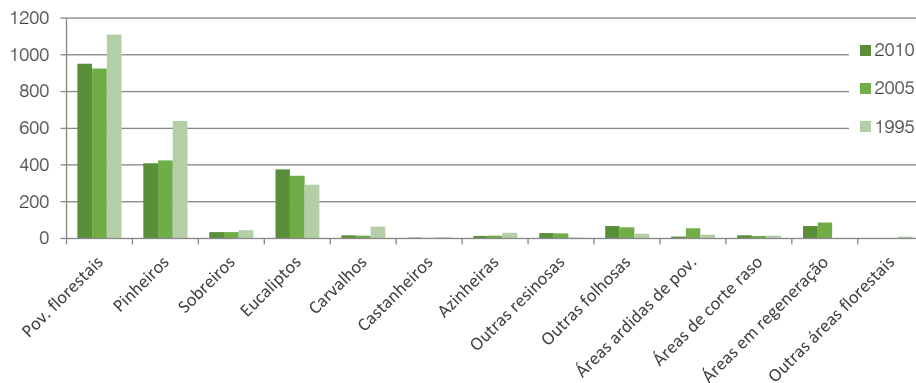


Figura 3. Superfície florestal (milhares de ha) da região Centro e tipo (superfície florestal)

Fonte: INE/ICNF, 2016

No caso de Dão Lafões, de acordo com a caracterização apresentada no PROF DL, nesta região, 148247 ha correspondem a espaços arborizados (terrenos dedicados à atividade florestal e incluem os povoamentos florestais que ocupam uma área superior ou igual a 0,5 ha e largura não inferior a 20m), 100684 ha a espaços não arborizados (terrenos ocupados por matos, pastagens naturais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas de corte raso e os terrenos improdutivos ou estéreis do ponto de vista da existência de comunidades vegetais) e 956ha dizem respeito a águas interiores (estuários ou rios, lagoas, albufeiras, sapais e salinas, que ocupam uma área superior ou igual a 0.5 ha e largura não inferior a 20 m). Este documento refere ainda que “a análise dos espaços florestais na região de Dão-Lafões revela que a área ocupada é bastante significativa, cerca de 72% da área total desta região PROF. Caracterizam-se na sua maioria por espaços florestais arborizados que ocupam cerca de 42% da área total da região e distribuem-se por toda a área com alguma uniformidade, constatando-se que no concelho de Mortágua se localizam as manchas mais significativas. Os espaços florestais não arborizados ocupam cerca de 29% da área total desta região (...). No que se refere à evolução dos espaços florestais (...) constata-se um pequeno aumento da área ocupada. Relativamente à evolução dos incultos verifica-se um acréscimo da área em cerca de 50% nos últimos 20 anos, contrariamente, ocorreu uma diminuição da área ocupada por espaços florestais arborizados, cerca de 20%, no mesmo período de tempo. O aumento da área dos incultos pode dever-se à diminuição da área dos espaços florestais arborizados e ao abandono da agricultura.”

No domínio do crescimento sustentável, a EIDT de Viseu Dão Lafões refere que “a dimensão do espaço florestal, o histórico de incidência dos fogos florestais no território e as perdas económicas e de recursos naturais a eles associados, implicam uma aposta prioritária nos vários pilares da defesa da floresta contra os incêndios”. De facto, como

será apresentado de seguida, os incêndios são uma das principais ameaças à sustentabilidade florestal da região.

No concelho de Carregal do Sal, em 2015, ocorreram 16 incêndios florestais (área total de 8ha), um valor relativamente reduzido quando comparado com 2012, que registou 40 incêndios (1707ha de superfície ardida), e com os anos de 2005 e 2000, com cerca de uma centena de incêndios florestais (2569ha de superfície ardida, em 2015, e 118ha em 2000), tal como é possível verificar na Figura 4 e Tabela 2)..

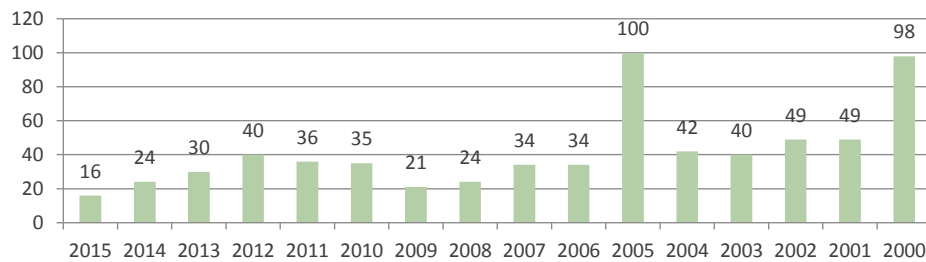


Figura 4. Número de incêndios florestais no concelho de Carregal do Sal

Fonte: INE/ICNF, 2016

No contexto regional, para além de Carregal do Sal, destacam-se os concelhos de Aguiar da Beira, Nelas, Santa Comba Dão, Sátão e Oliveira do Hospital com menos de 15ha de superfície florestal ardida em 2015. Por outro lado, Mangualde destaca-se pela maior superfície ardida, correspondente a 2727ha, bem como Viseu e São Pedro do Sul com 767 e 304ha ardidos, respetivamente.

Atendendo ao tipo de superfície ardida, à exceção do ano de 2000, nos restantes anos em análise os povoamentos florestais foram as áreas mais afetadas em Carregal do Sal, de modo semelhante à média da região Viseu Dão Lafões.

Tabela 2. Superfície ardida (ha) por localização geográfica e tipo de superfície ardida

Unidade territorial	2015			2012			2005			2000		
	Total	Pov. Flor.	Mato	Total	Pov. Flor.	Mato	Total	Pov. Flor.	Mato	Total	Pov. Flor.	Mato
Portugal	64912	24086	40826	117198	51973	65225	-	-	-	-	-	-
Região Centro (NUTS II)	25566	9572	15994	41612	25402	16210	185382	129891	55491	79099	35282	43817
Dão-Lafões (NUTS III)	4321	917	3404	11842	6170	5673	31359	14287	17072	8410	3176	5234
Aguiar Beira	2	1	2	174	107	67	162	40	122	387	138	249
<b>Carregal Sal</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>1707</b>	<b>1594</b>	<b>113</b>	<b>2569</b>	<b>1881</b>	<b>688</b>	<b>118</b>	<b>54</b>	<b>64</b>
Castro Daire	285	50	236	1212	699	513	4773	1826	2947	3126	559	2567
Mangualde	2727	260	2467	1638	477	1161	2225	282	1943	669	28	641
Mortágua				1	1		1528	1351	177	3	1	1
Nelas	13	5	8	119	22	97	1690	678	1012	107	39	68
Oliveira Frades	26	21	4	504	483	21	218	161	58	60	34	26
Penalva Castelo	26	4	23	7	2	5	2562	1708	854	50	5	45
Stª C. Dão	7	6	2	11	9	2	130	120	10	48	30	18
S. Pedro Sul	304	54	250	645	442	203	5994	2596	3399	2286	1589	697
Sátão	8	6	1	207	42	165	325	37	287	42	9	33
Tondela	20	16	4	365	269	95	1756	1265	490	75	45	30
Vila N. Paiva	80	7	73	786	58	728	2804	332	2472	397	56	341
Viseu	767	456	311	3717	1919	1799	2774	1890	883	877	490	387
Vouzela	47	25	22	749	46	703	1848	119	1729	167	99	69
P.I.N. (NUTS III)							-					
OI. Hospital	12	6	6		114	198	2097	1044	1053	45	33	12
Tábua	32	18	14		370	47	1007	960	47	534	479	55

Fonte: INE/ICNF, 2016

O município de Carregal do Sal tem desenvolvido algumas atividades relacionadas com a sustentabilidade e o ambiente, tendo havido, nas últimas duas décadas, uma evolução positiva nas despesas em ambiente dos municípios da região. Em Carregal do Sal, embora a proporção seja inferior à média da NUTS III, a evolução é significativa. Enquanto, em 1995, o município tem uma despesa de 33481 €/1000 habitantes, em 2015, esta corresponde a 47525€/1000 habitantes. Em Dão Lafões, o acréscimo das despesas em ambiente corresponde a 114,4%, valores superiores ao que ocorreu à escala da região Centro e nacional.

Tabela 3. Evolução das despesas em ambiente dos municípios por 1000 habitantes (€/ hab.)

Unidade territorial	2015	2010	2005	2000	1995	Variação (%) 1995-2015
Portugal	56404	57026	60991	48710	39447	43,0
Região Centro (NUTS II)	45776	43381	60021	50106	34020	34,6
Dão-Lafões (NUTS III)	47852	46287	66074	60965	22320	114,4
Aguiar da Beira	73507	31961	104916	63824	55360	32,8
<b>Carregal do Sal</b>	<b>47525</b>	<b>58424</b>	<b>51264</b>	<b>29525</b>	<b>33481</b>	<b>41,9</b>
Castro Daire	42665	36612	89170	33994	3486	1123,9
Mangualde	37133	48792	80727	67722	19865	86,9
Mortágua	58256	71700	123053	107767	21866	166,4
Nelas	36646	57392	30536	43042	12908	183,9
Oliveira de Frades	38947	43249	53472	152914	26684	46,0
Penalva do Castelo	35538	28762	40064	81535	22937	54,9
Santa Comba Dão	47121	31856	44080	73305	24994	88,5
São Pedro do Sul	39478	33434	25996	65099	37863	4,3
Sátão	44504	28191	12739	39736	4095	986,8
Tondela	35344	37752	45194	66687	20133	75,6
Vila Nova de Paiva	45243	71828	59551	84402	11241	302,5
Viseu	53622	50372	89100	52793	23195	131,2
Vouzela	84647	60628	35840	37385	30754	175,2
Pinhal Interior Norte (NUTS III)	-					
Oliveira do Hospital	66046	40835	39073	41814	11639	467,5
Tábua	19239	30725	65230	56395	15087	27,5

Fonte: INE, Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa, 2016

Detalhando os domínios de ambiente nos quais foi feito esse investimento (Tabela 4), em Carregal do Sal destacam-se as despesas relacionadas com a gestão de resíduos que representam 33.793€/1000 habitantes (cerca de 71% do total), um valor superior à média da NUTS III que corresponde a 39.357€/1000 habitantes. A proteção da biodiversidade e paisagem é outro dos domínios com bastante expressividade no contexto sub-regional que representa cerca de 23% das despesas em ambiente, sendo que no concelho de Carregal do Sal esta despesa diz respeito a uma média de 13.732€/1000 habitantes.

Tabela 4. Despesas em ambiente dos municípios por 1000 habitantes (€/ hab.) e domínios de ambiente, em 2015

Unidade territorial	Domínios de ambiente					
	Total	Proteção qualidade do ar e clima	Gestão de resíduos	Proteção e recup. solos, águas subt. e superf.	Proteção biodiv. e paisagem	Outras atividades proteção ambiente
Portugal	56404	5	41891	124	13285	998
Região Centro (NUTS II)	45776	11	33396	268	11232	824
Dão-Lafões (NUTS III)	47852	4	36397	14	10864	573
Aguiar da Beira	73507	0	39357	0	34066	85
<b>Carregal do Sal</b>	<b>47525</b>	<b>0</b>	<b>33793</b>	<b>0</b>	<b>13732</b>	<b>0</b>
Castro Daire	42665	0	25115	259	16661	630
Mangualde	37133	0	32557	0	4576	0
Mortágua	58256	0	38415	0	19842	0
Nelas	36646	0	34085	0	2561	0
Oliveira de Frades	38947	0	28410	0	10537	0
Penalva do Castelo	35538	0	28778	0	6760	0
Santa Comba Dão	47121	0	43191	0	3929	0
São Pedro do Sul	39478	0	25635	0	10624	3218
Sátão	44504	0	31559	0	12945	0
Tondela	35344	0	30447	0	4897	0
Vila Nova de Paiva	45243	0	40223	0	5020	0
Viseu	53622	0	44595	0	8586	441
Vouzela	84647	115	26277	0	53358	4897
Pinhal Interior Norte (NUTS III)				-		
Oliveira do Hospital	66046	0	36390	0	29656	0
Tábua	19239	0	13208	0	6032	0

Fonte: INE, Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa, 2016

### 2.3. INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Os municípios têm procurado dar resposta às necessidades dos munícipes no que diz respeito a equipamentos e serviços públicos. Em relação a infraestruturas básicas, têm sido definidas como prioridades a melhoria das redes de abastecimento de água, de saneamento e de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU). De modo a perceber a situação de Carregal do Sal, em termos de infraestruturas básicas, apresentam-se de seguida alguns dados relativos a estes domínios.

### 2.3.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A disponibilidade da água, tanto em quantidade como em qualidade, é um dos indicadores com maior importância no quadro da sustentabilidade ambiental do território.

A empresa Águas do Planalto é a concessionária do sistema público de abastecimento de água ao concelho de Carregal do Sal, bem como aos municípios de Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela, tendo um total de 34672 utilizadores e intervindo em todas as fases do ciclo da água para consumo humano (captação, tratamento, adução e distribuição). De igual forma, é responsável pela operação e manutenção das infraestruturas do sistema de abastecimento: barragem, poços e furos de captação; estações elevatórias; estações de tratamento de água; reservatórios de água; condutas de adução e distribuição de água; ramais domiciliários de água e sistema de telegestão. A Águas do Planalto pretende satisfazer as necessidades da população da região ao nível da quantidade e qualidade da água e, para tal, dispõe das infraestruturas constantes da Tabela 5.

Tabela 5. Infraestruturas da Águas do Planalto, em 2015

Principais indicadores da concessionária	
Comprimento total da rede (km)	1.249
Nº de Estações de Tratamento de Água	5
Nº de Reservatórios	127
Volume de água captada - m³	3.357.885

Fonte: Águas do Planalto, 2016

De acordo com os dados do INE, relativos a 2009, 100% da população do concelho de Carregal do Sal está servida pelo sistema de abastecimento de água (Tabela 6), enquanto Dão Lafões, na mesma data, apresenta um valor médio de cobertura de 94%.



Tabela 6. População servida por sistemas de abastecimento de água (%)

Unidade territorial	2009	2008	2007	2006
Portugal	-	-	-	91
Região Centro (NUTS II)	96	96	94	94
Dão-Lafões (NUTS III)	94	90	84	85
Aguiar da Beira	100	-	93	93
<b>Carregal do Sal</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Castro Daire	94	94	93	93
Mangualde	90	82	82	82
Mortágua	100	100	100	100
Nelas	91	91	91	92
Oliveira de Frades	86	86	81	81
Penalva do Castelo	100	100	98	97
Santa Comba Dão	100	100	100	100
São Pedro do Sul	-	-	64	64
Sátão	82	80	76	77
Tondela	81	81	80	87
Vila Nova de Paiva	-	-	97	97
Viseu	100	92	81	84
Vouzela	-	81	67	63
Pinhal Interior Norte (NUTS III)			-	
Oliveira do Hospital	93	90	95	92
Tábua	100	100	100	100

Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, 2012

O aumento do consumo de água constitui uma das principais preocupações ambientais devido aos impactos negativos do esgotamento deste recurso. No caso de Carregal do Sal, os dados mais recentes disponíveis, apenas sobre a situação no ano 2006 e 2007, não nos permitem aferir claramente sobre a evolução no consumo de água por habitante (Tabela 7). No entanto, entre estes dois anos verifica-se uma diminuição no consumo deste recurso, situação contrária à que ocorre à escala regional, onde se verifica uma aumento nos valores de consumo.

Tabela 7. Consumo de água por habitante (m<sup>3</sup>/ hab.)

Unidade territorial	2009	2008	2007	2006
Portugal	-	-	-	52
Região Centro (NUTS II)	65	61	56	49
Dão-Lafões (NUTS III)	43	43	35	32
Aguiar da Beira	48	-	40	40
<b>Carregal do Sal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>54</b>	<b>61</b>
Castro Daire	40	39	37	37
Mangualde	25	25	25	25
Mortágua	60	60	60	59
Nelas	148	148	25	25
Oliveira de Frades	43	43	42	43
Penalva do Castelo	34	23	22	22
Santa Comba Dão	36	36	35	35
São Pedro do Sul	-	-	18	18
Sátão	33	35	35	37
Tondela	44	44	35	32
Vila Nova de Paiva	-	-	42	42
Viseu	32	35	35	27
Vouzela	-	26	-	34
Pinhal Interior Norte (NUTS III)	-			
Oliveira do Hospital	35	33	38	35
Tábua	33	33	31	31

Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, 2012

No que concerne à qualidade da água distribuída, tendo como base os últimos dados disponibilizados pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), em 2014, foram realizadas 100% das análises regulamentares obrigatórias, tendo a água cumprido os parâmetros para ser classificada como água segura na totalidade dos casos.

### 2.3.2. SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

O sistema de drenagem e tratamento de águas residuais do concelho de Carregal do Sal integra diversos subsistemas e, atualmente, a sua reconversão e modernização encontra-se em fase de projeto, de modo a dar resposta às necessidades da população e a garantir uma melhor qualidade ambiental.

No que respeita à percentagem de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais (Tabela 8) verifica-se que, em 2007, 97% da população residente em Carregal do Sal encontra-se abrangida, um valor é significativamente superior ao registado na NUTS III Dão Lafões (82%). Neste contexto, Carregal do Sal apresenta

também uma melhor cobertura da rede de drenagem de águas residuais que os concelhos com os quais confronta, nomeadamente Nelas, Tondela, Viseu, Oliveira do Hospital e Tábua.

Tabela 8. População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)

Unidade territorial	2009	2008	2007	2006
Portugal	-	-	-	76
Região Centro (NUTS II)	80	76	73	71
Dão-Lafões (NUTS III)	82	78	70	65
Aguiar da Beira	90	-	80	80
<b>Carregal do Sal</b>	<b>97</b>	<b>95</b>	<b>94</b>	<b>94</b>
Castro Daire	50	62	45	45
Mangualde	92	79	79	79
Mortágua	59	59	37	37
Nelas	92	92	88	88
Oliveira de Frades	47	47	46	46
Penalva do Castelo	93	93	97	96
Santa Comba Dão	97	92	91	91
São Pedro do Sul	-	-	26	26
Sátão	71	66	62	63
Tondela	76	69	69	62
Vila Nova de Paiva	-	-	86	87
Viseu	87	87	83	70
Vouzela	-	40	21	28
Pinhal Interior Norte (NUTS III)	-	-	-	-
Oliveira do Hospital	88	88	88	87
Tábua	60	62	60	45

Fonte: INE, Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais, 2012

### 2.3.3. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A recolha de resíduos sólidos urbanos no território de Carregal do Sal é feita em regime de concessão através da Associação de Municípios do Planalto Beirão, que abrange dezanove municípios. No concelho de Carregal estão distribuídos 56 ecopontos, dos quais 25 têm capacidade para 1000 litros e existe um ecocentro, a plataforma de receção e gestão dos resíduos recicláveis e valorizáveis.

Segundo os dados do INE, em 2014, no município foram recolhidos 375 kg de resíduos sólidos urbanos (RSU) por habitante, um valor ligeiramente superior à média de Viseu Dão Lafões (367 kg/hab.). Fazendo uma análise da evolução dos RSU recolhidos (Figura 5), entre 2011 e 2014, em Carregal do Sal verifica-se um decréscimo de cerca de 9%, uma evolução mais favorável do que a de Viseu Dão Lafões e da região Centro, cuja redução a estas escalas correspondeu a apenas cerca de 2%.

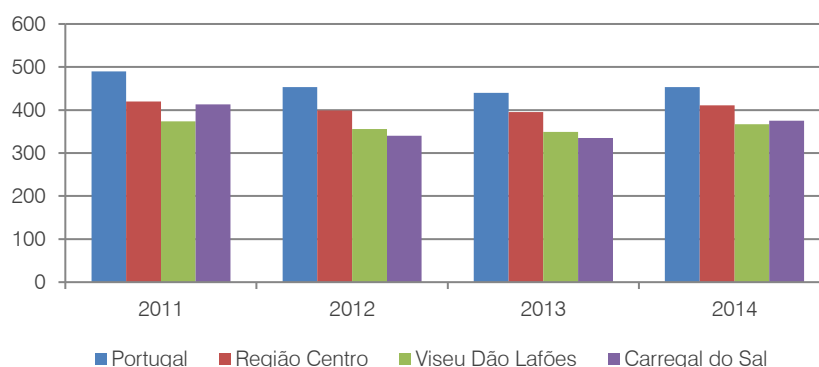


Figura 5. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/ hab.)

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais, 2015

No entanto, quando se verifica a proporção de RSU recolhidos seletivamente, em 2014, esse valor corresponde a apenas 7,5% no concelho de Carregal do Sal e a 6,8% em Visu Dão Lafões. Comparativamente a 2011, a evolução, embora positiva, é pouco acentuada (em 2011, a recolha seletiva de RSU correspondia a 6,3%).

Em termos de sustentabilidade urbana, existe espaço para melhoria em matéria de recolha seletiva e valorização de resíduos urbanos, como demonstra a Tabela 9.

Tabela 9. Resíduos urbanos recolhidos (t) por tipo de destino (%), em 2014

Unidade territorial	Total (t)	Aterro (%)	Valorização energética (%)	Valorização orgânica (%)	Valorização multimaterial (%)
Portugal	4710464	49,0	20,7	14,1	16,2
Região Centro (NUTS II)	933895	49,5	1,0	31,8	17,7
Visu Dão Lafões (NUTS III)	95782	87,9	0,0	0,0	12,1
<b>Carregal Sal</b>	<b>3610</b>	<b>42,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>57,3</b>

Fonte: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais, 2014

Cerca de 43% dos resíduos recolhidos em Carregal do Sal, são encaminhados para aterro e cerca de 58% destinam-se a valorização multimaterial, enquanto à escala de NUTS III existe uma maior proporção de resíduos encaminhados para aterro (87,9%).

Por fim, importa também referir que o município se responsabiliza pela recolha de resíduos de construção e demolição (entulho), verdes e lenhosos (provenientes da limpeza e manutenção de jardins), e volumosos, mediante um contato prévio e pagamento das tarifas fixadas, quando aplicável.

## 2.4. ENERGIA

Uma das áreas que contribui para o crescimento sustentável é o combate às alterações climáticas que pode ser levada a cabo, sobretudo, através da redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e da prevenção da degradação ambiental e do esgotamento dos recursos. Para tal, é importante implementar políticas de baixa emissão de carbono e de utilização racional dos recursos. De seguida, apresentam-se alguns dados referentes à emissão de gases e à energia, particularizando as energias renováveis, importantes para perceber o posicionamento do concelho neste domínio.

O controlo das emissões é conseguido através do cumprimento de instrumentos celebrados entre vários países, no âmbito das alterações climáticas e da qualidade do ar. Os gases que contribuem de forma mais significativa para este efeito são o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o metano (CH<sub>4</sub>), o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) e os compostos halogenados, como os HFCs, PFCs e SF<sub>6</sub>.

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), no Relatório do Estado do Ambiente<sup>1</sup>, menciona que *“o Pacote Energia-Clima para 2030 estabelece, como objetivo comunitário, uma redução até 2030 de pelo menos 40% das emissões de GEE na Comunidade, em relação a 1990. Esta meta será atingida coletivamente pela UE, devendo até 2030 a redução nos sectores abrangidos pelo Regime de Comércio de Licenças de Emissão (RCLE) e não abrangidos por este regime ser de 43% e 30%, respetivamente, em comparação com 2005.”*

De acordo com a APA, *“em Portugal, no ano de 2013, o total das emissões dos gases com efeito de estufa (GEE), excluindo uso do solo, alterações do uso do solo e florestas (LULUCF), foi estimado em cerca de 65,3 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente (Mt CO<sub>2</sub> eq.), o que representa um aumento de 7,5% face a 1990, mas uma diminuição de 2,8% quando comparado com 2012.”*

Relativamente ao total de emissões dos principais GEE, em 2013, o sector da energia apresentou a maior contribuição, com 68%, *“o que representa um aumento de 8% face ao período 1990-2013. A produção e transformação de energia e os transportes são os subsectores com maior relevância, representando, respetivamente, cerca de 23% e 24% do total de emissões. A produção de eletricidade e calor representam 19% do total de emissões, o que ilustra a ainda forte dependência do País em relação às energias fósseis para a produção de eletricidade e para os transportes.”*

---

<sup>1</sup> Agência Portuguesa do Ambiente, Relatório do Estado do Ambiente, 2015

Tabela 10. Emissões dos principais GEE, em 2013

Principais Fontes Antropogénicas	Contribuição (%)
Energia	68
Resíduos	12
Agricultura	11
Processos industriais	9

Fonte: APA, Relatório do Estado do Ambiente 2015

A Tabela 11 apresenta dados detalhados de cada um dos gases analisados no relatório da APA “Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho”<sup>2</sup>, cujos resultados apontam para valores baixos no município de Carregal do Sal. Destacam-se as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) como as mais significativas no concelho.

Tabela 11. Emissões de poluentes atmosféricos totais em Carregal do Sal, incluindo fontes naturais (t/km<sup>2</sup>), 2009

NFR	SO <sub>x</sub>	NO <sub>x</sub>	NH <sub>3</sub>	NM VOC	PM <sub>10</sub>	Pb	CH <sub>4</sub>	CO <sub>2</sub>	N <sub>2</sub> O
Total (c/natural)	0.082	1.595	0.520	5.465	0.524	0.001	3.745	236	0.095

Considera-se como fonte natural o fogo florestal e outros elementos.

Dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>); Dióxido de azoto (NO<sub>2</sub>); Amónia (NH<sub>3</sub>); Compostos orgânicos voláteis não-metânicos (COVNM); Monóxido de carbono (CO); Partículas de diâmetro inferior a 10 µm (PM<sub>10</sub>); Chumbo (Pb); Cádmio (Cd); Mercúrio (Hg); Metano (CH<sub>4</sub>); Dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>); e Óxido Nitroso (N<sub>2</sub>O)

Fonte: APA, Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho em 2009, 2011

O metano (CH<sub>4</sub>) na atmosfera é outro gás com efeito de estufa, proveniente essencialmente de deposição de resíduos no solo (54%); de águas residuais (23%); da pecuária (13%) e da agricultura (4,2%). As estimativas das emissões de CH<sub>4</sub> do setor “deposição de resíduos no solo” são feitas com base na produção de resíduos, pelo que existe uma correspondência direta entre os concelhos mais populosos e as emissões. Neste sentido, como se comprova através da Figura 6, Carregal do Sal corresponde aos concelhos com menores emissões de metano à escala nacional.

No que diz respeito às emissões de Compostos Orgânicos Voláteis Não Metálicos (COVNM), estas dividem-se entre emissões biogénicas (provenientes do coberto vegetal e de fogos florestais) e as origens estritamente antropogénicas (uso de solventes, os processos industriais e os transportes rodoviários e ferroviários). O concelho apresenta valores igualmente baixos em relação às emissões de COVNM.

<sup>2</sup> APA, Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho 2009: Gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, partículas, metais pesados e gases com efeito de estufa, 2011

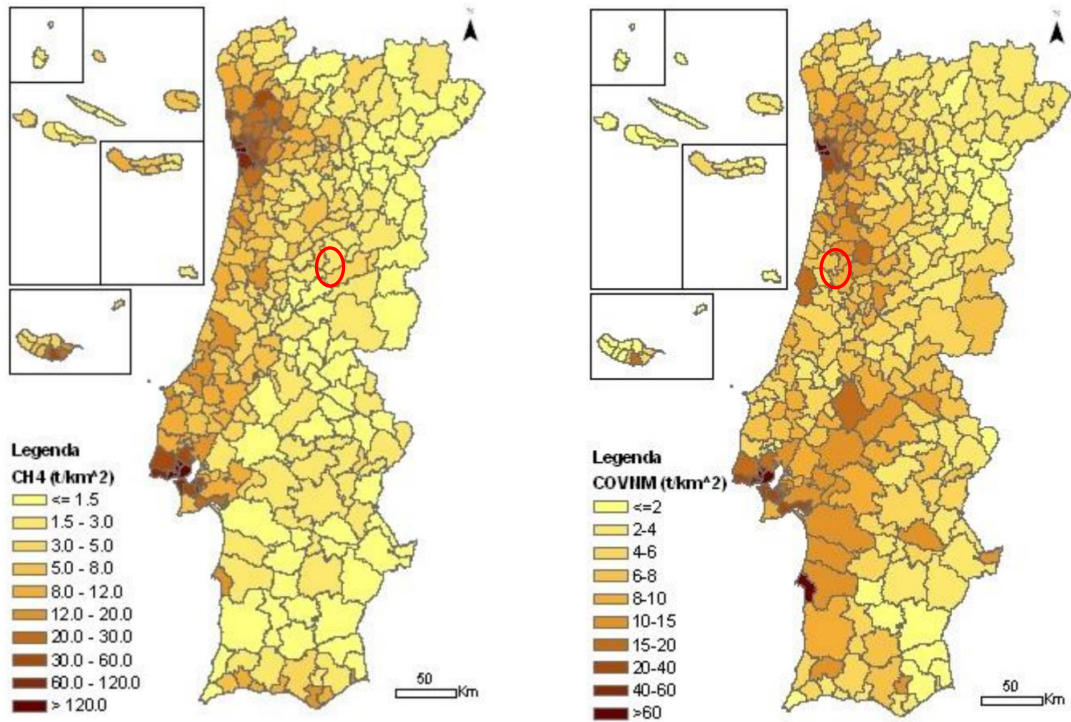


Figura 6. Emissões de CH<sub>4</sub> e COVNM, incluindo fontes naturais em 2009

Fonte: APA, Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho em 2009, 2011

Atendendo ao Índice da Qualidade do Ar<sup>3</sup>, segundo os dados da APA, em 2015, a área do Centro Interior (onde se inclui o concelho de Carregal do Sal) apresentou níveis “bons”. No entanto, comparativamente ao ano de 2014, verifica-se que este número se reduziu, tal como o da categoria “muito bom” face a um aumento do nível “médio” de qualidade do ar. Este facto representa uma área com a qual todos os concelhos devem assumir compromissos com o objetivo de alcançar melhorias.

Tabela 12. Evolução do Índice da Qualidade do Ar no Centro Litoral

Classificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Muito bom	9	15	15	19	19	8	34	44	17	21	13
Bom	260	271	308	307	283	291	305	293	282	320	315
Médio	75	66	40	33	58	59	25	25	50	23	33
Fraco	11	13	2	3	1	6	1	3	6	1	1
Mau	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0

Fonte: APA – QualAr, Base de Dados On-line sobre Qualidade do Ar, 2016

O consumo de energia elétrica e os diferentes tipos de consumo constituem indicadores essenciais na avaliação da eficiência energética do concelho. No concelho de Carregal

<sup>3</sup> Média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede de uma determinada área. Dados disponíveis em: [qualar.apambiente.pt/](http://qualar.apambiente.pt/) (consultado em outubro de 2016)

do Sal, em 2014, o consumo médio de energia elétrica corresponde a 2393,9 kWh por habitante, um valor significativamente inferior ao da região Dão Lafões que era de 3683,1 kWh/habitante. Em termos de evolução, no período de 2004 a 2014, a redução do consumo de energia elétrica foi de cerca de 2% enquanto ao nível da NUTS III a diminuição corresponde a cerca de 1%.

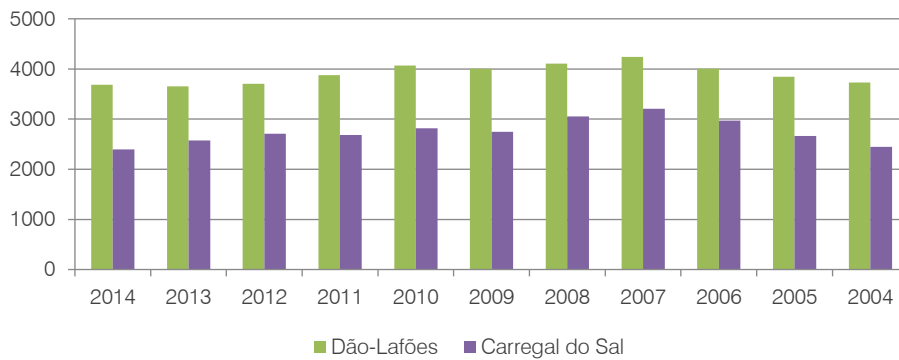


Figura 7. Evolução do consumo de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.)

Fonte: INE/DGEG, 2016

A análise do indicador relativo ao consumo de energia elétrica no concelho de Carregal do Sal, por tipo de consumo (Tabela 13), revela que o setor doméstico é responsável pelo maior consumo de energia elétrica no concelho (cerca de 38%), seguindo-se o setor não doméstico que consome cerca de 27% do total.



Tabela 13. Consumo de energia elétrica (kWh) e proporção do tipo de consumo (%) em 2014

Unidade territorial	Total (kWh)	Tipo de consumo						
		Domést	Não domést.	Indústria	Agric.	Ilum. vias públicas	Ilum. int. edif. Est.	Outros
Portugal	46177589273	25,8	26,3	37,5	1,8	3,2	4,8	0,6
R.Centro (NUTS II)	11888076056	21,6	18,6	49,6	1,8	3,5	4,2	0,7
VDL (NUTS III)	947652716	27,6	24,3	36,9	2,2	5,3	3,7	0,0
Aguiar da Beira	15556818	33,6	23,6	25,6	2,1	10,3	4,8	-
<b>Carregal do Sal</b>	<b>23046271</b>	<b>37,3</b>	<b>25,6</b>	<b>22,5</b>	<b>0,9</b>	<b>8,9</b>	<b>4,7</b>	<b>-</b>
Castro Daire	32860366	39,3	29,4	13,2	1,0	10,6	6,5	-
Mangualde	154763456	12,2	12,5	71,0	0,4	2,4	1,5	0,0
Nelas	109810073	12,3	8,0	74,3	1,3	2,9	1,3	-
Oliveira Frades	48211745	19,5	16,0	55,8	3,5	4,0	1,2	-
Penalva Castelo	15131466	45,7	19,9	13,9	2,7	13,0	4,9	-
Stª Comba Dão	26454660	43,2	24,4	17,4	3,6	6,0	5,4	-
S. Pedro do Sul	44334112	33,3	24,6	23,3	4,8	9,2	4,8	-
Sátão	24963674	44,2	28,5	12,0	2,0	10,4	2,9	-
Tondela	102037466	26,6	17,8	43,6	5,5	4,0	2,5	-
Vila Nova Paiva	11606423	42,8	26,9	10,8	4,5	9,3	5,6	-
Viseu	313905615	34,2	38,2	14,9	1,7	5,4	5,6	0,0
Vouzela	24970571	38,2	24,2	22,4	3,0	7,4	4,9	-
R.C.(NUTS III)								
Oliv.Hospital	99859868	20,5	14,8	57,3	1,3	4,1	2,0	0,0
Tábua	30493178	37,5	24,3	19,8	2,5	9,5	6,4	-

Fonte: INE/DGEG, 2016

À escala sub-regional verificam-se particularidades que importa destacar, como o facto de a indústria ter um maior peso no consumo total de energia elétrica, enquanto o consumo doméstico representa o segundo maior setor. A iluminação das vias públicas e do interior dos edifícios do Estado correspondem a consumos que no concelho de Carregal do Sal apresentam valores superiores à média sub-regional.

Nos últimos anos, em Portugal, tem-se verificado um aumento progressivo da produção anual de energia elétrica proveniente de fontes de energia renováveis (FER). Comparando a produção de origem FER, nos últimos dois anos, sobressai o aumento de produção a partir de energia hídrica, após um período no qual apresenta menos expressividade, e o crescimento da energia eólica.

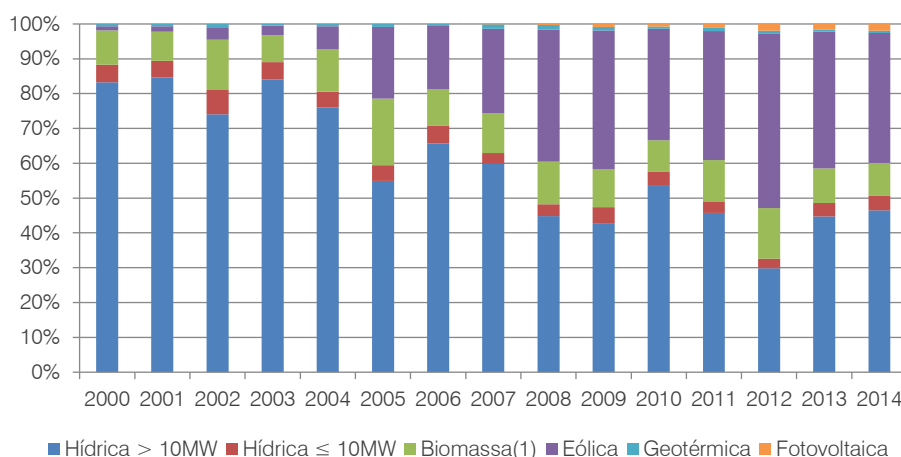


Figura 8. Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis (GWh)  
Fonte: DGEG, 2016

Segundo a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), Portugal foi, em 2014, o terceiro país da UE com maior incorporação de energias renováveis na produção de energia elétrica. Como é visível na Figura 8, esta posição deve-se ao contributo das fontes hídrica e eólica (88% das FER). Cerca de 84% da produção de origem FER ocorre nas regiões Norte e Centro do país. Esta última produz cerca de 33% do total.

Tabela 14. Produção de energia elétrica através de FER (GWh) por região

Un.territorial	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Portugal	16 594	15 140	19 016	28 754	24 692	20 410	30 610	32 405	25 357	26 757
Continente	16 233	14 768	18 551	28 214	24 174	19 956	30 092	31 851	24 812	26 218
Norte	9 801	7 804	9 762	16 007	12 317	9 182	15 985	16 951	12 651	13 744
Centro	4 799	5 286	6 664	9 056	8 682	8 082	10 206	10 965	8 462	8 823
Lisboa	638	738	818	916	953	906	1 022	1 035	1 173	1 145
Alentejo	921	838	1 062	1 841	1 827	1 321	2 267	2 228	1 853	1 842
Algarve	74	102	245	394	394	465	613	672	673	665
R.A. Açores	250	240	239	264	278	239	299	310	301	302
R.A. Madeira	107	125	205	232	236	212	215	244	242	234
Desconhecido	4	7	21	44	3	2	4	0	2	2
<b>Ano-móvel: fevereiro de 2015 a janeiro de 2016</b>										

Fonte: DGEG, Estatísticas rápidas nº135, 2016

No contexto da região Centro, Coimbra corresponde a um dos distritos com maior expressão em termos de produção de energia renovável (Figura 9), destacando-se, sobretudo, pela sua contribuição na produção de energia eólica.

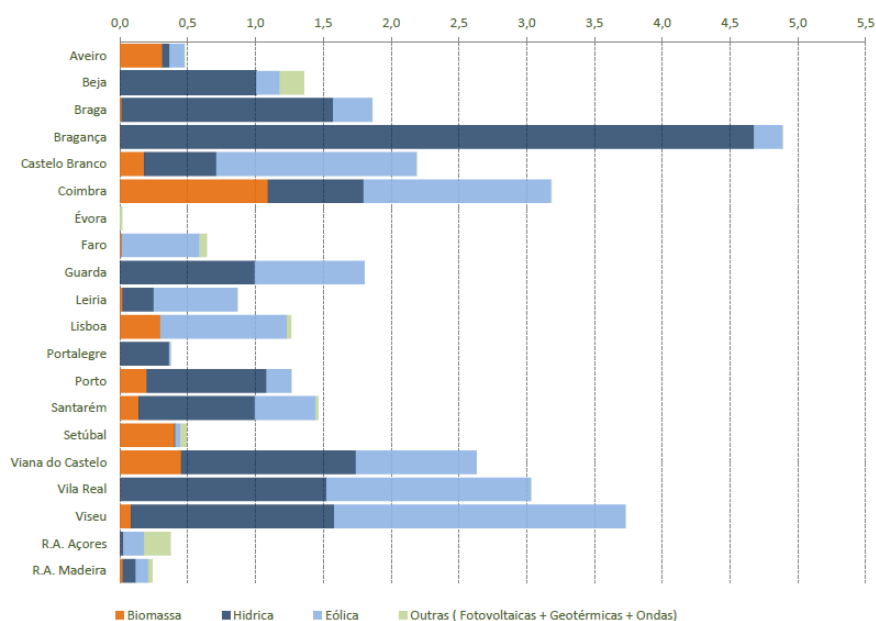


Figura 9. Produção através de fontes de energia renovável (TWh) por distrito e regiões autónomas, em 2014

Fonte: DGEG, Estatísticas rápidas nº135, 2016

No sentido de apoiar a transição para uma economia resiliente, competitiva e de baixo carbono, através do financiamento ou cofinanciamento de medidas que contribuam para o cumprimento dos compromissos do Estado Português no âmbito do Protocolo de Quioto (PQ) e de outros compromissos internacionais e comunitários na área das alterações climáticas, foi criado o Fundo Português de Carbono (FPC), pelo Decreto-lei nº 71/2006, de 24 de março, alterado pela Lei nº 64-A/2008 de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de março, e pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro.

A missão do FPC é contribuir para o cumprimento dos compromissos quantificados de limitação de emissões de gases com efeito de estufa a que o Estado Português se comprometeu ao ratificar o Protocolo de Quioto, bem como de outros compromissos internacionais de Portugal na área das alterações climáticas designadamente através de:

- Obtenção de créditos de emissão de gases com efeito de estufa, a preços competitivos, através do investimento direto em mecanismos de flexibilidade do PQ (Comércio de Licenças de Emissão, projetos de Implementação Conjunta e projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo);
- Obtenção de créditos de emissão de gases com efeito de estufa, a preços competitivos, através do investimento em fundos geridos por terceiros ou outros instrumentos do mercado de carbono;
- Apoio a projetos, em Portugal, que conduzam a uma redução de emissões de

gases com efeito de estufa, nomeadamente nas áreas da eficiência energética, energias renováveis, sumidouros de carbono, captação e sequestração geológica de CO<sub>2</sub>, e adoção de novas tecnologias, quando o retorno em termos de emissões evitadas assim o recomende;

- Promoção da participação de entidades públicas e privadas nos mecanismos de flexibilidade do PQ;
- Apoio a projetos de cooperação internacional na área das alterações climáticas;
- Apoio a projetos estruturantes de contabilização das emissões de gases com efeito de estufa e sequestro de carbono em Portugal.

Estão associados à implementação do FPC diversos projetos estruturantes de contabilização das emissões de gases com efeito de estufa e sequestro de carbono em Portugal. A estratégia de cumprimento das metas do Protocolo de Quioto em Portugal tem uma importante componente associada à contabilização do potencial de retenção de carbono (sumidouro) da **agricultura e floresta nacionais**.

## 2.5. OBRAS PÚBLICAS

Nos últimos anos tem sido notório o investimento municipal em obras que visam a qualidade de vida das populações nas mais diversas áreas. A tabela seguinte apresenta as obras realizadas pelo município, entre 2014 e 2016.

Tabela 15. Obras realizadas pelo município

Ano - 2014
Melhoramento de Acessibilidades -Acessos à Escola Básica Aristides Sousa Mendes - Pavimentação de passeios e execução de passadeiras
Ano - 2015
Eficiência energética na iluminação pública no concelho – substituição de luminárias
Variante a Cabanas de Viriato - Reparções
Estrada de Oliveirinha a Travanca de São Tomé
Pavimentação da rua da Eira - Beijós
Requalificação da Praça do Município
Pavimentação da rua da Enxurreira
Ano - 2016
Execução de Passadeiras Sobre elevadas
Pavimentação da rua do Bairro do Castelo - Beijós
Pavimentação de Estacionamento na rua de São Domingos em Vila Meã
Pavimentação da rua Américo Rodrigues Craveiro na Povoia de Santo Amaro – Parada

Fonte: CM CS, 2016

Com detalhe, são listadas de seguida as intervenções realizadas, de 2014 a setembro de 2016, por setor.

Tabela 16. Obras municipais por setor (2014 a 30.09.2016)

Obras
Vila Meã – rua do Seixal – Execução de muros em alvenaria de blocos no alargamento da rua
Carregal do Sal – Parque Industrial de São Domingos – Reconstrução de muros em alvenaria de blocos no alargamento de arruamentos
Azenha – Ex. EN 330 – Muro de suporte em alvenaria de pedra
Travanca S. Tomé – rua das Sobreiras – Alargamento e muro em alvenaria de blocos
Oliveirinha – rua Nova dos Carvalhais – Execução de muros em alvenaria de blocos no alargamento
Carregal do Sal – rua Albertino Veloso - Execução de muros em alvenaria de blocos no alargamento
Póvoa da Arnosa – rua da Tapadinha - Execução de muros em alvenaria de blocos no alargamento
Carregal do Sal – Execução de muro de vedação em alvenaria de pedra no recinto da requalificação
Vários locais no concelho – Correção de lancil e caixas de visita em passeios
Vários locais no concelho – Reparações nos edifícios de ensino escolar
Vários locais no concelho - Reparações nos edifícios património da autarquia
Vários locais no concelho – Reparação e substituição de sinalização vertical na rede viária
Vários locais no concelho – Pintura de marcas horizontais na rede viária
Serralharia
Estaleiro Municipal – Execução de serviços solicitados pelas Juntas de Freguesia
Vários locais no concelho – Conservação e manutenção de infraestruturas das ETAR´S
Vários locais no concelho – Manutenção e conservação da sinalização vertical
Vários locais no concelho – Execução de grelhas de águas pluviais na rede viária
Vários locais no concelho – Execução de grelhas de águas pluviais na rede viária
Estaleiro Municipal – Reparações e mudanças de óleo e filtros em motorizadas e viaturas
Carregal do Sal – Execução de gradeamentos e portões para vedação do recinto na requalificação do Parque Alzira Cláudio
Águas e Saneamento
Parada – rua do Paúl – Prolongamento da rede de saneamento
Carregal do Sal – rua Albertino Veloso - Prolongamento da rede de saneamento
Casal da Torre – Bairro do Pombal – Alteração do coletor de saneamento
Vários locais no concelho – Execução de ramais domiciliários de água e de saneamento
Vários locais no concelho – Levantamento de tampas de ferro fundido na rede viária de saneamento e águas pluviais
Vários locais no concelho – Desentupimento da rede de saneamento e caixas domiciliárias na rede viária
Vários locais no concelho – Reparação de roturas nas redes de abastecimento aos fontanários
Vila Meã – rua Seixal - Prolongamento da rede de água
Póvoa Pégada – rua do Calvário - Prolongamento da rede de água
Oliveira do Conde – rua da Roda - Prolongamento da rede de água
Póvoa Pégada – rua da Escola - Prolongamento da rede de água
Papizós – rua dos Carregais – Prolongamento da rede de água
Carregal do Sal – Bairro Soares Albergaria - Prolongamento da rede de água e ramais domiciliários
Póvoa St.º Amaro – rua Américo Craveiro - Prolongamento da rede de água
Carregal do Sal – rua Albertino Veloso - Prolongamento da rede de água
Cantoneiros
Vários locais no concelho - Reparação de cortes no pavimento em arruamentos e caminhos

Vários locais no concelho – Manutenção e limpeza de caminhos florestais
Vários locais no concelho - Limpeza e manutenção dos circuitos pré-históricos
Vários locais no concelho – Limpeza dos recintos de realização das feiras de Carregal do Sal e Carvalhais;
Carregal do Sal – Limpeza de folhagem caduca nos passeios e ruas da vila
Vários locais no concelho – Limpeza de fossas particulares com recurso ao Atrelado Cisterna Bauer
Vila Meã – rua do Seixal- Criação de base de <i>tout-venant</i> para pavimentação e aplicação de massa betuminosa
Parada – rua do Paúl e rua do Polidesportivo- Criação de base de <i>tout-venant</i> para pavimentação e aplicação de massa betuminosa
Casal Mendo – rua do Poisado - Criação de base de <i>tout-venant</i> para pavimentação e aplicação de massa betuminosa
Oliveira do Conde – rua da Roda - Criação de base de <i>tout-venant</i> para pavimentação e aplicação de massa betuminosa
Póvoa da Pégada – ruas do Calvário e da Escola Criação de base de <i>tout-venant</i> para pavimentação e aplicação de massa betuminosa;
Carregal do Sal – rua Albertino Velosos - Criação de base de <i>tout-venant</i> para pavimentação
Carregal do Sal - Criação de base de <i>tout-venant</i> para pavimentação no recinto do Parque Alzira Cláudio;
Sobral – rua do Cemitério - Criação de base de <i>tout-venant</i> para pavimentação e aplicação de massa betuminosa
Póvoa da Arnosa – rua da Tapadinha - Criação de base de <i>tout-venant</i> para pavimentação
Póvoa das Forcadas – rua St.º António - Criação de base de <i>tout-venant</i> para pavimentação e aplicação de massa betuminosa
<b>Calceteiros</b>
Oliveirinha – Calcetamento na requalificação do Largo D <sup>a</sup> Maria Soveral
Carregal do Sal – Calcetamento do estacionamento na requalificação do Parque Alzira Cláudio
Vários locais no concelho – Correção e reposição de calçada, vidro e pavê, em intervenções na rede por parte da empresa Águas do Planalto
Vários locais no concelho – Correção e assentamento de calçada, em passeios e ruas
<b>Jardinagem</b>
Carregal do Sal – Manutenção e limpeza dos espaços ajardinados da vila
Estaleiro Municipal – Plantações em viveiro para requalificação dos espaços ajardinados
Vários locais no concelho – Limpeza dos recintos de realização das feiras de Carregal do Sal e Carvalhais
Vários locais no concelho – Captura de canídeos para o serviço de veterinário
<b>Marcenaria</b>
Estaleiro Municipal – Execução de serviços de restauro de mobiliário dos edifícios património da autarquia
Vários locais no concelho – Reparações em equipamentos, portas e janelas de madeira, nos parques infantis e escolas
Vários locais no concelho – Reparações em equipamentos e sinalizações dos circuitos patrimoniais arqueológicos
Estaleiro Municipal – Execução de mobiliários de exposição para eventos da autarquia
<b>Eletricidade</b>
Vários locais no concelho – Recolha de leituras de contadores de eletricidade e água dos edifícios municipais, para aferição de custos
Vários locais no concelho – Vistorias de manutenção em equipamentos elétricos e mecânicos das ETAR's e EEAR's
Vários locais no concelho – Manutenções de circuitos e componentes elétricos dos edifícios património da autarquia
Vários locais no concelho – Vistorias de manutenção em equipamentos elétricos e mecânicos dos poços de abastecimento aos fontanários
Vários locais no concelho – Vistorias de manutenção em equipamentos elétricos de funcionamento da sinalização luminosa
Estaleiro Municipal – Infraestruturas elétricas em <i>stands</i> expositores da autarquia
Carregal do Sal – Rede de eletricidade na requalificação do Parque Alzira Cláudio
<b>Máquinas</b>
Vários locais no concelho – Serviços de terraplanagem e regularização de caminhos e acessos
Vários locais no concelho – Abertura de valas para redes de água, saneamento, eletricidade e telecomunicações
Vários locais no concelho – Abate de árvores de grande porte nas bermas das vias públicas

Vários locais no concelho – Demolição de habitações devolutas
Vários locais no concelho – Serviços de máquina retroescavadora para as Juntas de Freguesia
<b>Transportes coletivos</b>
Vários locais no concelho – Transporte de materiais de construção para diferentes frentes de obra (inertes, cimento, artefactos de betão, cerâmicas, etc.)
Vários locais no concelho – Transporte de alunos para diversas atividades letivas, promovidas pelo Agrupamento Escolar
Vários locais no concelho – Transporte de grupos de jovens, adultos e idosos, para diversas atividades culturais e desportivas
Estaleiro Municipal – Manutenção, limpeza e lubrificação de viaturas do parque automóvel do município
<b>Transportes materiais</b>
Vários locais no concelho – Transporte de materiais de construção para diferentes frentes de obra (inertes, cimento, artefactos de betão, cerâmicas, etc.)
Vários locais no concelho – Transporte de aterros da abertura de caixa para pavimentações
Estaleiro Municipal – Manutenção, limpeza e lubrificação de viaturas do parque automóvel do município

Fonte: CM CS, 2016

A Câmara Municipal tem também desenvolvido diversos projetos de intervenção no território que lhe permitam dar um novo impulso ao processo de revitalização urbana da vila de Carregal do Sal, potenciando o aproveitamento das oportunidades decorrentes do atual Quadro Estratégico Comum, enquadradas pelo Portugal 2020 e pelos respetivos Programas Operacionais. Neste sentido, submeteu o Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) para apreciação da entidade gestora do Programa Operacional (PO) Regional do Centro.

O PARU de Carregal do Sal tem em vista o desenvolvimento de uma intervenção integrada de regeneração urbana incidente na ARU delimitada na vila e a sustentação dos candidatados ao Portugal 2020, mais especificamente ao Programa Operacional Regional Centro 2020, Eixo 7 “Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios (CONSERVAR)”, P.I. 6.5. “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído”.

As ações propostas neste âmbito assumem diferentes tipologias de intervenção, designadamente, em edifícios, em espaços públicos e em espaços verdes urbanos. A Tabela 17 elenca as intervenções previstas, segundo a ordem de prioridade de execução e a Figura 10 apresenta a territorialização das mesmas.

Tabela 17. Ações propostas no PARU de Carregal do Sal

	Designação do investimento	Ano de Início
Fase 1	PARU 11: Instrumento financeiro	2016
	PARU 2: Requalificação do Jardim Dr. Manuel da Costa	2016
	PARU 3: Reabilitação do Largo junto ao Julgado de Paz	2016
	PARU 1: Requalificação do Parque Alzira Cláudio	2016
	PARU 6: Reabilitação da envolvente do Mercado Municipal	2017
Fase 2	PARU 5: Reabilitação do Mercado Municipal	2017
Fase 3	PARU 7: Reabilitação da Antiga Conservatória	2017
	PARU 8: Requalificação da Quinta do Gorgulão	2017
	PARU 4: Reabilitação do Edifício da Biblioteca	2017
	PARU 9: Programa de qualificação do ambiente urbano	2016
	PARU 10: Requalificação da Quinta do Gorgulão_ FASE 2	2018

Fonte: CM CS, PARU, 2016

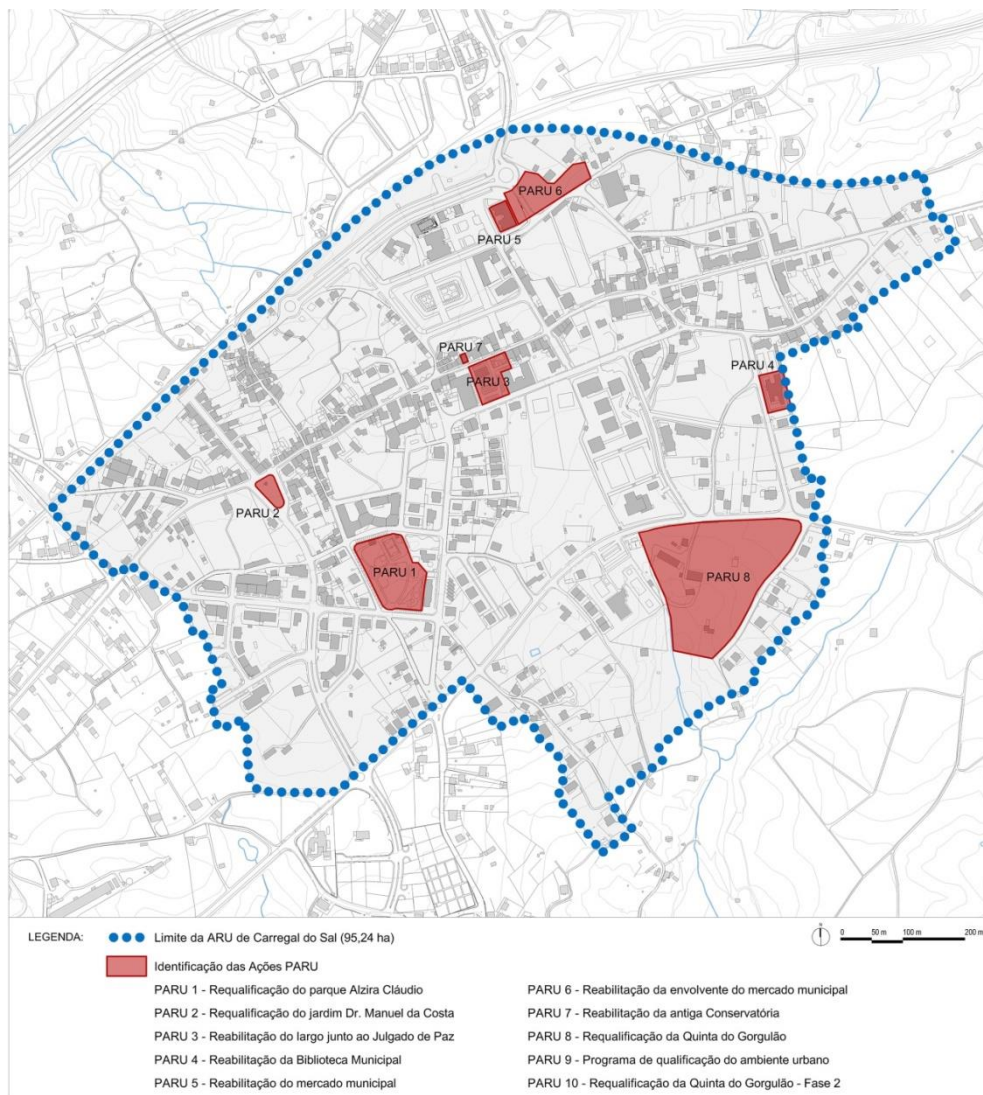


Figura 10: Intervenções PARU

Fonte: SPI, 2016



Na sequência da aprovação do PARU, o município já se encontra a implementar a operação de reabilitação do parque Alzira Cláudia (Tabela 17 – PARU 1) e pretende iniciar, ainda durante o ano de 2016, as intervenções de requalificação do jardim Dr. Manuel da Costa (Tabela 17 – PARU 2) e de reabilitação do largo junto ao Julgado de Paz (Tabela 17 – PARU 3).

## 2.6. SÍNTESE

O crescimento sustentável é um dos principais desígnios da Europa 2020, dando prioridade à promoção de uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva. As orientações fornecidas por esta agenda de desenvolvimento têm aplicação a diversas escalas territoriais, incluindo a municipal. Assim, neste domínio da sustentabilidade e ambiente, a análise realizada ao território de Carregal do Sal destacou os seguintes aspetos:

- Nas últimas duas décadas houve um aumento das despesas em ambiente. Em 2014, as despesas relacionadas com a gestão de resíduos representam 33793€/1000 habitantes (cerca de 71% do total), um valor superior à média da NUTS III que corresponde a 39357€/1000 habitantes.
- A totalidade da população residente no concelho encontra-se servida pelo sistema de abastecimento de água e 97% por sistema de drenagem de águas residuais (indicador referente ao ano de 2007). Importa contudo acautelar o bom funcionamento de todo o sistema.
- O valor médio de RSU recolhidos no concelho (375 kg/habitante) é superior ao de Viseu Dão Lafões (367 kg/habitante). Contudo, entre 2011 e 2014, verifica-se um decréscimo de cerca de 9%, uma evolução mais favorável do que a de Viseu Dão Lafões (cerca de 2%). Importa ainda destacar que a proporção de RSU recolhidos seletivamente, em 2014, foi baixa (7,5% do total), o que pode revelar a necessidade de reforçar campanhas de sensibilização e mobilização da população.
- No concelho de Carregal do Sal existem baixas emissões de poluentes (o CO<sub>2</sub> é o mais significativo) e bons índices de qualidade do ar (em 2015, houve 315 dias com boa qualidade de ar e 13 com muito bom).
- Em 2014, consumo médio de energia elétrica no concelho corresponde a 2393,9 kWh por habitante e, em termos de evolução, no período de 2004 a 2014, a redução do consumo de energia elétrica foi de cerca de 2%.
- A floresta é um recurso natural estratégico que importa conservar tendo-se verificado melhorias no que diz respeito à diminuição do número de incêndios florestais e área ardida. Em 2015 ocorreram 16 incêndios florestais (área total de 8ha), um valor relativamente reduzido quando comparado com 2012, que registou 40 incêndios (1707ha de superfície ardida), e com os anos de 2005 e 2000, com cerca de uma centena de incêndios florestais (2569ha de

superfície ardida, em 2015, e 118ha em 2000). Os povoamentos florestais foram as principais superfícies ardidadas no concelho em 2015.

- A gestão florestal, para além de ser determinante para a diminuição do risco de incêndio e sustentabilidade ambiental, é também fundamental para a valorização económica deste recurso.

No que diz respeito a obras públicas destaca-se o seguinte:

- No período de 2014 a Setembro de 2016, o município realizou um total de 88 obras, divididos pelas seguintes setores: Obras (13); Serralharia (7); Águas e Saneamento (17); Cantoneiros (20); Calceteiros (4), Jardinagem (4); Marcenaria (4); Eletricidade (7); Máquinas (5); Transportes coletivos (4); Transportes de Materiais (3).
- Com objetivo de dar um novo impulso ao processo de revitalização urbana do concelho de Carregal do Sal, foi desenvolvido um PERU e submetida uma candidatura PARU, sendo que, na sequência da sua aprovação, já se encontram a ser realizadas intervenções propostas.

### 3. ANÁLISE SWOT INTEGRADA

Conforme referido anteriormente, optou-se por apresentar neste ponto a análise SWOT global, desenvolvida para o concelho, não apenas com foco no domínio da sustentabilidade e ambiente, mas em todos os domínios analisados. Com base no exposto, apresentam-se os principais pontos fortes, áreas de melhoria, ameaças e oportunidades (análise SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) relativos ao enquadramento do concelho de Carregal do Sal.

#### TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

##### Pontos fortes

- Localização geográfica privilegiada, na região Centro do país, com uma boa rede de infraestruturas viárias/ferroviárias e ligação aos principais centros urbanos regionais
- Afirmação de Carregal do Sal como centro urbano complementar na estruturação do território regional
- Enquadramento morfoestrutural, geológico e climático que favorecem as condições necessárias para a agricultura, em particular a vitivinicultura – região demarcada do Dão
- Presença de um conjunto de equipamentos e serviços estruturantes à escala municipal, ligados à administração local e central, educação, cultura, solidariedade social, desporto
- Diminuição da taxa de repulsão interna, entre 2001 e 2011

##### Áreas de melhorias

- Padrão de mobilidade associado ao uso de transportes privados, nomeadamente, automóvel ligeiro
- Inexistência de transporte público regular entre as freguesias e a sede concelho
- Diminuição da população residente em 5%, entre 2001 e 2011
- Estrutura etária envelhecida
- Taxa de atração de população de cerca de 5%, em 2011, valor inferior à média regional e significativamente inferior ao registado no ano censitário de 2001

- Necessidade de melhorias na Extensão de Saúde de Cabanas de Viriato quer em termos físicos quer de funcionamento

### Oportunidades

- Crescente êxodo urbano (procura do espaço rural para a fixação de população urbana)
- Programa Nacional para a Coesão Territorial – evidência de desequilíbrios e aposta em políticas para a coesão e discriminação positiva de territórios do interior
- Território natural (SIC de Carregal do Sal) – aposta na conservação da natureza e valorização turística de áreas singulares

### Ameaças

- Concorrência de outros centros urbanos e regiões
- Características físicas e humanas (densidade populacional, a demografia, o povoamento, socio-economia e as acessibilidades) que classificam o concelho como um território de interior (PNCT)
- Progressiva centralização de serviços públicos provocando fecho dos serviços em áreas pouco populosas do interior
- Centralização dos investimentos nos principais aglomerados urbanos

## SUSTENTABILIDADE E AMBIENTE

### Pontos fortes

- 100% da população do concelho de Carregal do Sal está servida pelo sistema de abastecimento de água
- Boa qualidade da água do sistema de abastecimento público (100% da água é segura)
- 97% da população residente em Carregal do Sal encontra-se abrangida por sistema de drenagem de águas residuais
- Redução de cerca de 9% na recolha de RSU (2011-2014)
- Consumo médio de energia elétrica corresponde a 2393,9 kWh por habitante, um valor significativamente inferior ao da região Dão Lafões (2014)
- Decréscimo do consumo de energia elétrica por habitante (2%) no concelho (2011-2014), superior à média sub-regional (1%).

- Emissões de GEE (dióxido de carbono, metano e COVNM) do concelho inferiores à média nacional
- Aumento das despesas em ambiente por parte do município
- Integração do concelho em áreas com características particulares relacionadas com o potencial dos recursos florestais – Terras do Dão e Alto Alva
- Criação de duas ZIF (Carregal do Sal – Mondego e Carregal do Sal), instrumento de política florestal que visa garantir uma gestão eficiente dos espaços florestais à escala da paisagem e uma aplicação coerente dos apoios públicos ao desenvolvimento florestal.
- Existência de uma área protegida integrada na Rede Natura 2000 – Sítio de Importância Comunitária de Carregal do Sal
- Existência de um Plano Especial de Ordenamento da Albufeira da Agueira que permite salvaguardar e potencializar os recursos naturais existentes
- Existência de um Plano Regional de Ordenamento Florestal para a região do Dão e Lafões, na qual o concelho de Carregal do Sal se integra, e cujo objetivo é gerir os espaços florestais no sentido de aumentar a sua diversidade, garantindo, de modo sustentável, o equilíbrio multifuncional
- Aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis (QREN e Portugal 2020) para a execução de obras públicas
- Aposta em instrumentos de regeneração urbana

### Áreas de melhorias

- Baixa proporção de RSU recolhidos seletivamente (7,5%, 2014)
- Necessidade de sensibilizar a população para a recolha seletiva e envolver também a indústria no que se refere ao pré-tratamento de resíduos
- Diminuição do número de dias com registo “muito bom” e “bom” no que diz respeito à qualidade do ar (2014-2015)
- Estado de conservação do parque edificado, nomeadamente dos aglomerados crescentemente despovoadas
- Necessidade de reestruturação da rede de águas residuais - ETAR
- Necessidade de despoluição de massas de água
- IGT de nível municipal em vigor já não retrata a realidade do município e

existe, também, a necessidade de estabelecer a sua conformidade com planos de ordem superior – em revisão

- Falta de recursos humanos e constrangimentos nas contratações para a execução de obras municipais
- Estado de degradação e abandono do edificado das zonas centrais dos aglomerados dispersos por todo o concelho

### Oportunidades

- Existência de instrumentos de apoio à reabilitação urbana
- Existência de apoios comunitários que facilitam a reconversão para fontes de energia renovável no sector público e privado
- Maior consciencialização dos cidadãos para as questões éticas e ambientais
- Investimento no Mercado de Carbono
- Valorização dos recursos endógenos num quadro que promova o equilíbrio entre a preservação do património natural e desenvolvimento de atividades económicas.
- Existência de financiamento para melhorias nas infraestruturas básicas
- Existência de apoios comunitários para reabilitação urbana
- Novas dinâmicas sociais – população qualificada que procura locais com qualidade de vida longe dos grandes centros.
- Apoios existentes para a consolidação das redes de serviços de proximidade

### Ameaças

- Impacto das alterações climáticas sobre os recursos naturais do planeta
- Baixos investimentos nos espaços florestais, financiados por apoios públicos
- Concorrência de outros centros urbanos e regiões
- Concentração de apoios financeiros nas sedes de concelho

## EMPREGO E COMPETITIVIDADE

### Pontos fortes

- Existência de um conjunto diversificado de áreas de localização empresarial no concelho (zonas industriais de Sampaio, de S. Domingos e da Gândara)
- Existência serviço de apoio às empresas, de âmbito local (Gabinete de Apoio

ao Empresário)

- Proximidade a importantes polos do SCT regional que facilitam o estabelecimento de sinergias e o reforço de oportunidades de inovação para as empresas e instituições locais
- Especialização económica - setor das atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M), indústrias transformadoras (C) e outras atividades de serviços (S), Setor da agricultura (A)
- Importância da agricultura, em especial vinha, floresta e hortifruticultura para a economia do concelho
- Taxa de sobrevivência das empresas (nascidas 2 anos antes) de 53,62%; superior à média nacional (52,3%)
- Saldo positivo entre os valores verificados nas exportações e importações
- Aumento do volume de exportações entre 2014-2015 (13,3%)
- Taxa de desemprego no concelho (11,2%) inferior à média nacional (13,2%), em 2011

### Áreas de melhorias

- Ausência de um espaço de incubação de empresas no concelho
- Zona industriais com lotes desocupados
- Inexistência de uma associação de empresas/empresários que promova o trabalho em rede
- Diminuição de 8% no volume de negócios das empresas do concelho (2010-2014)
- Taxa de atividade de 39,2%, que corresponde a umas das mais baixas taxas de atividade da região Dão Lafões (2011)
- Taxa de emprego de 40,3%, valor inferior ao registado em Portugal (48,5%), na região Centro (46,8%) e Viseu Dão Lafões (43,9%), em 2011
- Desemprego atinge principalmente a população com entre os 35 e os 54 anos (em 2015)
- Maioria dos desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional tem esse registo há mais de um ano (em 2015/2016)
- Disparidade nos ganhos médios mensais femininos e masculinos (diferença de 889€, em 2014)



## Oportunidades

- Políticas favoráveis e investimento público crescente na área do apoio à inovação e ao empreendedorismo
- Aposta na Investigação e produção científica em setores chave – Programa Horizonte 2020
- Oportunidades de valorização de recursos endógenos em diversos setores económicos
- Fontes de financiamento para o investimento em áreas de acolhimento empresarial, visando capacitar e melhorar as condições de instalação das empresas, bem como potenciar economias de aglomeração e de rede, com impacto na competitividade das PME
- Aumento da procura por mão-de-obra especializada em setores estratégicos
- Proximidade a instituições de ensino superior que podem gear transferência de conhecimento/tecnologia relevantes para as empresas do concelho
- Meios e fontes de financiamento do empreendedorismo e de apoio qualificação e à inovação

## Ameaças

- Crise económica mundial, com consequências a todos os níveis, principalmente em relação ao emprego
- Forte concorrência dos concelhos limítrofes na atração de investimento e empresas
- Impacto do aumento do preço da energia nas dinâmicas de investimento
- Desencontro entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho
- Concorrência de outros territórios ao nível da especialização em atividades económicas como o turismo

## CULTURA

### Pontos fortes

- Diversidade de elementos de património imóvel classificado, cultural, imaterial e natural capazes de potenciar a atratividade turística

- Presença de equipamentos culturais formais (Centro Cultural, Museu e Biblioteca Municipal, etc.) e informais de apoio às atividades culturais (sedes das associações culturais, recreativas e desportivas) e desportivas (pavilhão e piscinas municipais, campo de futebol...)
- Presença de mais de 3 dezenas de associações culturais, recreativas e desportivas

### Áreas de melhorias

- Investimento nas atividades culturais, criativas e desportivas
- Existência de um polidesportivo descoberto em todas as freguesias do concelho, com baixa procura/utilização, e estado de conservação débil de alguns deles
- Desarticulação entre as associações, gerando, por vezes, sobreposição de atividades promovidas

### Oportunidades

- Alterações nos padrões de consumo e motivações da procura turística: maior procura por destinos que contemplem experiências únicas e diferenciadoras (turismo cultural, de natureza, etc.)

### Ameaças

- Concorrência de outros centros urbanos e regiões
- Centralização dos investimentos nos principais aglomerados urbanos

## EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

### Pontos fortes

- Investimento público na requalificação da rede escolar
- Existência de equipamentos escolares que abrangem todos os níveis de ensino obrigatório
- Taxa de abandono escolar de 0,6%, abaixo da média nacional e regional
- Baixa taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (9,5%) comparativamente à média nacional (10%), no ano letivo 2013/2014
- Diminuição da taxa de analfabetismo no concelho (13,3% em 1991 e 7,6%, em 2011)
- Existência de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) em Carregal do Sal

- Existência de IPSS em todas as freguesias do concelho que dão respostas às necessidades da população
- Funcionamento do CLAS e existência de um Plano de Desenvolvimento Social

### Áreas de melhorias

- Inexistência de ensino profissional no concelho direcionado para as necessidades do mercado de trabalho local
- Baixos níveis de escolaridade, com predomínio do ensino básico do 1º ciclo (32%) ou mesmo a ausência de qualquer nível de ensino (22,5%)
- Taxa de analfabetismo feminino supera de forma significativa a masculina, sendo que, no concelho de Carregal do Sal, a disparidade corresponde a um valor superior ao dobro da taxa de analfabetismo masculina (4,8% face a 10%)
- Elevada proporção da população portuguesa em risco de pobreza ou exclusão social (27,5%) e em risco de pobreza, após as transferências sociais (20%)
- Baixa proporção da população residente (8%) que beneficia de prestações sociais familiares
- 35% da população residente no concelho beneficia de prestações sociais (pensões de invalidez, de velhice e sobrevivência, subsídio de desemprego e rendimento social de inserção), sendo que cerca de 69% correspondem a pensões de velhice (2014)
- Subsídio de desemprego abrange 5,7% da população residente no concelho (2014)
- Valores médios das pensões sociais, do subsídio de desemprego e de doença inferiores às médias nacional e regionais
- Tendência de envelhecimento populacional com conseqüente aumento do índice de dependência de idosos e aumento de pressão sobre os sistemas sociais

### Oportunidades

- Apoio da UE à formação e aprendizagem ao longo da vida e às competências humanas
- Existência de políticas nacionais de combate ao insucesso escolar que

garantem a deteção precoce de alunos com dificuldades económicas e/ou de aprendizagem

### Ameaças

- Aprofundamento das problemáticas de coesão social – nomeadamente pela continuada perda do poder de compra da população portuguesa e a recessão em que se encontra a economia nacional
- Carácter fundamentalmente macro das políticas de emprego, sendo definidas no espectro europeu e nacional e implementadas através de ciclos diferenciados. Este facto pode comprometer algumas especificidades locais
- Elevada proporção da população portuguesa em risco de pobreza ou exclusão social (27,5%) e em risco de pobreza, após as transferências sociais (20%)

## 4. ESTRATÉGIA MUNICIPAL

### 4.1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Plano Estratégico Carregal do Sal tem como principal desígnio a construção e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento integrada à escala local alinhada com agendas estratégicas definidas e adotadas a escalas macro como a europeia (Europa 2020), nacional (Portugal 2020), regional (Centro 2020) e sub-regional (EIDT Viseu Dão Lafões), que se devem orientar para a valorização de oportunidades de apoio do atual período de programação financeira 2014-2020.

A Estratégia Municipal organiza-se em diversos níveis, conforme apresentado na Figura 11. A visão de futuro estabelece o quadro geral para o desenvolvimento do concelho, a partir da qual são os propostos os eixos transversais e de especialização, que devem ser trabalhados em simultâneo, sendo que cada eixo assenta num conjunto claro de objetivos gerais e específicos. Estes constituem o quadro de referência para a construção dos projetos estruturantes que integram o Plano Estratégico.



Figura 11. Níveis de definição da estratégia  
Fonte: SPI, 2016

Considerando o já mencionado alinhamento com as agendas adotadas em diversas escalas, pretende-se que a estratégia definida para o concelho de Carregal do Sal contribua para a coesão e o desenvolvimento territorial, económico e social.

A concretização das apostas estratégicas exige a mobilização e a participação articulada de diversos agentes presentes no território, como a autarquia, as empresas, associações, escolas, cidadãos (Figura 12). Embora se destaque o papel desempenhado pela autarquia, como principal responsável pela definição de políticas de desenvolvimento territorial à escala municipal e

como promotora do Plano, a definição da Estratégia Municipal e, posteriormente, dos projetos estruturantes procura enfatizar a cooperação entre os diversos agentes.



Figura 12. Atores envolvidos na Estratégia Municipal

Fonte: SPI, 2016

## 4.2. VISÃO DE FUTURO

A visão de futuro é a síntese de um cenário prospetivo e de médio prazo que constitui o quadro de referência para a estratégia municipal de desenvolvimento, assente no diagnóstico efetuado ao território e numa lógica de valorização dos pontos fortes e oportunidades e resposta às áreas de melhoria e ameaças.

Atualmente os territórios enfrentam desafios significativos de índole económica, ambiental, social e cultural, que são muitas vezes trabalhados de forma separada, focada nos problemas, ignorando conexões estruturais e principalmente desconsiderando os temas prioritários (recursos finitos, direitos económicos, economia, necessidades reais, felicidade...).

Scharmer & Kaufer (2013)<sup>4</sup> esquematizaram este desafio no seu modelo de *iceberg* (Figura 13), no qual assumem que, sem um forte quadro de governança, é difícil que os territórios se dediquem aos temas fundamentais. Os novos quadros de desenvolvimento

<sup>4</sup> Scharmer, O. & Kaufer, K., 2013: *Leading from the Emerging Future: From Ego-System to Eco-System Economies*. Berrett-Koehler Publishers.

precisam de atribuir mais espaço e centralidade aos cidadãos, promovendo novas ondas de ação cívica, ultrapassando as barreiras entre público e privado e criando novas formas de colaboração e responsabilidade entre diferentes domínios e em escalas distintas.

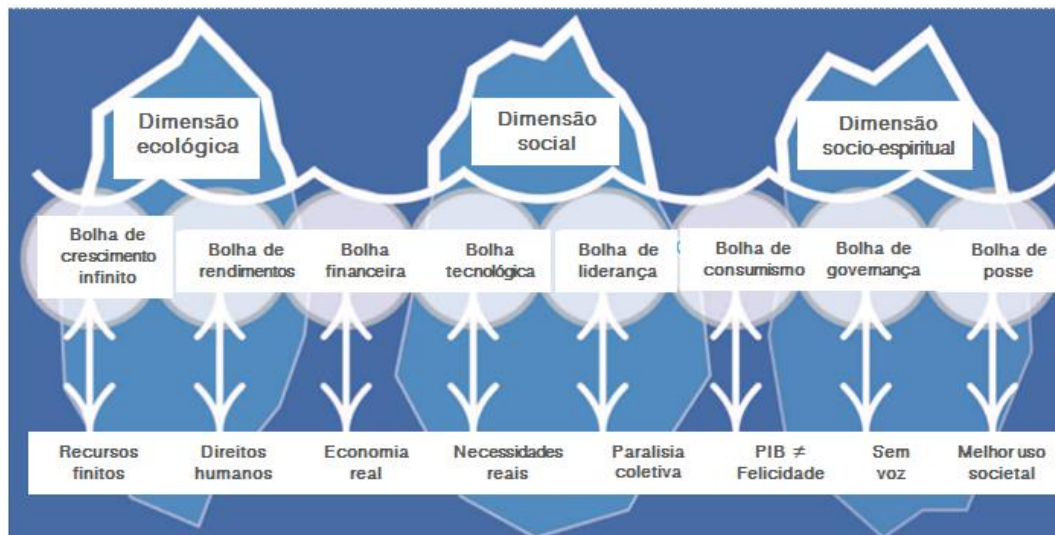


Figura 13. Modelo de Iceberg de Scharmer and Kaufer (2013)

Fonte: CIVICUS, Towards new social contracts – using dialogue processes to promote social change<sup>5</sup>

Os desafios sociais atuais exigem respostas menos tradicionais, requerendo abordagens sistémicas, participativas e adaptadas à realidade.

Considerando as características do território e os desafios apresentados, revela-se importante impulsionar novas dinâmicas de governança que possam servir de alavancas para um desenvolvimento sustentando, com um foco numa qualidade competitiva e sustentável do território e das suas redes de atores. Neste contexto, a valorização dos recursos existentes e das dinâmicas diferenciadoras, sejam de carácter económico, cultural, ou turístico, devem constituir as âncoras para o desenvolvimento do território, tornando-o capaz de dinamizar e desenvolver múltiplos setores.

Estas pretensões alinham-se com os domínios temáticos definidos para a programação e implementação do Portugal 2020 - competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos – para os quais as estratégias municipais, como a de Carregal do Sal, devem contribuir.

Neste caso, as dinâmicas económicas que se pretende impulsionar estão ligadas a diversos setores, que se alinham igualmente com domínios diferenciadores identificados na Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3) da região Centro, em particular com os da Agricultura, Floresta, Turismo; e com os domínios

<sup>5</sup> Disponível online em: <http://tinyurl.com/hg74gfg>

transversais - Produtividade Industrial Sustentável, Eficiência Energética e Inovação Rural. A concretização do potencial nestes domínios assenta nos recursos endógenos do território de Carregal do Sal e em dinâmicas já instaladas em algumas atividades diferenciadoras, como no setor agroflorestal (vitivinicultura e floresta), que importa continuar a suportar, apostando na adoção das melhores práticas disponíveis.

É importante também que a Estratégia Municipal se alinhe com a visão da região de Viseu Dão Lafões 2020 que prevê que esta seja um *“um território que trabalhando em conjunto, com base num compromisso amplamente participado, é capaz de cocriar, combinar e relacionar de forma inovadora, sustentável e inclusiva diferentes ofertas de excelência, com base na dinamização do seu tecido empresarial e na afirmação do potencial dos seus património natural, cultural e social, proporcionando novos modos de usufruir o território, baseados em elevados padrões de qualidade de vida e numa forte e harmoniosa integração entre o urbano e o rural.”*

Considerando o enquadramento estratégico, o diagnóstico realizado, os contributos dos agentes económicos e sociais do território e o debate em torno de questões relacionadas com os principais domínios em que o concelho apresenta vantagens competitivas, considera-se que a estratégia do concelho de Carregal do Sal deve assentar na valorização do setor da agricultura, das atividades baseadas nos recursos naturais e no património. Assim, propõe-se a seguinte visão para o concelho:

Em 2025, Carregal do Sal deverá afirmar-se como um território competitivo e capaz de atrair investimento e pessoas, a partir da valorização dos recursos naturais, patrimoniais e das dinâmicas diferenciadoras associadas ao turismo e cultura e ao setor agroflorestal.

Esta visão implica a capacidade de apostar nas especificidades territoriais, assumindo-as como oportunidades para o desenvolvimento integrado e competitividade, e sustenta-se nas seguintes premissas:

- A competitividade do concelho depende da implementação de medidas que promovam o espírito empresarial, a instalação de novas empresas e, conseqüentemente, aumentem o número de postos de trabalho e o volume de negócios.
- A reabilitação urbana é uma condição basilar da competitividade e coesão territorial que responde aos desafios que se colocam ao território e à sua vitalização física e ambiental, económica, social e cultural.
- A educação, formação e aprendizagem ao longo da vida são essenciais para



garantir a inclusão social, desempenhando também um papel crucial na dinamização económica se orientados para o reforço e qualificação dos setores de especialização concelhia (agroflorestal, turístico...).

- A diversidade geográfica, a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural, com especial foco para os elementos inimitáveis, devem ser potenciados em prol de uma maior sustentabilidade e projeção regional e nacional do território e conseqüentemente uma maior capacidade de atração de pessoas, visitantes, empresas.
- A valorização das especificidades territoriais deve considerar uma gestão integrada e eficiente dos recursos naturais, patrimoniais e culturais do concelho, potenciando sinergias regionais.
- A cooperação e a governança partilhada com os atores locais deve ser incentivada com o intuito de afirmar as dinâmicas económicas, sociais, culturais e turísticas do concelho e de ganhar escala nestes domínios e nos domínios de especialização económica.
- A comunicação e promoção cruzada do território e dos recursos já reconhecidos e procurados deve ser implementada numa lógica de ganho conjunto. O concelho dispõe de dinâmicas instaladas no setor vitivinícola e florestal pelas quais é reconhecido (vinho do Dão e cultura do pinheiro manso), bem como recursos naturais e culturais (especial destaque para Aristides de Sousa Mendes) já reconhecidos nacional e internacionalmente.

Em suma, assume-se como missão: Garantir a boa gestão de recursos e a ativação de sinergias capazes de assegurar a qualidade de vida e a resposta às necessidades das pessoas e das atividades económicas instaladas.

#### 4.3. EIXOS TRANSVERSAIS E DE ESPECIALIZAÇÃO

A visão funciona como um fio condutor da estratégia, a partir da qual é possível identificar os eixos de intervenção que sustentam as principais opções a realizar. Por sua vez, estes eixos assumem diferentes objetivos gerais e específicos que enquadram os projetos estruturantes e as respetivas ações prioritárias. Para alcançar a visão definida para o concelho de Carregal do Sal identificaram-se quatro eixos transversais e dois eixos de

especialização que se encontram interligados e que se reforçam mutuamente, coerentes com as agendas de desenvolvimento definidas a escalas superiores.

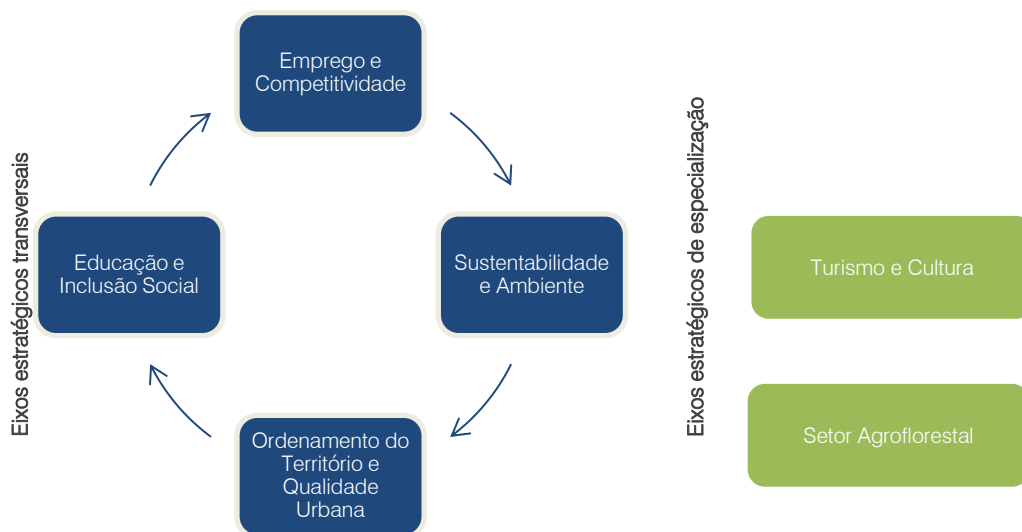


Figura 14. Eixos transversais e de especialização

Fonte: SPI, 2016

Para cada eixo transversal e de especialização foi definido um objetivo geral (OG) coerente com as especificidades do concelho de Carregal do Sal e com as prioridades estratégicas identificadas à escala regional, nacional e europeia. Na Tabela 18 explicitam-se os objetivos gerais de cada eixo, opções definidas no sentido de alcançar a visão previamente definida e que serão detalhados de seguida.

Tabela 18. Objetivos gerais dos eixos transversais e de especialização

<b>Sustentabilidade e Ambiente</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar e valorizar os recursos naturais, nomeadamente os ecossistemas ribeirinhos do Mondego e Dão, e garantir padrões de qualidade ambiental elevados através da aposta na gestão eficiente dos recursos disponíveis e na economia circular</li> </ul>
<b>Emprego e Competitividade</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afirmar o concelho como território de excelência no suporte ao investimento, através da oferta de espaços e serviços adequados às necessidades das empresas e de uma rede forte de parcerias estratégicas</li> </ul>
<b>Ordenamento do Território e Qualidade Urbana</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar o contexto urbano-rural, através da qualificação da rede polinucleada de pequenos centros urbanos e da adequada gestão de usos do solo</li> </ul>
<b>Educação e Inclusão Social</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a coesão e inovação social através do reforço da aposta na educação, da valorização da identidade cultural e da eficácia dos serviços de proximidade</li> </ul>
<b>Turismo e Cultura</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar a identidade e os elementos histórico-culturais únicos (Aristides de Sousa Mendes, património arqueológico e rios Mondego e Dão) como âncoras estratégicas para a consolidação de um destino turístico de qualidade</li> </ul>
<b>Setor Agroflorestal</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar a multifuncionalidade e potenciar a valia económica do espaço rural e a competitividade do setor agrícola, através da valorização das atividades florestais (floresta de pinheiro manso) e agrícolas (ênfase da vitivinicultura)</li> </ul>

#### 4.3.1. SUSTENTABILIDADE E AMBIENTE

No concelho de Carregal do Sal existem alguns constrangimentos no domínio da sustentabilidade e ambiente aos quais importa dar resposta, nomeadamente, a existência de uma rede de infraestruturas básicas com necessidades de reestruturação (sobretudo, o sistema de drenagem de águas residuais) e a reduzida recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos (apenas 7,5% do total de RSU recolhidos). Por outro lado, no domínio da eficiência energética a autarquia já tem vindo a desenvolver diversas ações (ex. substituição de luminárias tradicionais por outras de tecnologia LED) que importa continuar a implementar. Paralelamente, importa recuperar e valorizar alguns elementos naturais como as ribeiras ou margens dos rios Dão e Mondego, elementos distintivos do concelho, restaurando a sua função no quadro biofísico e, conseqüentemente, potenciando o desenvolvimento de novas dinâmicas de aproveitamento destes recursos, como através do turismo de natureza.

Tendo em consideração o exposto, o eixo transversal “sustentabilidade e ambiente” assume no concelho de Carregal do Sal especial importância e apresenta contributos alinhados com as orientações do Acordo de Parceria que refere que *“os investimentos a concretizar, no período de programação 2014-2020, devem estar orientados para o crescimento sustentável e para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável que promova uma economia de baixo carbono e integre a eficiência na utilização de recursos, a proteção do ambiente e a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas.”*

Este eixo visa promover a consolidação de uma economia verde, eficiente e competitiva, focada no conceito de economia circular, com base na implementação de políticas orientadas para a utilização e reutilização racional dos recursos, para a prevenção da degradação ambiental e diminuição da emissão de carbono. Simultaneamente, este domínio visa *“melhorar a visibilidade do património natural, dos recursos naturais existentes (ar, água, solo, flora e fauna) e da qualidade cénica, atribuindo-lhes novas vocações que se complementem e criem valor sem os delapidar”*, em consonância com o preconizado na EIDT Viseu Dão Lafões.

O eixo “sustentabilidade e ambiente” assume-se como transversal aos restantes uma vez que encerra uma preocupação de minimização dos impactos da atividade humana através da diminuição do recurso a matérias-primas e da manutenção e valorização de ecossistemas. Sendo um pilar de toda a estratégia, apresenta forte associação à regeneração urbana (P7) e ao desenvolvimento económico (P1). Importa referir que nestas dimensões existe um papel estratégico repartido entre entidades públicas, nomeadamente a autarquia, e privadas/empresas, sendo do equilíbrio e cooperação entre estas que se conseguirão alcançar os resultados expectáveis.

Neste sentido, o eixo transversal “sustentabilidade e ambiente” tem como objetivo geral: **Preservar e valorizar os recursos naturais, nomeadamente os ecossistemas ribeirinhos do Mondego e Dão, e garantir padrões de qualidade ambiental elevados através da aposta na gestão eficiente dos recursos disponíveis e na economia circular.**

Para a sua concretização consideram-se relevantes os seguintes objetivos específicos (OE):

- Valorizar e proteger os territórios ambientalmente mais sensíveis e com características fundamentais para a manutenção do equilíbrio ambiental e socioeconómico do concelho
- Apostar na gestão eficiente da rede de infraestruturas básicas por forma a minimizar o impacto das atividades humanas no território

- Diminuir as emissões de GEE através do incentivo à economia circular, à implementação de medidas de eficiência energética e à promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis
- Apostar na sensibilização e envolvimento da comunidade na preservação do território e recursos

#### 4.3.2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E QUALIDADE URBANA

As políticas públicas devem ser direcionadas para a disponibilização de um ambiente sustentável e adequadamente infraestruturado, associadas a um planeamento de obras e serviços públicos que tenham em consideração as especificidades, necessidades e condições do território, de modo a priorizar os investimentos a realizar e garantir a sustentabilidade financeira. De igual modo, a gestão territorial deve ser um processo coerente, conseqüente e responsável, enquadrando também as dinâmicas económicas e sociais com efeitos espacializados, tendo em vista a qualidade de vida das populações.

Estes desígnios assumem especial importância em territórios de interior, como o de Carregal do Sal, marcados por dinâmicas territoriais, económicas, demográficas e sociais, de maior fragilidade e que importante contrariar. O Programa Nacional para a Coesão Territorial destaca a importância de criar um território de interior mais coeso, tendo como objetivo *“construir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede que valorizem visões intersectoriais e interescales, tendo em vista a qualidade de vida.”*

Neste sentido, o presente eixo visa a qualificação do território polinucleado de Carregal do Sal através da implementação de iniciativas conducentes à dinamização da rede de centros urbanos, de forma a garantir a existência de serviços de proximidade que respondam às necessidades da população, não esquecendo a necessária gestão eficiente de investimentos.

Neste quadro de melhoria das condições ambientais, urbanas e de desenvolvimento sustentável, a reabilitação urbana e patrimonial assumem especial relevância, uma prioridade que já foi assumida pela autarquia que tem vindo a promover, ao longo dos últimos anos, um conjunto de iniciativas de recuperação de espaços públicos e de reabilitação de edifícios e equipamentos urbanos. Esta aposta sistemática na regeneração urbana passou também pela delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) na vila de Carregal do Sal, para a qual foi desenvolvido um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) e apresentada uma candidatura do Plano de Ação para a

Regeneração Urbana (PARU). Atualmente, verifica-se a necessidade de alargar as iniciativas de regeneração urbana a outros aglomerados do concelho, igualmente marcados pela diminuição da população residente e conseqüente abandono e degradação do património edificado.

As questões relacionadas com as dinâmicas urbanas são um dos desafios identificados no Acordo de Parceria - Portugal 2020. Segundo este documento de estratégia nacional, *“na perspetiva da política e do desenvolvimento urbano, assumem relevância os processos de regeneração e revitalização urbana nos principais nós estruturantes do sistema urbano nacional, contribuindo não só para a competitividade económica e para a atratividade desses centros, como também pelo impulso que proporciona à qualidade de vida e bem-estar dos seus habitantes, numa lógica de promoção de cidades mais compactas, privilegiando um uso mais eficiente do solo, menores deslocações dos seus habitantes e uma oferta de maior qualidade e mais racional de serviços públicos e coletivos. De forma a tornar as cidades mais sustentáveis, as intervenções deverão privilegiar áreas como a eficiência energética, a mobilidade, a habitação e regeneração urbana, a melhoria da eficiência no uso dos recursos, etc.”.*

Neste sentido, algumas das intervenções propostas neste eixo, relevantes para a estruturação do sistema urbano municipal, focam-se em iniciativas ligadas às políticas de regeneração urbana que devem alavancar processos de reabilitação e dinamização dos espaços consolidados onde se concentram serviços, comércio e equipamentos de suporte ao quotidiano da comunidade, tendo uma perspetiva de implementação em rede. O conhecimento e valorização do património concelhio é também consagrado neste eixo.

Perante o exposto, o eixo “Ordenamento do território e qualidade urbana” tem como objetivo geral: **Valorizar o contexto urbano-rural, através da qualificação da rede polinucleada de pequenos centros urbanos e da adequada gestão de usos do solo.**

A operacionalização assenta nos seguintes objetivos específicos:

- Criar uma oferta de espaços urbanos de qualidade com resposta às necessidades da comunidade, desde os mais novos aos mais velhos
- Qualificar e hierarquizar as ligações intraconcelhias, simplificando a leitura territorial e melhorando as condições de usufruto integrado do território
- Promover a reabilitação urbana integrada dos aglomerados urbanos (edificado e espaço público)
- Incentivar a dinamização económica e social dos centros tradicionais
- Rever os Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito local, adaptando-os às

alterações territoriais e à legislação em vigor

#### 4.3.3. EMPREGO E COMPETITIVIDADE

A competitividade exprime-se através de um conjunto alargado de domínios complementares, destacando-se o domínio territorial, o conhecimento e inovação e a economia como alavancas chave. No que diz respeito à competitividade da economia local, esta encontra-se dependente da capacidade de renovação do tecido económico e do fomento de atividades geradoras progressivamente mais inovadoras e diferenciadoras, sendo para tal essencial a disponibilidade de recursos humanos qualificados e de fortes ligações ao sistema científico e tecnológico, com especial foco nas áreas de especialização económica do concelho. A disponibilidade de espaços de diferentes tipologias que possam responder a necessidades distintas é também uma preocupação a ter em consideração, sendo essencial a complementaridade entre áreas tradicionais de acolhimento empresarial com outras tipologias, orientadas para negócios nascentes e empresas de serviços que possam beneficiar de ambientes colaborativos de trabalho, usualmente associados a espaços de incubação ou centros de negócios.

Atualmente, o tecido empresarial de Carregal do Sal é composto essencialmente por microempresas (96% das empresas têm menos de 10 trabalhadores) e por empresas individuais (70,3%), sendo o “comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos” (G – 185 empresas) a atividade económica que mais se destaca., seguido da “agricultura” (A – 143 empresas) e “indústrias transformadoras” (C – 85 empresas. Embora tenha havido um ligeiro aumento no número de empresas, entre 2010 e 2014, o volume de negócios diminuiu. Verifica-se ainda um baixo número médio de pessoas ao serviço das empresas (cerca de 3 pessoas, em média), capacidade exportadora pouco significativa (representa apenas cerca de 4,5% do total da região Dão Lafões) e pouco investimento em atividades de I&D e Inovação, apesar da proximidade a importantes atores do SCT regional, constrangimentos semelhantes ao que se passa a nível nacional.

*“O tecido empresarial português é constituído por uma grande percentagem de microempresas e PME, com uma carteira de bens e serviços pouco intensivos em tecnologia e conhecimento, que enfrentam uma procura pouco dinâmica e uma forte concorrência assente no fator custo, estando sobretudo orientadas para o mercado interno e para a produção não transacionável. (...). Os esforços realizados nos últimos anos, tendo em vista o aumento da capacidade exportadora das PME, têm revelado dificuldades em consolidar os progressos alcançados (dificuldade de penetração no mercado internacional),*

*enfrentando uma estreiteza de banda na extensão dos mercados externos (forte concentração no mercado europeu), dos produtos, dos serviços e dos modelos de negócio. Para este efeito contribuiu, por um lado, uma dinâmica de investimento empresarial ainda centrada no capital físico (equipamentos) em detrimento do investimento em domínios imateriais (organização, marketing, TIC, eco-eficiência, qualidade, formação, organização logística, etc.), bem como deficiências organizativas e de gestão, a par de uma insuficiente inserção em redes de cooperação e de conhecimento. Por outro lado, a insuficiente capacidade de gerar empreendedorismo de qualidade e de potenciar as oportunidades de negócio mais dinâmicas e em domínios de inovação, limita também o ritmo de elevação da competitividade das PME.” (Acordo de Parceria Portugal 2020, pág. 122).*

Em termos de espaços municipais de apoio ao tecido empresarial, o concelho de Carregal do Sal dispõe de três espaços industriais, onde existem lotes disponíveis - parque industrial de Sampaio, na freguesia de Oliveira do Conde, e os parques industriais da Gândara e de São Domingos, ambos localizados na freguesia de Carregal do Sal. À exceção dos espaços industriais, verifica-se a inexistência de outros espaços construídos capazes de dar resposta à potencial procura por parte de empresas de pequena dimensão e com necessidades de pequenas áreas de escritórios e *cowork*. No que diz respeito a serviços e entidades locais de apoio à atividade económica, a autarquia presta apoio às empresas com sede no concelho através do Gabinete de Apoio ao Empresário (GAE), uma estrutura da Câmara Municipal de Carregal do Sal, que apresenta como principal missão assumir a função de *“estrutura de consultoria e gestão ativa de apoio aos empresários, empreendedores e potenciais investidores”*, prestando apoio e informações sobre sistemas de incentivos, prazos e procedimentos legais para a submissão de candidaturas de âmbito comunitário, nacional e intermunicipal.

Assume-se como fragilidade a ligação do tecido empresarial ao sistema científico e tecnológico (SCT), assim como a sua organização numa lógica de capitalização de oportunidades de qualificação e valorização conjunta. Não existe uma associação empresarial que represente as empresas do concelho e que, porventura possa ter também um papel preponderante na promoção dos vínculos a projetos de investigação em de ensino especializado com ganhos para as empresas do concelho. Sendo a cooperação entre empresas e entre estas e o SCT, considera-se que esta organização cooperativa seria uma mais-valia para a ampliação da competitividade empresarial sendo a criação de uma associação empresarial ou outra organização similar um passo relevante.

Complementarmente ao exposto, tendo em conta as características do tecido empresarial do concelho de Carregal do Sal e da ocupação atual dos espaços de acolhimento empresarial, a autarquia deve dispor de instrumentos adequados de suporte às atividades



económicas e de fomento ao empreendedorismo, sendo estas questões o foco do presente eixo transversal.

Neste contexto, o presente eixo relaciona-se com a necessidade de fortalecer o tecido económico e reforçar a competitividade local, com enfoque nas suas potencialidades, dinamizando e potenciando uma rede de espaços de acolhimento empresarial capaz de potenciar o surgimento e instalação no concelho de empresas com necessidades diferentes dos lotes industriais, por exemplo de carácter tecnológico, ligadas aos eixos de especialização.

Este eixo alinha-se com o domínio da Competitividade e Internacionalização definido no Acordo de Parceria - Portugal 2020, e contribui de modo direto para a prioridade do “crescimento inteligente”, da Estratégia Europa 2020, na medida em que tem como objetivo geral fortalecer o tecido económico e aumentar a competitividade de vários setores (tendo presente as prioridades da RIS3 do Centro de Portugal, nomeadamente os domínios diferenciadores temáticos Agricultura, Floresta e Turismo, bem como os domínios estratégicos e as atividades diferenciadoras destacadas na EIDT VDL). Simultaneamente, contribui para o “crescimento sustentável”, ou seja, para uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva, uma vez que as intervenções previstas assentam em lógicas de sustentabilidade e de eficiência da utilização dos recursos. No que diz respeito ao “crescimento inclusivo”, o seu impacto é relevante através do expectável aumento dos níveis de emprego.

Em suma, o eixo “emprego e competitividade” tem como objetivo geral: **Afirmar o concelho como território de excelência no suporte ao investimento, através da oferta de espaços e serviços adequados às necessidades das empresas e de uma rede forte de parcerias estratégicas.**

Para a concretização deste objetivo geral consideram-se relevantes os seguintes objetivos específicos (OE):

- Disponibilizar serviços e espaços adequados às necessidades das empresas do concelho e promover iniciativas de estímulo à criatividade e empreendedorismo capazes de gerar mais empresas e emprego
- Reforçar a ligação entre o tecido económico, a administração local e o sistema de ensino e formação adequando a oferta e a procura de recursos humanos qualificados
- Desenvolver parcerias com o Sistema Científico e Tecnológico e redes de cooperação empresarial capazes de apoiar o crescimento sustentado do tecido económico local

- Reforçar a estratégia de comunicação e promoção do concelho como espaço de acolhimento e apoio empresarial (transversal com os dois eixos de especialização)

#### 4.3.4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

O eixo “educação e inclusão social”, também transversal a toda a estratégia, foca-se no capital humano e nas suas qualificações, estando por isso alinhado com o domínio do crescimento inclusivo da Estratégia Europa 2020 e com a agenda do Portugal 2020, que refere que apesar de o domínio do Capital Humano “*estar fortemente ancorado na necessidade de qualificação e certificação da população jovem e adulta (na qual se inclui o combate ao abandono escolar precoce)*, o aumento das qualificações da população far-se-á em paralelo e em estreita articulação com as componentes que incorporam os domínios da qualidade do sistema de educação e formação e do ajustamento entre a procura e a oferta de qualificações”.

O nível de qualificação da população residente do concelho de Carregal do Sal caracteriza-se pela preponderância de níveis de escolaridade mais baixos, como é o caso do ensino básico do 1º ciclo (32%) ou mesmo da ausência de qualquer nível de ensino (22,5%), em detrimento das qualificações médias e superiores. Este cenário é agravado pelo facto de muitos residentes que prosseguem estudos no ensino superior já não regressarem ao concelho uma vez que predomina a perspetiva de emprego por conta de outrem e o tecido empresarial local não possui capacidade de absorção destes novos recursos.

Assim, é essencial continuar a apostar na redução do analfabetismo, no combate ao insucesso escolar mas também na retenção/regresso da população qualificada no concelho e na adequação da formação da população ativa às necessidades do mercado de trabalho local, em especial nos setores vitais para a economia como o agroflorestal ou outros emergentes como o do turismo, pelo que se torna relevante a aposta na aprendizagem ao longo da vida. O desemprego de longa duração é, também, um dos constrangimentos que a aprendizagem ao longo da vida pode atenuar, prevenindo situações de maior vulnerabilidade social ou exclusão. Tal como defendido na EIDT VDL “o aumento da empregabilidade e, concomitantemente, o decréscimo do desemprego, é um objetivo estratégico central para a região, em articulação com a formação. (...). É de destacar a necessidade de atuar, em particular, ao nível dos jovens, no sentido da sua fixação na região e da promoção do emprego qualificado, dos adultos com baixos níveis de escolaridade e de qualificação, das mulheres, dos imigrantes e das minorias étnicas de modo a, em articulação com ações de formação, combater focos de desemprego, pobreza

*e potencial exclusão social. A formação é um domínio essencial também para a capacitação da população em geral, numa ótica de formação ao longo da vida.”*

Em termos de inclusão social, estão em funcionamento um conjunto de serviços e equipamentos de resposta social, quer da iniciativa da autarquia, quer privada (IPSS) visando o combate às vulnerabilidades sociais existentes à escala local, ações que se desenvolvem num quadro de cooperação institucional através da Rede Social. Os projetos propostos no âmbito deste eixo visam reforçar o apoio à família e à comunidade, direcionados para vários grupos populacionais como os idosos, bem como promover a inclusão social pela via da capacitação dos recursos humanos. Importa reforçar que se assume a educação (ensino, formação e competências sociais) como um veículo crucial para a inclusão social.

Perante o exposto, o eixo transversal “educação e inclusão social” tem como objetivo geral: **Promover a coesão e inovação social através do reforço da aposta na educação, da valorização da identidade cultural e da eficácia dos serviços de proximidade.**

A sua implementação baseia-se nos seguintes objetivos específicos:

- Promover o sucesso escolar e a valorização da educação como ferramenta chave para a melhoria da qualidade de vida da população
- Implementar políticas ativas de emprego particularmente de grupos mais vulneráveis combatendo processos de desestruturação social
- Implementar iniciativas que visem a valorização do idoso na sociedade e a criação de resposta (serviços, produtos, etc.) adequadas às suas necessidades
- Realizar ações de promoção e coesão interna, envolvendo a comunidade local, fazendo com que esta se identifique com o território e participe na construção de novas políticas de desenvolvimento
- Apoiar e incentivar iniciativas conducentes à igualdade de oportunidades e equidade social

#### 4.3.5. TURISMO E CULTURA

O eixo “turismo e cultura” corresponde a um dos dois eixos estratégicos de especialização do concelho de Carregal do Sal, sustentado na identificação de âncoras de diferenciação, elementos inimitáveis aqui encontrados e que tornam este território distinto e com forte potencial de alavancagem de iniciativas culturais e turísticas. A abordagem assumida é focada nos contextos interno e externo, ou seja, por um lado integram-se aqui as

preocupações de preservação e valorização dos elementos distintivos incorpóreos que sustentam a identidade e autenticidades locais e, por outro, assume-se que são estes mesmos elementos que devem ser valorizados e organizados de forma a se projetarem como imagem de marca de Carregal do Sal.

As atividades de lazer, ligadas tanto à cultura como ao turismo, têm vindo a afirmar o seu peso na economia e constituem importantes âncoras para o desenvolvimento territorial. Neste âmbito, o concelho de Carregal do Sal dispõe de um conjunto diversificado de recursos naturais e patrimoniais com potencial de valorização. No que diz respeito ao património, este deve ser trabalhado numa perspetiva integrada e dinâmica, incluída em políticas e instrumentos de gestão, de forma a gerar novas oportunidades de salvaguarda e fruição para os de cá e para os que nos visitam.

Atendendo às especificidades do concelho, destacam-se os como principais recursos diferenciadores os rios Dão e Mondego, o SIC de Carregal do Sal (sítio da Rede Natura 2000), o legado de Aristides de Sousa Mendes, o património cultural classificado, o património arquitetónico, arqueológico e imaterial (ex. Carnaval de Cabanas de Viriato). Destaca-se ainda o potencial enoturístico pela integração do concelho na região demarcada do Dão. Estes recursos deverão ser trabalhados de forma integrada, ativando novas dinâmicas ligadas ao recreio e lazer, apoiando-se numa oferta de bens e serviços integrados e diferenciadores focados em diferentes nichos de mercado (turismo natureza, turismo histórico e científico, turismo gastronómico e enoturismo, etc.). Assim, importa suportar as dinâmicas instaladas no âmbito cultural e que podem contribuir para o reconhecimento e notoriedade do território, tanto no contexto nacional como internacional.

O Acordo de Parceria – Portugal 2020 reconhece *“o turismo enquanto atividade estratégica no contexto global de internacionalização da economia portuguesa nomeadamente procurando valorizar os recursos endógenos das diferentes regiões.”*. Também a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) da região Centro identifica o turismo como um dos domínios diferenciadores, considerando como oportunidade para a região o surgimento de um mercado turístico que *“revela novos padrões de consumo e motivações, privilegiando destinos que ofereçam experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade e de qualidade ambiental”*.

Este domínio diferenciador assenta num conjunto de forças da região Centro, e em simultâneo do concelho de Carregal do Sal, como o *“vasto e rico património histórico, cultural e arqueológico; o património natural e paisagístico expresso na qualidade e diversidade de recursos naturais; os componentes fortes de turismo religioso e de turismo de bem-estar e saúde; nos produtos endógenos (queijo, vinho, artesanato) de grande qualidade; e na diversidade concentrada de produtos turísticos (diversidade com*

*proximidade física e temporal)*”. Por outro lado, o território regional também apresenta fraquezas como a “*dificuldade na fixação de visitantes na região Centro (baixas taxas de ocupação e estadas médias), relativa dependência do turismo interno e elevada sazonalidade; défice de imagem e de notoriedade da Região Centro; a persistência de algumas debilidades nas acessibilidades rodoviárias sub-regionais; a existência de património natural e cultural em risco de degradação irreparável; dificuldades de coordenação entre os vários agentes que operam no mercado turístico, falta de concertação estratégica regional e de estruturação da oferta turística.*” (CCDRC, RIS3 do Centro de Portugal).

A realidade elencada é bastante relevante à escala do concelho de Carregal do Sal, tendo as dinâmicas culturais, desportivas e turísticas ainda potencial para ser trabalhado, apoiadas pelo trabalho desenvolvido pelas associações presentes no território. Contudo, para a sua adequada valorização, será necessário um posicionamento em torno de âncoras estratégicas – elementos naturais consideram-se os vales do Mondego e do Dão e elementos culturais considera-se o legado de Aristides de Sousa Mendes e o vasto património megalítico – em torno das quais se devem organizar produtos complementares sustentado pela diversidade de atividades e pela maior articulação entre diferentes *stakeholders*.

Neste contexto, o eixo estratégico “Turismo e cultura” tem como objetivo geral: **Valorizar a identidade e os elementos histórico-culturais únicos (Aristides de Sousa Mendes, património arqueológico e rios Mondego e Dão) como âncoras estratégicas para a consolidação de um destino turístico de qualidade.**

A sua concretização assenta nos seguintes objetivos específicos:

- Inventariar os recursos e valorizar as especificidades do território nas áreas da cultura e turismo, que permitam a vivência de experiências únicas como fatores de desenvolvimento local
- Valorizar os ativos patrimoniais históricos, arquitetónicos, arqueológicos e simbólicos do território – Aristides de Sousa Mendes, Monumentos Nacionais e património natural
- Reforçar os laços da população ao seu concelho e o sentimento de pertença tendo em vista o desenvolvimento local, a melhoria da qualidade de vida e o aumento da atratividade
- Criar uma experiência turística diferenciadora com base na identidade do território, bem como na requalificação e valorização dos recursos inimitáveis
- Reforçar estratégia de comunicação e promoção do concelho como território

turístico (captação de investidores e clientes/turistas)

#### 4.3.6. SETOR AGROFLORESTAL

O setor agroflorestal, em especial a exploração de floresta de pinheiro manso e a vitivinicultura, apresenta um potencial elevado e dinâmicas instaladas de reconhecido valor quer a nível local como regional e pelo qual é conhecido a nível regional/nacional. Como tal, deve constituir uma área de aposta para o reforço da competitividade da economia local, através da diversificação produtiva e promoção de derivados de valor acrescentado, alinhando-se com a Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente - RIS3 do Centro de Portugal.

A RIS3 identifica a agricultura e a floresta como domínios diferenciadores e refere que *“as dimensões territorial, económica, social e ambiental da agricultura na Região Centro determinam a sua consideração como recurso com enorme potencial para a respetiva valorização. A atividade agrícola na Região Centro (...) assenta em fatores distintivos e em fundamentos diferenciadores, como a atividade pecuária, o vinho<sup>6</sup>, o azeite, a horticultura e a fruticultura e a indústria agroalimentar; (...) contribui para a coesão social e territorial, enquanto atividade geradora de emprego e fixadora de ativos humanos qualificados em territórios mais desfavorecidos (11% da população residente na Região Centro corresponde a população agrícola familiar, e representa mais de um terço da população agrícola familiar do país).”*

O facto de se incluir num território com condições edafoclimáticas adequadas à produção de vinho (região demarcada do Dão) e a existência de produções de nome reconhecido é uma mais-valia para o setor agroflorestal de Carregal do Sal e para o território. Existem várias quintas e marcas de vinho reconhecidas internacionalmente e com forte presença no mercado externo. Este é um setor com muita expressão a nível regional e no qual se têm registado fortes investimentos privados

No que diz respeito à floresta, a RIS3 do Centro de Portugal destaca que este *“é um domínio determinante para assegurar uma sustentabilidade estratégica, ao nível económico, ambiental e em termos de coesão na Região Centro. A atividade florestal tem um efeito positivo ao nível da balança comercial, tendo vindo a proporcionar sucessivos excedentes(...). Adicionalmente, revela-se primordial para o mercado do carbono e da biodiversidade, ao mesmo tempo que, através da produção de biomassa, potencia a diminuição da dependência energética do exterior.*

---

<sup>6</sup> 30% do vinho produzido em Portugal tem origem na Região Centro, que representa 15% do valor nacional da produção (RIS3 do Centro de Portugal).

Reconhecendo a importância deste setor, tanto a autarquia como a Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão (APFPB) têm desenvolvido iniciativas com o objetivo de valorizar a floresta de pinheiro manso e os produtos derivados, promovendo este recurso endógeno com elevadas potencialidades em termos económicos, uma vez que, para além do material lenhoso, também se associa a esta espécie o pinhão e outros produtos derivados de valor acrescentado. Importa referir que, como sobre boas práticas de gestão florestal. Por seu lado, a Câmara Municipal tem vindo a organizar a Feira da Pinha e do Pinhão, um evento que permite projetar a imagem do concelho e as suas potencialidades ao nível do setor agroflorestal, juntando empresas da fileira do pinheiro manso, cogumelos, produtores de vinho, queijo, enchidos, doçaria tradicional e restauração, para além do artesanato referente ao pinheiro manso, pinha e pinhão.

Tendo por base o potencial existente e as dinâmicas que, paulatinamente, começam a ganhar expressão, considera-se o “Setor Agroflorestal” como um dos eixos estratégicos de especialização para a competitividade concelhia tendo como objetivo geral: **Fomentar a multifuncionalidade e potenciar a valia económica do espaço rural e a competitividade do setor agrícola, através da valorização das atividades florestais (floresta de pinheiro manso) e agrícolas (ênfase da vitivinicultura).**

A concretização deste eixo passa pelos seguintes objetivos específicos:

- Promover uma economia rural assente em processos de inovação e valorização da agricultura e da silvicultura
- Promover o uso racional dos recursos naturais, com a preservação da sua capacidade regenerativa e valorização de culturas adaptadas às condições edafoclimáticas de Dão Lafões, garantindo a qualidade e a segurança alimentar
- Fortalecer a economia local através da diversificação das atividades económicas, da valorização dos recursos endógenos e da exploração de novas oportunidades ao longo da cadeia de valor do agroalimentar

## 5. PLANO DE AÇÃO SETORIAL NO DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E AMBIENTE

### 5.1. CARTEIRA DE PROJETOS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

Uma vez definida a visão de futuro para o concelho, os eixos transversais e de especialização e os respetivos objetivos, o Plano Estratégico articula as principais intenções de investimento identificadas no território de intervenção, em coerência com a estratégia municipal mas também com outras de nível superior, em especial com a EIDT de Viseu Dão Lafões e com a RIS3 do Centro de Portugal.

De acordo com a estratégia municipal, é apresentada a proposta de carteira de prioridades de projetos a implementar no período de 10 anos. Assim, o Plano Estratégico do concelho encontra-se definido em função de 17 projetos estruturantes agregadores de 34 ações prioritárias que respondem diretamente à implementação dos eixos transversais e de especialização.

No que diz respeito ao Plano de Ação Setorial no domínio da Sustentabilidade e Ambiente destacam-se os seguintes projetos:

- P4. Programa municipal de ambiente
- P5. Programa integrado de mobilidade sustentável de Carregal do Sal
- P6. Programa municipal de eficiência energética
- P7. Programa de dinamização da rede de centros urbanos
- P8. Programa integrado de apoio à reabilitação urbana e patrimonial
- P15. Programa de inventariação e gestão florestal
- P16. Programa de conhecimento e inovação rural
- P17. Plataforma de conhecimento Pinheiro Manso

Em termos de alinhamento com outros eixos estratégicos definidos, apresenta-se na Tabela 19 uma matriz de correlação que pretende mostrar o impacto de cada projeto para a concretização de cada eixo.



Tabela 19. Articulação da carteira de projetos com os eixos

Projetos	Eixos transversais				Eixos de especialização	
	Emprego e competitividade	Sustentabilidade e ambiente	Ordenamento do território e qualidade urbana	Educação e inclusão social	Turismo e cultura	Setor agroflorestal
P1. Rede espaços e serviços de apoio ao tecido económico	+++	+	+	+	++	++
P2. Parcerias e redes de cooperação e competências	+++	+	+	+	++	+++
P3. Campanha de <i>marketing</i> "Carregal + Investimento + inovação"	+++	+	+	+	++	++
P4. Programa municipal ambiente	+	+++	++	+	+	+
P5. Programa integrado mobilidade sustentável de Carregal do Sal	+	+++	++	+	+	+
P6. Programa municipal de eficiência energética	+	+++	++	+	+	+
P7. Programa de dinamização da rede de centros urbanos	+	++	+++	+	+	+
P8. Programa integrado apoio à reabilitação urbana e patrimonial	+	+	+++	+	++	+
P9. Programa "+ escola + sucesso"	++	+	+	+++	++	++
P10. Programa integrado de apoio à família e à comunidade	+	+	+	+++	+	+
P11. Programa "Saberes e competências - capacitação de recursos humanos"	++	+	+	+++	++	++
P12. Programa de inventariação de recursos e estruturação da oferta turística do concelho	++	+	+	+	+++	+
P13. Programa de captação de investimento turístico	++	+	+	+	+++	+
P14. Programa de dinamização cultural e promoção do concelho	++	+	+	+	+++	+
P15. Programa de inventariação e gestão florestal	++	++	++	+	+	+++
P16. Programa de conhecimento e inovação rural	++	+	+	+	+	+++
P17. Plataforma de conhecimento Pinheiro Manso	++	+	+	+	+	+++

Legenda: +++ contributo forte; ++ contributo relevante; + contributo indireto

Fonte: SPI, 2016

Os projetos são calendarizados, de forma indicativa, sendo também apresentados os objetivos específicos, uma descrição das atividades propostas, uma estimativa dos recursos necessários, os agentes a envolver na respetiva concretização e possíveis fontes de financiamento.

O Plano Estratégico proposto é apresentado através de fichas de projetos e de ações prioritárias a desenvolver, conforme modelo apresentado na Figura 15.

<b>Id AP</b>										
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>										
<b>DESCRIÇÃO</b>										
<b>ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>										
<b>Promotor:</b>					<b>Parceiros:</b>					
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>										
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F7942; border: 1px solid black;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A8C88E; border: 1px solid black;"></span> Manutenção e avaliação										
<b>ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO</b>										
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€			500.000€ – 1.000.000€			Mais de 1.000.000€		
<b>INDICADORES</b>										
<b>BOAS PRÁTICAS</b>										

Figura 15. Modelo de ficha

Fonte: SPI, 2016

P4   PROGRAMA MUNICIPAL DE AMBIENTE			
EIXOS TRANSVERSAIS			
Emprego e competitividade	Sustentabilidade e ambiente	Ordenamento do território e qualidade urbana	Educação e inclusão social
EIXOS DE ESPECIALIZAÇÃO			
Turismo e cultura		Setor agroflorestal	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar e proteger os territórios ambientalmente mais sensíveis e com características fundamentais para a manutenção do equilíbrio ambiental e socioeconómico do concelho</li> <li>• Apostar na gestão eficiente da rede de infraestruturas básicas por forma a minimizar o impacto das atividades humanas no território</li> </ul>			
DESCRIÇÃO			
<p>O ambiente é uma dos componentes fundamentais do desenvolvimento sustentável, no qual se concilia a proteção dos ecossistemas com o desenvolvimento económico e a coesão social. Este traduz-se também em desafios de promoção da qualidade de vida, numa perspetiva integrada e holística, aos quais é necessário dar resposta através de parcerias a administração pública e todos os outros sectores da sociedade.</p> <p>Atendendo às características do território e às suas necessidades, o presente projeto tem em vista a implementação de medidas para a gestão eficiente dos recursos, para a recuperação e valorização de elementos naturais, como os rios e flora (qualidade das massas de água e espaços verdes naturais) e ainda a realização de campanhas de sensibilização para questões ligadas à sustentabilidade, em especial no que diz respeito à prevenção de resíduos, de forma a promover a participação e envolver todos os agentes do concelho na preservação da qualidade ambiental.</p>			
AÇÕES PRIORITÁRIAS			
AP4.1. Reestruturação das redes de infraestruturas básicas			
AP4.2. Requalificação e valorização de áreas sensíveis			
AP4.3. Campanhas de sensibilização ambiental e gestão eficiente dos recursos - Carregal + sustentável			

<b>AP4.1   REESTRUTURAÇÃO DAS REDES DE INFRAESTRUTURAS BÁSICAS</b>									
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Apostar na gestão eficiente da rede de infraestruturas básicas por forma a minimizar o impacto das atividades humanas no território</li> </ul>									
<b>DESCRIÇÃO</b>									
<p>Em 2007, de acordo com os dados do INE, 97% da população residente em Carregal do Sal encontra-se servida por sistemas de drenagem de águas residuais. O sistema de drenagem e tratamento de águas residuais do concelho integra diversos subsistemas, alguns deles obsoletos, sendo essencial a sua reconversão e modernização, de modo a dar resposta às necessidades da população e a garantir uma melhor qualidade ambiental.</p> <p>Assim, a presente ação prioritária visa a otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes no concelho de Carregal do Sal, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade do sistema, no âmbito do ciclo urbano da água, através da reestruturação do sistema de drenagem de águas residuais.</p> <p>Esta intervenção, para além de contribuir para a qualidade de vida da população e para a garantia de universalidade no acesso ao saneamento, é essencial para a melhoria da qualidade ambiental (em especial a redução da poluição das massas de água uma vez que minimizará os efeitos nefastos das descargas das águas residuais urbanas).</p>									
<b>ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>									
<b>Promotor:</b>					<b>Parceiros:</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>Câmara Municipal de Carregal do Sal</li> </ul>									
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F7942; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A8C88E; border: 1px solid black; margin-left: 20px; margin-right: 5px;"></span> Manutenção e avaliação									
<b>ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO</b>									
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€		500.000€ – 1.000.000€		Mais de 1.000.000€			
<b>INDICADORES</b>									
População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais									
<b>BOAS PRÁTICAS</b>									
<b>MUNICÍPIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES</b>									
<p>O concelho de Carrazeda de Ansiães dispõe de uma cobertura completa da rede de drenagem de águas residuais (INE, 2009) e disponibiliza regularmente boletins de análise das ETAR.</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/zy66srh">http://tinyurl.com/zy66srh</a></p>									

#### AP4.2| REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE ÁREAS SENSÍVEIS

##### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Valorizar e proteger os territórios ambientalmente mais sensíveis e com características fundamentais para a manutenção do equilíbrio ambiental e socioeconómico do concelho

##### DESCRIÇÃO

Os sistemas hidrográficos do Mondego e do Dão bem como o SIC de Carregal do Sal constituem recursos naturais de elevado valor para o concelho de Carregal do Sal que importa preservar e valorizar. A presente ação visa promover requalificação e valorização destas áreas sensíveis.

A presente ação prioritária visa a qualificação de pontos estratégicos das margens dos rios Dão e Mondego, na dupla perspetiva de melhoria da qualidade ambiental mas também de valorização turística e de usufruto por parte dos residentes. Incluem-se nesta ação iniciativas de despoluição de massas de água e requalificação de praias fluviais e de parques ribeirinhos, criando espaços de recreio e lazer. Apresenta uma ligação direta à AP 4.1, dependendo da sua implementação o sucesso dos resultados a alcançar. A presente AP integra as seguintes iniciativas:

1. Concretizar a recuperação das massas de água afetadas pela poluição proveniente do sistema de drenagens de águas residuais obsoleto e a preservação das que apresentam boa qualidade, implementando um sistema integrado de monitorização e alerta de focos de poluição.
2. Requalificar praias fluviais e parques ribeirinhos, aproveitando áreas com valor patrimonial e paisagístico. Neste âmbito sugere-se a valorização do espaço existente na margem do Mondego, na área da capela de Nossa Senhora da Ribeira (freguesia de Parada); revitalização das ribeiras de Cabanas/Cabriz e dos moinhos da ribeira de Cabanas (freguesia de Cabanas de Viriato), requalificação da zona dos Lavadouros - Ribeira de Travassos (freguesia de Beijós).

No que diz respeito à valorização do SIC de Carregal do Sal, as características do solo com os “aflorentos graníticos constituem o habitat preferencial de *Narcissus scaberulus*, um endemismo lusitano, cuja ocorrência é exclusiva deste Sítio. O SIC Carregal do Sal é ainda importante para a conservação da salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), espécie vulnerável, endémica da Península Ibérica, que ocorre em ecossistemas ribeirinhos” (ICNF). Uma vez que a proteção das espécies de fauna e flora requer o conhecimento dos locais da sua ocorrência e distribuição, esta ação deve incluir as seguintes tarefas:

1. Mapear localização de espécies autóctones existentes e de espécies invasoras, bem como elementos patrimoniais existentes na área do SIC (classificados e não classificados).
2. Elaborar estudos de avaliação do estado dos ecossistemas e das principais áreas a intervir e de delimitar a área de intervenção (incluindo zonas prováveis de ocorrência dos *Narcissus scaberulus* e nas zonas próximas a linhas de águas onde ocorrem espécies vulneráveis como *Chioglossa lusitanica* e *Lutra lutra*).
3. Recuperar o ecossistema das áreas selecionadas (remoção de espécies invasoras e repovoamentos florestais autóctones, preservação de linhas de água, entre outros).

Posteriormente às intervenções de recuperação ambiental das áreas identificadas, quer nas zonas ribeirinhas quer no SIC de Carregal do Sal, tendo em vista a sua divulgação e usufruto por parte da população e visitantes, é relevante desenvolver as seguintes tarefas:

1. Criar uma rede de percursos do património natural.
2. Elaborar materiais informativos sobre a diversidade natural e patrimonial existente na área do SIC Carregal do Sal.
3. Criação de centro interpretativo “Narcisos do Mondego”.
4. Definir e implementar um programa de sensibilização e educação ambiental, adequado a diferentes públicos e a diferentes temáticas (risco de incêndios, práticas silvícolas, qualidade da água e intervenções nas linhas de água, entre outros). Este deve articular-se com as atividades a desenvolver no âmbito do P9. Programa + escola + sucesso, no eixo transversal “Educação e inclusão social” e com os P12. Programa de inventariação de recursos e estruturação da oferta turística do concelho e P14. Dinamização cultural e promoção do concelho, do eixo de

especialização “ Turismo e cultura”.										
<b>ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>										
<b>Promotor:</b> Câmara Municipal de Carregal do Sal					<b>Parceiros:</b> Instituto de Conservação da Natureza e Florestas					
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>										
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Legenda :		Arranque e implementação						Manutenção e avaliação		
<b>ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO</b>										
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€			500.000€ – 1.000.000€			Mais de 1.000.000€		
<b>INDICADORES</b>										
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos</li> <li>• Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação</li> </ul>										
<b>BOAS PRÁTICAS</b>										
<b>PROJETO POLUIÇÃO ZERO, CASCAIS</b>										
<p>O esforço conjunto da Câmara Municipal de Cascais e da Águas de Cascais tem conduzido a uma melhoria significativa na qualidade da água fluvial, através da implementação do projeto “Poluição Zero”, cujas intervenções visam minimizar as ocorrências de descargas de efluentes domésticos, industriais e de origem pecuária nas ribeiras.</p> <p>Os cidadãos podem realizar denúncias relacionada com o problemas relativos a água ou saneamento, como roturas e/ou outros semelhantes, através do portal da autarquia.</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/hszhf35">http://tinyurl.com/hszhf35</a> e <a href="http://tinyurl.com/zl5qq34">http://tinyurl.com/zl5qq34</a></p>										
<b>VALORIZAÇÃO ESTUÁRIO DO TEJO, MOITA</b>										
<p>A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) celebrou um Protocolo de Parceria com a Câmara Municipal da Moita. O Protocolo de Parceria é operacionalizado pelo Instituto de Dinâmica do Espaço (IDE), unidade de investigação da FCSH, e visa constituir um instrumento de valorização das potencialidades naturais e culturais do Estuário do Tejo, nomeadamente no que se refere à dinamização e qualificação das frentes ribeirinhas do Município da Moita, promoção da náutica de recreio e valorização do património marítimo-fluvial.</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/zw2rgzm">http://tinyurl.com/zw2rgzm</a></p>										

AP4.3  CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS - CARREGAL + SUSTENTÁVEL										
OBJETIVOS ESPECÍFICOS										
<ul style="list-style-type: none"> <li>Apostar na sensibilização e envolvimento da comunidade na preservação do território e recursos</li> </ul>										
DESCRIÇÃO										
<p>A sensibilização e a educação ambiental integram-se no contexto do desenvolvimento sustentável, na medida em que são um fator determinante para concretização dos objetivos de preservação de recursos.</p> <p>A presente ação prioritária corresponde à definição e realização de um conjunto de ações de sensibilização no sentido de informar e consciencializar a comunidade local para comportamentos sustentáveis e responsáveis na área da prevenção de resíduos e valorização do ambiente.</p> <p>No âmbito das campanhas “Carregal + sustentável” propõe-se a realização de ações de sensibilização regulares articuladas, por exemplo, com iniciativas abrangentes promovidas a outras escalas, como no âmbito da Semana Europeia de Prevenção dos Resíduos, Florestar Portugal, Eco XXI (municípios e/ou freguesias), Eco-escolas, entre outros. Sugere-se ainda o desenvolvimento de guíões de sustentabilidade, destinados a públicos-alvo específicos, nomeadamente escolas, empresas, associações e cidadãos em geral, bem como a implementação de uma iniciativa piloto de <i>gamification</i> relacionada com a reciclagem, de forma a integrar uma componente lúdica numa tarefa quotidiana e aumentar a participação dos cidadãos.</p> <p>As ações deverão também ser trabalhadas para estes públicos diferentes, atendendo às suas motivações.</p>										
ENTIDADES ENVOLVIDAS										
<b>Promotor:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Câmara Municipal de Carregal do Sal</li> <li>CIM VDL</li> </ul>					<b>Parceiros:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Agência Portuguesa do Ambiente</li> <li>Agrupamento de escolas</li> <li>Empresas</li> <li>Associações culturais e desportivas</li> <li>Associação de Municípios do Planalto Beirão</li> </ul>					
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO										
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F7942; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A8C88E; border: 1px solid black; margin-left: 20px; margin-right: 5px;"></span> Manutenção e avaliação										
ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO										
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€			500.000€ – 1.000.000€			Mais de 1.000.000€		
INDICADORES										
<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de ações de sensibilização realizadas</li> <li>Número de guias/materiais de apoio desenvolvidos</li> </ul>										

## BOAS PRÁTICAS

### RECYCLEBANK

Esta iniciativa inspira e recompensa escolhas quotidianas para um futuro mais sustentável, incentivando a comunidade a reciclar através de desafios.

Os membros ganham pontos pelo progresso que fazem na implementação de práticas mais sustentáveis e ganham pontos pela reciclagem doméstica. Tal como num programa “passageiro frequente”, quanto mais reciclar, maior o ganho. Os pontos ganhos podem ser transformados em poupanças – os membros podem usar os seus pontos “Recyclebank” para obter descontos no comércio local e em bens sustentáveis.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/23cgud>

### MAIA AMBIENTE

A Maiambiente EM é uma empresa pública municipal que tem como objeto principal a remoção dos resíduos sólidos urbanos e equiparados a urbanos, a recolha seletiva de materiais recicláveis e a manutenção da higiene e limpeza dos locais públicos.

O foco das suas atividades tem levado a um aumento exponencial no desempenho ambiental do município, com o aumento da recolha seletiva e consciencialização sobre o impacto ambiental das atividades humanas. Tem promovido ações de capacitação sobre recolha seletiva para o público doméstico e industrial, compostagem, etc., contribuindo para que o concelho da Maia esteja na dianteira dos indicadores de recolha seletiva.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/gqqm8ra>



P5  PROGRAMA INTEGRADO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DE CARREGAL DO SAL			
EIXOS TRANSVERSAIS			
Emprego e competitividade	Sustentabilidade e ambiente	Ordenamento do território e qualidade urbana	Educação e inclusão social
EIXOS DE ESPECIALIZAÇÃO			
Turismo e cultura		Setor agroflorestal	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
<p>Diminuir as emissões de GEE através do incentivo à economia circular, à implementação de medidas de eficiência energética e à promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis</p> <p>Apostar na sensibilização e envolvimento da comunidade na preservação do território e recursos</p>			
DESCRIÇÃO			
<p>O diagnóstico realizado aos fluxos que ocorrem no concelho de Carregal do Sal destacou a existência de um padrão de mobilidade assente no uso de transportes privados, nomeadamente, automóvel ligeiro e a inexistência de transporte público regular entre as freguesias e a sede concelho. Embora o concelho tenha uma localização geográfica privilegiada, na região Centro do país, com uma boa rede de infraestruturas viárias/ferroviárias que permitem a sua ligação aos principais centros urbanos regionais existe algum desajuste entre as necessidades da população e a oferta existente, sobretudo ao nível dos horários dos transportes públicos (ferroviário e rodoviário). A escala urbana do concelho permite ainda as deslocações através de modos suaves, devendo ser feita uma aposta nesta vertente.</p> <p>Perante o exposto, o presente projeto visa promover padrões de mobilidade mais sustentáveis e a consequente diminuição das emissões de GEE, quer através das melhorias das condições para o uso de transportes públicos nos movimentos pendulares quer através da criação de condições para as deslocações em modos suaves (a pé e bicicleta).</p>			
AÇÕES PRIORITÁRIAS			
AP5.1. Qualificação da rede viária municipal			
AP5.2. Promoção da intermodalidade e mobilidade sustentável			

AP5.1   QUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL									
OBJETIVOS ESPECÍFICOS									
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuir as emissões de GEE através do incentivo à economia circular, à implementação de medidas de eficiência energética e à promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis</li> </ul>									
DESCRIÇÃO									
<p>A presente ação prioritária diz respeito à qualificação da rede viária municipal, de forma a contribuir para a conexão e aproximação entre aglomerados e entre determinados espaços funcionais e dinâmicas dos núcleos urbanos, proporcionando deslocações mais rápidas, cómodas e seguras.</p> <p>Entre as atividades necessárias destaca-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar a variante norte da vila de Carregal do Sal, um projeto previsto no PDM, tendo em vista o aumento da fluidez na circulação de entrada-saída no aglomerado, evitando a necessidade de atravessamento do centro pelos automóveis.</li> <li>2. Realizar a manutenção e a hierarquização da rede viária municipal, nas ligações entre freguesias, com reforço da sinalética adequada.</li> </ol>									
ENTIDADES ENVOLVIDAS									
<b>Promotor:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal de Carregal do Sal</li> </ul>					<b>Parceiros:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Infraestruturas de Portugal</li> </ul>				
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F7942; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A8C88E; border: 1px solid black; margin-left: 20px; margin-right: 5px;"></span> Manutenção e avaliação									
ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO									
Até 250.000€			250.000€ – 500.000€		500.000€ – 1.000.000€		Mais de 1.000.000€		
INDICADORES									
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Extensão de estradas criadas/reabilitadas</li> </ul>									
BOAS PRÁTICAS									
<b>MANUAL DE PLANEAMENTO DE ACESSIBILIDADES E DA GESTÃO VIÁRIA, CCDR-N</b> <p>A CCDR-N elaborou um “Manual de Planeamento de Acessibilidades e da Gestão Viária” que integra linhas de orientação e recomendações das melhores práticas nacionais e estrangeiras. O Manual é um contributo importante para colmatar uma das fragilidades da intervenção nas redes de transporte - quer ao nível municipal, quer na articulação entre estas e as redes nacionais - e, para facilitar o diálogo entre os diferentes intervenientes no processo de decisão.</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/j375mmp">http://tinyurl.com/j375mmp</a></p>									

AP5.2| PROMOÇÃO DA INTERMODALIDADE E MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Diminuir as emissões de GEE através do incentivo à economia circular, à implementação de medidas de eficiência energética e à promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis
- Apostar na sensibilização e envolvimento da comunidade na preservação do território e recursos

**DESCRIÇÃO**

Atualmente verifica-se a inexistência de serviço regular de transporte rodoviário de passageiros fora do período de aulas, bem como a falta de coordenação com os serviços para outros concelhos (ex. ligação a Viseu) e a desadequação dos horários do transporte ferroviário às necessidades da população que trabalha ou estuda no concelho. A escassez da oferta disponível constitui um obstáculo à mobilidade das pessoas (em especial nas faixas etárias mais velhas) e um incentivo ao uso de transporte automóvel individual, com as inerentes consequências em termos ambientais e de pressão sobre as vias.

Perante o exposto, esta ação visa promover o reforço e a articulação da oferta de transporte público de passageiros, promover e incrementar a mobilidade sustentável no concelho de Carregal do Sal, através da criação de alternativas à utilização do automóvel, sustentadas quer nos transportes públicos quer numa rede de espaços pedonais e cicláveis. Ao minimizar o impacto do automóvel nos centros urbanos será possível melhorar a qualidade ambiental e contribuir para a redução das emissões de GEE e do ruído.

A implementação desta ação prioritária passa pela realização das seguintes tarefas:

1. Realizar inquéritos aos utilizadores/residentes de modo a conhecer aprofundadamente os padrões de mobilidade.
2. Elaborar estudo de otimização das rotas dos autocarros e de coordenação com o transporte ferroviário.
3. Negociar com operadores de transporte público, em autocarros e comboio, o ajustamento do serviço (horários, frequência, percursos) às necessidades detetadas. Este ajustamento deve garantir um serviço regular durante todo o ano, bem como a otimização dos percursos de forma a melhorar o serviço prestado e tendo em conta a eficiência no transporte de passageiros.
4. Qualificar o interface de transportes na vila de Carregal do Sal, favorecendo a multimodalidade (transporte ferroviário e rodoviário de passageiros).
5. Expandir a rede ciclável e vias pedonais entre aglomerados e intrafreguesias. Tendo em conta a escala dos principais núcleos urbanos, a proximidade entre os equipamentos públicos (escolas, administração local, etc.), bem como a topografia de alguns dos aglomerados, os trajetos são curtos e de fácil deslocação. Assim, a expansão da rede ciclável e pedonal possibilitam deslocações cómodas e seguras.
6. Realizar campanhas de sensibilização para o uso de modos suaves, nomeadamente junto das escolas e da população ativa que reside e desenvolve a sua atividade nos principais centros urbanos, com deslocações curtas. Paralelamente às intervenções físicas no espaço (expansão da rede ciclável e pedonal) é importante sensibilizar a população para a mudança de hábitos de mobilidade e incentivar as deslocações em modos de mobilidade suave.

**ENTIDADES ENVOLVIDAS**

**Promotor:**

- Câmara Municipal de Carregal do Sal
- CIM VDL

**Parceiros:**

- Operadores de transportes públicos de passageiros

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda:		Arranque e implementação			Manutenção e avaliação				
ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO									
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€			500.000€ – 1.000.000€			Mais de 1.000.000€	
INDICADORES									
Número de utilizadores de transportes públicos (autocarro e comboio)									
Número de ações de sensibilização realizadas									
Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa									
BOAS PRÁTICAS									
CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA									
<p>A Câmara Municipal de Anadia tem vindo a implementar uma série de medidas promotoras da mobilidade sustentável, entre as quais se destaca:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A criação de “zonas30”, uma medida com o objetivo de aumentar a segurança para a utilização de modos suaves, nomeadamente a circulação pedonal e de velocípedes;</li> <li>• A implementação de restrições à circulação de veículos pesados no centro da cidade de Anadia, visando a melhoria da qualidade do ar;</li> <li>• O desenvolvimento dos projetos “AND-Mobilidade em bicicleta no município de Anadia”, que prevê a criação de um conjunto de infraestruturas destinadas a facilitar a circulação de bicicletas; e “bicicleta B-AND”, que corresponde a um serviço gratuito de partilha e uso de bicicletas disponibilizado pela Câmara Municipal de Anadia. As bicicletas podem ser levantadas gratuitamente em diversos pontos e circular na rede de ciclovias existente no concelho, bem como nas vias de trânsito habituais.</li> </ul> <p>O município apresentou, em 2015, uma candidatura ao programa EcoXXI, tendo recebido a bandeira verde, uma vez que se destaca no indicador da mobilidade (que analisa a existência de uma política coerente, materializada em ações/medidas dirigidas a uma mobilidade mais sustentável, através dos sub-indicadores: promoção dos transportes públicos; incentivo aos modos suaves/ativos; gestão do transporte individual; planos projetos e gestão da mobilidade e política de mobilidade sustentável.)</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/gssnega">http://tinyurl.com/gssnega</a> e <a href="http://tinyurl.com/j2z9hdp">http://tinyurl.com/j2z9hdp</a></p>									

P6   PROGRAMA MUNICIPAL DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA			
EIXOS TRANSVERSAIS			
Emprego e competitividade	Sustentabilidade e ambiente	Ordenamento do território e qualidade urbana	Educação e inclusão social
EIXOS DE ESPECIALIZAÇÃO			
Turismo e cultura		Setor agroflorestal	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
<p>Diminuir as emissões de GEE através do incentivo à economia circular, à implementação de medidas de eficiência energética e à promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis</p> <p>Apostar na sensibilização e envolvimento da comunidade na preservação do território e recursos</p>			
DESCRIÇÃO			
<p>O crescimento sustentável é uma das prioridades na qual assenta a Estratégia Europa 2020 com especial foco na transição para uma economia de baixo carbono. No quadro das metas europeias que visam alcançar, em 2020, (i) 20% de redução das emissões de gases com efeito de estufa relativamente aos níveis de 1990, (ii) 20% de quota de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto e (iii) 20% de redução do consumo de energia primária relativamente à projeção do consumo para 2020, mediante um aumento da eficiência energética, foi estabelecido para Portugal, para o horizonte de 2020, um objetivo geral de redução no consumo de energia primária de 20% (Acordo de Parceria 2014-2020).</p> <p>Assim, é fundamental implementar iniciativas, à escala local, que contribuam para a construção de uma economia sustentável e competitiva, em que os recursos sejam utilizados de forma eficiente, contribuindo simultaneamente para a melhoria da qualidade ambiental.</p> <p>O “Programa municipal de eficiência energética” alinha-se com estes desígnios, integrando ações orientadas para a promoção da sustentabilidade, principalmente no que se refere ao reforço da eficiência energética.</p>			
AÇÕES PRIORITÁRIAS			
AP6.1. Adesão ao “Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia”			
AP6.2. Melhoria da eficiência energética em edifícios e espaços públicos			
AP6.3. Campanha de sensibilização para a gestão eficiente da energia			

AP6.1   ADESÃO AO “PACTO DOS AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA”										
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>										
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuir as emissões de GEE através do incentivo à economia circular, à implementação de medidas de eficiência energética e à promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis</li> <li>• Apostar na sensibilização e envolvimento da comunidade na preservação do território e recursos</li> </ul>										
<b>DESCRIÇÃO</b>										
<p>O Pacto de Autarcas para o Clima e Energia reúne milhares de autoridades locais e regionais que voluntariamente se empenham na implementação dos objetivos relacionados com o clima e a energia da UE nos respetivos territórios. Os novos signatários comprometem-se a reduzir as emissões de CO2 em pelo menos 40% até 2030 e a adotar uma abordagem integrada para lidar com a mitigação e adaptação às alterações climáticas.</p> <p>As autoridades locais são de grande importância neste processo e a sua participação no Pacto dos Autarcas confere reconhecimento às iniciativas implementadas localmente e fornece os recursos e as oportunidades de funcionamento em rede, necessários para avançarem com os seus compromissos energéticos e climáticos.</p> <p>No âmbito da presente ação prioritária sugere-se a adesão do município ao “Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia” e a consequente elaboração e implementação de um Plano de Ação.</p> <p>A participação neste movimento desenvolve-se através da apresentação e aprovação da iniciativa pelo Conselho Municipal; que outorga poderes ao autarca - ou representante equivalente do Conselho - para assinar o formulário de adesão ao Pacto de Autarcas, seguindo-se o preenchimento do formulário de adesão (<a href="http://tinyurl.com/h9kvnv4">http://tinyurl.com/h9kvnv4</a>) e a construção/submissão de um Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima (Guia disponível em: <a href="http://tinyurl.com/gmaom45">http://tinyurl.com/gmaom45</a>).</p>										
<b>ENTIDADES ENVOLVIDAS</b>										
<b>Promotor:</b>						<b>Parceiros:</b>				
Câmara Municipal de Carregal do Sal										
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>										
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F81BD; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A9C94F; border: 1px solid black; margin-left: 20px; margin-right: 5px;"></span> Manutenção e avaliação										
<b>ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO</b>										
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€			500.000€ – 1.000.000€			Mais de 1.000.000€		
<b>INDICADORES</b>										
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovação do Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima</li> </ul>										
<b>BOAS PRÁTICAS</b>										
<b>PACTO DE AUTARCAS PARA O CLIMA E ENERGIA – REFERÊNCIAS DE EXCELÊNCIA</b>										
<p>As Referências de Excelência são exemplos relevantes de iniciativas locais que os atores do Pacto realizaram nos seus territórios, das quais se sentem particularmente orgulhosos e que classificam como úteis para serem reproduzidas por outras autarquias locais.</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/j3y6o8a">http://tinyurl.com/j3y6o8a</a></p>										

AP6.2 | MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Diminuir as emissões de GEE através do incentivo à economia circular, à implementação de medidas de eficiência energética e à promoção de padrões de mobilidade mais sustentáveis

DESCRIÇÃO

Esta ação prioritária visa atuar ao nível da eficiência energética, através da implementação de um conjunto de soluções que permitam aumentar o conforto nos edifícios e espaços públicos, privilegiar fontes de energia renováveis e a redução dos consumos energéticos.

As intervenções deverão ser realizadas na sequência de obras de reabilitação dos edifícios públicos e privados e de intervenções nos espaços públicos e devem integrar soluções que permitam ganhos a este nível. No edificado, serão de prever ações ao nível do isolamento na envolvente opaca (paredes, pavimentos, e coberturas), a utilização de caixilharias com vidros duplos, a utilização de elementos de sombreamento, de ventilação natural, entre outras soluções. Ainda no edificado, importa melhorar a eficiência energética de edifícios com elevados, como as piscinas municipais, fazer a certificação energética de outros edifícios municipais, estabelecimentos de ensino, etc.

A ação de melhoria da eficiência energética deve articular-se, ainda, com as intervenções realizadas no espaço público e incide, sobretudo, no sistema de iluminação pública. Aqui prevê-se a substituição de luminárias tradicionais por outras de tecnologia LED, uma iniciativa que a autarquia já se encontra a implementar e importa continuar a suportar, tendo em vista a melhoria da eficiência energética da iluminação pública, a redução de custos associados à manutenção e ao consumo de energia elétrica.

ENTIDADES ENVOLVIDAS

Promotor:

- Câmara Municipal de Carregal do Sal

Parceiros:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

Legenda:  Arranque e implementação  Manutenção e avaliação

ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO

Até 250.000€	250.000€ – 500.000€	500.000€ – 1.000.000€	Mais de 1.000.000€

INDICADORES

- Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos

## BOAS PRÁTICAS

### CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

A energia e as alterações climáticas têm constituído áreas prioritárias para a Câmara Municipal de Águeda desde que aderiu ao "Pacto de Autarcas" e se comprometeu a contribuir para atingir os objetivos da União Europeia para 2020, ao nível da sustentabilidade, eficiência energética e da redução das emissões de CO2. A Matriz Energética de Águeda surgiu com o objetivo de responder a este compromisso com a sustentabilidade, através da caracterização do cenário atual em termos energéticos, bem como as suas perspetivas de evolução. Têm sido desenvolvidas diversas políticas/projetos na área da eco-eficiência energética, sendo a iluminação uma das maiores iniciativas da Autarquia, através da constituição da associação *Lighting Living Lab (LLL)*.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/zz843mu>



## AP6.3 | CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO PARA A GESTÃO EFICIENTE DA ENERGIA

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apostar na sensibilização e envolvimento da comunidade na preservação do território e recursos

### DESCRIÇÃO

O percurso para a sustentabilidade passa por um maior acesso a informação e educação no sentido de alterar os comportamentos e hábitos de consumo. Para tal, a sensibilização/educação da população para a gestão eficiente na energia, direcionada para diferentes públicos-alvo (cidadãos de várias faixas etárias, empresas, indústria...), deve complementar as medidas apresentadas nas ações prioritárias 6.1 e 6.2, tendo em vista preservação do território e dos recursos através do envolvimento da comunidade. A campanha de sensibilização para a gestão eficiente da energia pode ser realizada através de iniciativas diferenciadas como:

1. Promover boas práticas de eficiência energética através da distribuição de *newsletter* dedicada ao tema da eficiência energética, elaboração e disponibilização de manuais de boas práticas, divulgação de tecnologias de monitorização tais como sensores e contadores de consumo, informações sobre equipamentos com maior eficiência energética, etc.
2. Divulgar apoios financeiros para a implementação de medidas de eficiência energética e utilização de energias renováveis nas empresas; bem como das medidas de eficiência energética que conduzam à melhoria do desempenho energético de edifícios existentes, do setor residencial e de serviços.
3. Analisar a possibilidade de reduzir o IMI para edifícios mais eficientes (classificação A+ e A)
4. Implementar prémio de sustentabilidade que distinga a “empresa mais eficiente”, com base nos resultados aferidos por uma bateria de indicadores que permitam avaliar e comparar o desempenho energético. Este prémio permitirá também identificar boas práticas em termos de eficiência energética, possibilitando que possam ser comunicadas e disseminadas pelas empresas, funcionando como mecanismo indutor de práticas e comportamentos energeticamente eficientes.
5. Realizar ações de formação e sensibilização, visando a aquisição e reforço de conhecimentos e competências no uso eficiente da energia elétrica, dos técnicos locais, professores, funcionários de escolas ou outros equipamentos e serviços públicos, IPSS, etc.
6. Realizar *workshops* para estudantes e público geral criando não só um espaço de informação mas também de esclarecimento de dúvidas. Nestes *workshops* podem ser abordados temas como a relação entre consumo de energia e o ambiente/alterações climáticas; construção de edifícios sustentáveis, iluminação e eletrodomésticos eficientes; entre outros.
7. Desenvolver atividades no âmbito da “Semana da energia sustentável”, uma iniciativa da Comissão Europeia (<http://eusew.eu/>) que visa construir um futuro sustentável para a Europa, envolvendo autoridades públicas, privados, ONG e consumidores para promover iniciativas de poupança de energia e a alteração para energias renováveis, limpas e eficientes.

### ENTIDADES ENVOLVIDAS

#### Promotor:

- Câmara Municipal de Carregal do Sal

#### Parceiros:

- Empresas (comércio, indústria...)
- Agrupamento de escolas

### CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

Legenda:  Arranque e implementação  Manutenção e avaliação

### ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO

Até 250.000€	250.000€ – 500.000€	500.000€ – 1.000.000€	Mais de 1.000.000€
--------------	---------------------	-----------------------	--------------------

### INDICADORES

- Número de ações de sensibilização realizadas
- Número de materiais de divulgação criados (newsletter, manual, etc.)
- Redução anual do consumo de energia primária no concelho

### BOAS PRÁTICAS

#### AGÊNCIA DA ENERGIA E AMBIENTE DA ARRÁBIDA

A atuação da ENA centra-se na criação e implementação de ações e projetos nas áreas do ambiente, energia e informação, através da introdução de tecnologias eficientes, disseminação de boas práticas, desenvolvimentos de projetos, estudos e ações de aconselhamento, formação, informação e prestação de serviços de consultoria.

No que diz respeito à energia, a sua atuação centra-se na promoção e aplicação do conceito de eficiência energética integrado no desenvolvimento social, na implementação de sistemas de gestão, com vista à otimização dos fatores de produção, consumo de energia e redução da fatura energética; promoção, monitorização e maximização de fontes de energia renováveis, estimulando a valorização dos recursos locais e a proteção do ambiente; bem como na prestação de apoio técnico e implementação de projetos específicos na área da energia. Neste âmbito, é parceira/responsável pela dinamização e divulgação de projetos como “GreenPMEs”, “Tutores de energia na escola”; “Young Energy Leaders”, “Yearly Appliance Energy Cost Indication”; “Edifício ++”, entre outros. Este último visa valorizar e dar visibilidade aos edifícios públicos e privados cujas características de construção lhes permitem alcançar elevadas performances energéticas, incentivando e dando a conhecer não só a necessidade da certificação energética de edifícios mas também a mais-valia que representa ao nível do ambiente um edifício mais eficiente no seu desempenho energético.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/gmddtav>

P7   PROGRAMA DE DINAMIZAÇÃO DA REDE DE CENTROS URBANOS			
EIXOS TRANSVERSAIS			
Emprego e competitividade	Sustentabilidade e ambiente	Ordenamento do território e qualidade urbana	Educação e inclusão social
EIXOS DE ESPECIALIZAÇÃO			
Turismo e cultura		Setor agroflorestal	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
<p>Criar uma oferta de espaços urbanos de qualidade com resposta às necessidades da comunidade, desde os mais novos aos mais velhos</p> <p>Promover a reabilitação urbana integrada dos aglomerados urbanos (edificado e espaço público)</p> <p>Incentivar a dinamização económica e social dos centros tradicionais</p>			
DESCRIÇÃO			
<p>O presente projeto integra o eixo transversal focado na qualificação urbana, tendo em vista a valorização do contexto urbano-rural do concelho e o reforço/articulação da rede polinucleada de pequenos centros que constituem o sistema urbano municipal.</p> <p>Apesar de incluir uma vertente de reabilitação, o projeto abrange, essencialmente, ações de carácter imaterial, de dinamização, de modo a garantir que a população tem acesso a serviços de proximidade que deem resposta às suas necessidades e a criar as condições para a atração e fixação de pessoas e atividades nestes núcleos.</p>			
AÇÕES PRIORITÁRIAS			
AP7.1. Gestão e dinamização da rede de equipamentos públicos			
AP7.2. Centros Vivos de Carregal do Sal			

## AP7.1 | GESTÃO E DINAMIZAÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Criar uma oferta de espaços urbanos de qualidade com resposta às necessidades da comunidade, desde os mais novos aos mais velhos
- Incentivar a dinamização económica e social dos centros tradicionais

### DESCRIÇÃO

A vila de Carregal do Sal polariza o sistema urbano formado por aglomerados distribuídos pelas cinco freguesias, onde se assinala a presença de uma grande diversidade de equipamentos de utilização coletiva (administração, ensino, cultura, desporto, segurança pública, apoio social, religião, etc.). Assinala-se, contudo, a forte polarização da sede de concelho, facto pelo qual importa apostar numa cobertura mais homogénea, não pela dispersão e duplicação de investimentos mas pela adoção de medidas que facilitem o acesso de toda a população a estes serviços.

Neste contexto, a presente ação prioritária visa a gestão e dinamização dos equipamentos públicos do concelho, promovendo, sempre que possível, o funcionamento em rede, de forma a potenciar a sua eficiência e uma resposta adequada às necessidades de toda a comunidade. Para tal, integra as seguintes tarefas:

1. Planear e promover atividades de gestão eficiente da rede de equipamentos de utilização coletiva, através de um trabalho inicial de identificação de recursos disponíveis (espaços, recursos humanos, equipamentos, veículos de prestação de serviços, etc.) e de constrangimentos existentes (quer se relacionem com aspetos físicos, como a necessidade de reabilitação, ou imateriais, como as questões de organização e funcionamento) para que sejam desenvolvidas propostas de resolução. Em termos de organização e funcionamento, deverão ser promovidas atividades que favoreçam a gestão em rede, como a celebração de protocolos entre associações/entidades concelhias para partilha e gestão eficiente de recursos evitando desperdícios e duplicações / sobreposições de esforços, implementação conjunta de um calendário de eventos âncora que tire partido das condições dos equipamentos públicos existentes (como os polidesportivos, sedes de associações, núcleos museológicos, etc.) e dos conhecimentos/especialização de cada uma delas, resultando numa oferta abrangente e diversificada de atividades e serviços sociais, culturais ou desportivas, acessível a toda a população.
2. Criar um sistema virtual de gestão de utilizações de equipamentos – plataforma *online/app* – com as características dos equipamentos, horários, de forma a poderem ser requisitados pela comunidade (clubes, associações, grupos informais, etc.). A esta plataforma deverá estar associado um conjunto de regras que permitam que todos possam ter acesso aos espaços em horários que não estejam comprometidos com atividades formais.
3. Apostar em serviços móveis, em múltiplas valências (administrativos, saúde, cultura), tornando o acesso à rede municipal de serviços universal e adequada às necessidades da população de todo o concelho.
4. Reabilitar a extensão de saúde de Cabanas de Viriato, tendo em vista a melhoria das condições de atendimento dos utentes, o aumento da sua capacidade de resposta na prestação de um serviço de proximidade.

### ENTIDADES ENVOLVIDAS

#### Promotor:

- Câmara Municipal de Carregal do Sal

#### Parceiros:

- Associações culturais e desportivas
- IPSS
- ARS Centro
- Serviços públicos

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda:		Arranque e implementação				Manutenção e avaliação			
ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO									
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€			500.000€ – 1.000.000€			Mais de 1.000.000€	
INDICADORES									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamentos sociais e de saúde apoiados/reabilitados</li> <li>População com acesso facilitado aos serviços públicos básicos</li> </ul>									
BOAS PRÁTICAS									
<p><b>UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE DE TAROUCA, CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA/ACES DOURO SUL</b></p> <p>A Unidade Móvel de Saúde de Tarouca iniciou em 2005 o seu funcionamento regular, garantindo assim um serviço de proximidade em benefício da população do concelho. Este serviço visa garantir uma vida mais segura e facilitada para idosos, pessoas com mobilidade reduzida e população em geral, através da prestação de cuidados primários de saúde, entre outros, rastreios de colesterol, diabetes, tensão arterial, pequenos curativos. A viatura percorre, semanalmente, as freguesias do concelho.</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/hxmltmo">http://tinyurl.com/hxmltmo</a></p> <p><b>PLATAFORMA “MYCITY”, GUIMARÃES</b></p> <p>A Câmara Municipal de Guimarães disponibiliza a plataforma “MyCity”, um serviço que pretende revolucionar o processo de notificação e gestão de ocorrências, permitindo aos cidadãos vimaranenses reportar as mais variadas situações relacionadas com os espaços públicos do concelho. Trata-se de um modelo de participação cívica que faculta o envolvimento ativo do cidadão na gestão do Município e que lhe permite consultar a evolução, acompanhar e ser notificado de todos os estados da ocorrência.</p> <p>Esta iniciativa, a par com muitas outras em que o suporte é a tecnologia e a interação virtual com a autarquia levaram a autarquia a ser laureada com o prémio de Melhor município Digital</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/zmc4v4c">http://tinyurl.com/zmc4v4c</a></p>									

AP7.2   CENTROS VIVOS DE CARREGAL DO SAL									
OBJETIVOS ESPECÍFICOS									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar a dinamização económica e social dos centros tradicionais</li> </ul>									
DESCRIÇÃO									
<p>A presente ação visa reforçar as âncoras económicas e sociais presentes no concelho, em especial o comércio e os serviços de proximidade, enquanto setores influentes na dinamização do território e na qualidade de vida da comunidade. Para tal, a ação integra as seguintes atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar base de dados de espaços devolutos / disponíveis para refuncionalização urbana, com posterior disponibilização da mesma <i>online</i> no <i>site</i> da autarquia, nomeadamente no micro site “Investir em Carregal do Sal”, no caso de imóveis para venda ou arrendamento.</li> <li>2. Implementar medidas de revitalização e apoio ao comércio, quer através da promoção da reabilitação dos estabelecimentos comerciais quer pela qualificação do serviço e dos recursos humanos. O GAE deve funcionar como plataforma de apoio a estas iniciativas através da divulgação dos apoios financeiros existentes (ex. Comércio Investe, do IAPMEI), do suporte na elaboração de candidaturas, no desenvolvimento e implementação de um plano de formação dirigido aos recursos humanos do comércio, elaboração e distribuição de um “Manual de Boas Práticas no Comércio Local”, entre outras.</li> <li>3. Apoiar os serviços de proximidade, através da dinamização da Rede Social/CLAS, visando rentabilizar os recursos existentes e os saberes profissionais e multidisciplinares das suas equipas de forma a dar resposta às vulnerabilidades detetadas (articulação com a AP10.1 e AP10.2).</li> <li>4. Criar calendário de eventos de proximidade “Centros Vivos” na rede de núcleos urbanos, tais como eventos de leitura, teatro, gastronomia, mobilizando as IPSS, escolas e a comunidade (ligado à AP14.2. Carregal Cultural 365), alargando a oferta a todos os aglomerados e favorecendo a participação de um maior número de pessoas em atividades culturais ou desportivas.</li> <li>5. Alargar o serviço <i>wifi</i> a todo o concelho: atualmente a vila de Carregal do Sal e alguns núcleos urbanos (como Beijós) já dispõem de uma rede <i>wifi</i> grátis, uma iniciativa que importa estender a todo o concelho. Através da disponibilização de acesso gratuito à internet em espaços públicos pretende-se contribuir para o acesso universal à informação contribuindo assim para que todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, possam aceder a esta ferramenta. Importa destacar também que esta ação é transversal à valorização das TIC como meio preferencial de divulgação do território, presente noutras iniciativas.</li> </ol>									
ENTIDADES ENVOLVIDAS									
<b>Promotor:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Câmara Municipal de Carregal do Sal/GAE</li> <li>Comerciantes</li> </ul>					<b>Parceiros:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>ADICES</li> <li>CIM VDL</li> <li>IPSS</li> </ul>				
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F81BD; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A9C94F; border: 1px solid black; margin-left: 20px; margin-right: 5px;"></span> Manutenção e avaliação									
ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO									
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€			500.000€ – 1.000.000€			Mais de 1.000.000€	

## INDICADORES

- Estabelecimentos de comércio e serviços em funcionamento nas freguesias
- Cobertura da rede *wifi*

## BOAS PRÁTICAS

### CEM SOLDOS, TOMAR

Cem Soldos é a Aldeia que faz o BONS SONS acontecer. Hoje, com cerca de 1.000 habitantes, Cem Soldos tem um verdadeiro espírito comunitário e mantém as suas tradições vivas e atuais, registando grande envolvimento nas atividades locais, como é o caso da animada Festa da Juventude em Agosto, a peculiar Festa da Aleluia na Páscoa e a poderosa fogueira de Natal.

O festival BONS SONS é um festival que toma conta de Cem Soldos no mês de agosto, e foi criado pelo Sport Club Operário de Cem Soldos (SCOCS), a associação cultural local que tem por missão promover o bem-estar social, cultural, desportivo e recreativo da população, privilegiando o desenvolvimento mútuo da Associação e da Comunidade nestas vertentes.

O Festival tem palcos de música, feira de artesãos, exposições de arte e inúmeras atividades a animarem as suas ruas e largos. Cem Soldos é cercada para receber o Festival, com o seu perímetro a definir os limites do recinto. O festival deu destaque à aldeia, não a adulterando e mantendo vivas tradições e valorizando as suas gentes e instituições.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/h2n982a>

### RE-HABITAR LISBOA, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Um grupo de trabalho da Câmara Municipal de Lisboa elaborou um levantamento da situação e condições do património habitacional da autarquia da capital, reunindo numa base de dados única toda a informação sobre o património da autarquia.

O *síte* Re-Habitar Lisboa pretende publicitar o parque imobiliário do domínio privado municipal disponível para comercialização através da sua colocação numa "bolsa dinâmica" de imóveis, com vista à sua colocação no mercado privado para efeitos de venda, arrendamento e exploração que serão afetos a vários programas (Programa Loja no Bairro, Programa Renda Convencionada, Programa Reabilita Primeiro Paga Depois, Bairro (com)Vida).

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/hhah88q>

P8   PROGRAMA INTEGRADO DE APOIO À REABILITAÇÃO URBANA E PATRIMONIAL			
EIXOS TRANSVERSAIS			
Emprego e competitividade	Sustentabilidade e ambiente	Ordenamento do território e qualidade urbana	Educação e inclusão social
EIXOS DE ESPECIALIZAÇÃO			
Turismo e cultura		Setor agroflorestal	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
<p>Promover a reabilitação urbana integrada dos aglomerados urbanos (edificado e espaço público)</p> <p>Incentivar a dinamização económica e social dos centros tradicionais</p> <p>Rever os Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito local, adaptando-os às alterações territoriais e à legislação em vigor</p>			
DESCRIÇÃO			
<p>A degradação progressiva das estruturas urbanas, edifícios e espaços públicos, decorrentes do abandono ou desajustamento dos usos, tornam imprescindível o desenvolvimento de processos de reabilitação urbana. Esta faz parte de um processo integrado de desenvolvimento do território, do ponto de vista ambiental, económico, social e cultural. Assim, deve contribuir, de forma articulada, para a prossecução de melhorias nas condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano e dos espaços não edificados; para a modernização de infraestruturas urbanas; para proteção do património cultural e sua valorização enquanto fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana; para a promoção da sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos; entre outros objetivos.</p> <p>O “Programa integrado de apoio à reabilitação urbana e patrimonial” visa dar resposta a estas preocupações, tendo em consideração a realidade do concelho de Carregal do Sal, onde a diminuição da população (causada quer pelo decréscimo da natalidade, quer pelas migrações) conduziu ao abandono de alguns núcleos urbano e à existência de imóveis devolutos e degradados. O concelho dispõe ainda de um vasto património arquitetónico que se encontra devoluto que importa conhecer e preservar, constituindo uma das ações prioritárias do presente projeto.</p>			
AÇÕES PRIORITÁRIAS			
AP8.1. Iniciativa municipal de apoio integrado à reabilitação urbana			
AP8.2. Inventariação e valorização do património arquitetónico do concelho			



AP8.1   INICIATIVA MUNICIPAL DE APOIO INTEGRADO À REABILITAÇÃO URBANA									
OBJETIVOS ESPECÍFICOS									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a reabilitação urbana integrada dos aglomerados urbanos (edificado e espaço público)</li> <li>Incentivar a dinamização económica e social dos centros tradicionais</li> </ul>									
DESCRIÇÃO									
<p>A presente ação tem como objetivo fomentar a reabilitação e revitalização urbana, orientadas por objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as ações de natureza material são concebidas de forma integrada e ativamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica. Deste modo, pretende-se dar resposta a algumas das fragilidades verificadas no tecido urbano do concelho, como a existência de imóveis devolutos e/ou degradados em núcleos urbanos consolidados.</p> <p>Consciente da importância da regeneração urbana como meio de promoção da melhoria do ambiente urbano, da qualidade de vida das populações e de condições eficazes para a atividade empresarial, o município de Carregal do Sal já deu início a este processo, tendo delimitado uma ARU na vila de Carregal do Sal, para a qual desenvolveu o respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. Importa, agora, continuar a desenvolver, de modo faseado, iniciativas de reabilitação urbana noutros aglomerados do concelho.</p> <p>Assim, a ação integra as seguintes tarefas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Delimitar Áreas de Reabilitação Urbana em todo o concelho. Segundo o RJRU, uma ARU corresponde à <i>“área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana”</i>. A formalização da ARU e a definição do quadro dos benefícios fiscais associados são da competência da autarquia e constituem a base para as operações de reabilitação urbana. Numa fase inicial estão a ser delimitadas as ARU de Oliveira do Conde e Cabanas de Viriato, iniciativa que será alargada a outros núcleos urbanos, numa estratégia integrada de revitalização da rede de aglomerados do concelho.</li> <li>Constituir um Gabinete de Apoio à Reabilitação Urbana, tendo como objetivo prestar suporte técnico e informações aos proprietários que pretendam levar a cabo ações de reabilitação dos seus imóveis, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a fundos (por exemplo, informação sobre benefícios fiscais, divulgação do programa “Reabilitar para arrendar”, do IHRU, etc.) e aos procedimentos a considerar.</li> <li>Realizar sessões públicas de apresentação das ARU delimitadas no concelho, dos benefícios fiscais associados e procedimentos para o acesso aos mesmos.</li> </ol>									
ENTIDADES ENVOLVIDAS									
<b>Promotor:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Câmara Municipal de Carregal do Sal</li> <li>Privados</li> </ul>					<b>Parceiros:</b>				
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F7942; margin-right: 5px;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A8C88E; margin-left: 20px; margin-right: 5px;"></span> Manutenção e avaliação									

ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO			
Até 250.000€	250.000€ – 500.000€	500.000€ – 1.000.000€	Mais de 1.000.000€
<b>INDICADORES</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• M² de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas</li> <li>• Número de habitações reabilitadas em áreas urbanas</li> <li>• Número de ações de sensibilização realizadas</li> </ul>			
<b>BOAS PRÁTICAS</b>			
<p><b>PROGRAMA “MAFRA REQUALIFICA”, CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA</b></p> <p>A Câmara Municipal de Mafra definiu como prioridade estratégica assegurar a qualificação ambiental e paisagística do território, a qual, para além da elevação das condições de vida dos residentes, funciona como alavanca para a dinamização do turismo e da economia local, atraindo visitantes e investidores. Neste âmbito, a autarquia apresenta diversas medidas de promoção da regeneração urbana integradas no programa “Mafra Requalifica” que tem por objetivo promover, apoiar e incentivar o processo de regeneração urbana em todo o território do concelho, tendo sido assumida uma visão transversal, disponibilizando incentivos e serviços de apoio a todos os interessados na reabilitação do património existente.</p> <p>Uma destas medidas relaciona-se com a criação de um Gabinete de Apoio à Regeneração Urbana, para a promoção de um acompanhamento adequado aos interessados na fruição das medidas do Programa “Mafra Requalifica”, através de uma linha de apoio e de um processo de tramitação célere dos pedidos.</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/h7vytc6">http://tinyurl.com/h7vytc6</a></p>			

AP8.2  INVENTARIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO DO CONCELHO										
OBJETIVOS ESPECÍFICOS										
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a reabilitação urbana integrada dos aglomerados urbanos (edificado e espaço público)</li> <li>Incentivar a dinamização económica e social dos centros tradicionais</li> </ul>										
DESCRIÇÃO										
<p>A presente ação tem como finalidade conhecer o património arquitetónico tradicional do concelho de modo a ser possível promover a sua reabilitação e novos usos.</p> <p>A ação integra as seguintes atividades:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Elaborar a carta do património arquitetónico. Existem no concelho diversos imóveis devolutos de elevado valor patrimonial, alguns deles ligados a atividades económicas rurais, como antigas quintas vitivinícolas. A elaboração desta carta contribuirá para um melhor conhecimento deste património e será um instrumento essencial para a sua proteção, como de planeamento da estratégia relacionada com o turismo, uma vez que estes imóveis têm potencial de valorização, enquanto alojamento ou outro tipo de serviço de apoio.</li> <li>Desenvolver roteiro do património arquitetónico e histórico, um recurso que tanto pode ser associada à valorização turística como ao reforço da identidade local.</li> <li>Jogo “Carregal Go Património” - Desenvolver um jogo didático sobre o património de Carregal do Sal como ferramenta para utilização em atividades culturais e de ensino. Poder-se-á trabalhar o conceito de <i>app</i> que poderá estar associada também à vertente turística e lúdica dos mais novos tirando partido da sua curiosidade e interesse inato pelas novas tecnologias e jogos de computador. Sugere-se a associação a entidades do SCT para o desenvolvimento desta tecnologia.</li> </ol>										
ENTIDADES ENVOLVIDAS										
<b>Promotor:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Câmara Municipal de Carregal do Sal</li> <li>Direção Geral do Património Cultural</li> </ul>					<b>Parceiros:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>SCT</li> <li>Escolas</li> <li>Museu Municipal Soares de Albergaria</li> <li>Biblioteca Municipal</li> <li>Fundação Aristides de Sousa Mendes</li> </ul>					
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO										
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F7942; border: 1px solid black;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A8C88E; border: 1px solid black; margin-left: 20px;"></span> Manutenção e avaliação										
ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO										
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€			500.000€ – 1.000.000€			Mais de 1.000.000€		
INDICADORES										
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos patrimoniais inventariados</li> </ul>										

- Aumento do número de visitantes

#### BOAS PRÁTICAS

##### CÂMARA MUNICIPAL DE VOUZELA

A Autarquia de Vouzela assinou um protocolo de colaboração com o Instituto de Estudos Medievais da FCSH da UNL com o objetivo de aprofundar o conhecimento e termos da história da região e do seu património, promovendo a sua preservação e divulgação.

O projeto prevê a monitorização do património histórico-arqueológico já conhecido, a prospeção de novos locais, a realização de sondagens e de escavações arqueológicas. Serão ainda desenvolvidos conteúdos programáticos que visam a valorização de património já existentes, onde se incluem as torres medievais de Cambra, Vilharigues, Alcofra e a necrópole megalítica de Fornelo do Monte.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/hjgza9e>

##### LISBOA PATRIMÓNIO CULTURAL, CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

As competências da CM em matéria de património cultural relacionam-se com o estudo e registo, conservação e manutenção, proteção e divulgação. Através do Departamento de Património Cultural foi desenvolvido um portal com informações sobre o património concelhio. O *site* apresenta informação georreferenciada sobre os imóveis classificados e em vias de classificação, estatuária e escultura, azulejaria e placas evocativas, propondo ainda diversos itinerários temáticos.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/nhewwp>

P15   PROGRAMA DE INVENTARIAÇÃO E GESTÃO FLORESTAL			
EIXOS TRANSVERSAIS			
Emprego e competitividade	Sustentabilidade e ambiente	Ordenamento do território e qualidade urbana	Educação e inclusão social
EIXOS DE ESPECIALIZAÇÃO			
Turismo e cultura		Setor agroflorestal	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover uma economia rural assente em processos de inovação e valorização da agricultura e da floresta</li> <li>Promover o uso racional dos recursos naturais, com a preservação da sua capacidade regenerativa e valorização de culturas adaptadas às condições edafoclimáticas de Dão Lafões, garantindo a qualidade e a segurança alimentar</li> </ul>			
DESCRIÇÃO			
<p>A floresta destaca-se como um recurso estratégico para o concelho de Carregal do Sal mas, de modo a que seja explorado o seu potencial, garantindo o uso racional dos recursos, é necessário que haja um conhecimento aprofundado da mesma e que sejam implementadas medidas de gestão sustentável.</p> <p>Assim, este projeto visa dar resposta a esta necessidade, através de ações de inventário florestal, manutenção e de certificação da gestão florestal sustentável, ações nas quais se devem envolver os proprietários e associações de produtores.</p>			
AÇÕES PRIORITÁRIAS			
AP15.1. Inventário florestal			
AP15.2. Certificação da Gestão Florestal Sustentável			

AP15.1   INVENTÁRIO FLORESTAL									
OBJETIVOS ESPECÍFICOS									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o uso racional dos recursos naturais, com a preservação da sua capacidade regenerativa e valorização de culturas adaptadas às condições edafoclimáticas de Dão Lafões, garantindo a qualidade e a segurança alimentar</li> </ul>									
DESCRIÇÃO									
<p>O conhecimento do território obtido através do cadastro é fundamental para um melhor planeamento e gestão da floresta. A presente ação prioritária visa a gestão sustentável da floresta de Carregal do Sal, através do conhecimento e uso racional dos seus recursos. A concretização deste objetivo passa pela implementação das seguintes tarefas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Realizar o cadastro florestal e agrícola. De acordo com a informação disponibilizada pela Direção Geral do Território, o concelho de Carregal do Sal não tem cadastro de propriedade rústica e, como tal, deve ser feita a conceção e operacionalização de uma solução técnica que permita a georreferenciação dos limites de propriedade rústica. Para o desenvolvimento do cadastro agrícola e florestal, deve ser recolhida informação detalhada sobre as áreas agrícolas e florestais, proprietários, estado de conservação, espécies em exploração entre outros campos de interesse. Destaca-se ainda o interesse desta ferramenta devido à ligação entre cadastro e fiscalidade, mas também para o planeamento da plantação de pinheiro-manso, em detrimento de outras espécies menos adaptadas às condições edafoclimáticas do território, uma vez que será possível conhecer os povoamentos de espécies existentes e quais as áreas que não se encontram afetadas à floresta e que poderiam ser aproveitadas para esta atividade económica.</li> <li>Dar continuidade às ações de limpeza e gestão de combustíveis, criação e manutenção de aceiros de forma a prevenir a ocorrência de incêndios florestais. Os sobrantes resultantes destas intervenções poderão ser encaminhados para a produção de biocombustíveis, de modo a garantir o aproveitamento e gestão sustentável dos recursos.</li> <li>Realizar ações de controlo e erradicação de invasoras.</li> <li>Implementar restrições a espécies que ponham em risco o equilíbrio e a produtividade do solo.</li> </ol>									
ENTIDADES ENVOLVIDAS									
<b>Promotor:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Câmara Municipal de Carregal do Sal/Gabinete Técnico Florestal</li> </ul>					<b>Parceiros:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão</li> <li>Confederação Nacional da Agricultura</li> <li>Empresas do setor primário</li> <li>ADICES</li> </ul>				
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F81BD; border: 1px solid black; margin-right: 5px;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A8C8A8; border: 1px solid black; margin-left: 20px; margin-right: 5px;"></span> Manutenção e avaliação									
ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO									
Até 250.000€			250.000€ – 500.000€		500.000€ – 1.000.000€		Mais de 1.000.000€		

## INDICADORES

- Área com cadastro da propriedade rústica

## BOAS PRÁTICAS

### INVENTÁRIO FLORESTAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

A Direção Regional de Florestas e Conservação da Natureza, do Governo Regional da Madeira, executou o 2.º Inventário Florestal da Região Autónoma da Madeira (IFRAM2), concretizando o objetivo de dotar a RAM de instrumentos de planeamento e de apoio à tomada de decisão no setor florestal, de vital importância para a qualidade ambiental das populações residentes e cada vez mais emergente na promoção da economia local. Conjuntamente com o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Região Autónoma da Madeira – PROF-RAM, o Inventário Florestal permite à RAM cativar investimentos, quer públicos quer privados, no âmbito da política comunitária de valorização transversal e evolutiva de todo o espaço florestal europeu.

Tendo por base o anterior inventário florestal, coberturas aéreas e trabalho de campo foram compilados os atributos da floresta madeirense, relativamente ao uso/ocupação do solo, estrutura da floresta, produção florestal e condição da floresta. Posteriormente, foram criados gráficos que ilustram a situação atual da floresta madeirense e desenvolvida informação cartográfica constituída por cartas da distribuição espacial dos usos do solo, da floresta “Laurissilva” e das principais espécies da floresta cultivada.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/j7syk3>

### NEW YORK CITY STREET TREE MAP, EXPLORE AND CARE FOR NYC'S URBAN FOREST

Nasceu de um trabalho de voluntariado para levantamento de todas as árvores na cidade que agora é atualizado diariamente pelo gabinete florestal da cidade. Georreferenciadas num mapa, pode-se conhecer cada árvore da cidade, num trabalho sem precedentes que parte da vontade de toda a comunidade de respeitar e melhor valorizar a sua floresta urbana.

Informação disponível em <http://tinyurl.com/jje2ro>

AP15.2   CERTIFICAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL									
OBJETIVOS ESPECÍFICOS									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover uma economia rural assente em processos de inovação e valorização da agricultura e da floresta</li> <li>Promover o uso racional dos recursos naturais, com a preservação da sua capacidade regenerativa e valorização de culturas adaptadas às condições edafoclimáticas de Dão Lafões, garantindo a qualidade e a segurança alimentar</li> </ul>									
DESCRIÇÃO									
<p>A presente ação tem como objetivo promover a gestão sustentável da floresta, obter certificação e, conseqüentemente, aumentar do valor económico da floresta.</p> <p>A certificação da gestão florestal é um instrumento voluntário que permite melhorar a qualidade da gestão florestal e demonstrar, de acordo com critérios rigorosos e internacionalmente reconhecidos, que a mesma é realizada de uma forma responsável, tendo em conta aspetos económicos, sociais e ambientais.</p> <p>A gestão florestal sustentável implica administrar e explorar os seus recursos de uma forma e a um ritmo que mantenha a sua produtividade, diversidade biológica, capacidade regenerativa, vitalidade e potencial para realizar, no presente e no futuro funções ecológicas, económicas e sociais relevantes aos níveis local, regional e global, não causando danos a outros ecossistemas. Em Portugal existem dois sistemas de certificação: FSC® - Forest Stewardship Council® e PEFC – Pan European Forest Certification Council. Ambos os sistemas permitem que uma entidade externa possa verificar, de modo independente e credível, que uma área é gerida de forma sustentável e de acordo com critérios previamente definidos. A Certificação da Gestão Florestal Sustentável é aplicável a organizações com responsabilidade na gestão de áreas florestais. Consoante as características e dimensão das organizações, podem ser adotados os seguintes tipos de certificação florestal: individual, de grupo, regional. Sugere-se, então:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Implementar o processo de obtenção da certificação da gestão florestal sustentável, uma tarefa que poderá ser levada a cabo pelas associações gestoras das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) de Carregal do Sal-Mondego (Solo Vivo) e Carregal do Sal-Planalto Beirão (APFPB).</li> <li>Criar um “Manual de Certificação Florestal para pequenos proprietários”: tendo em consideração que os pequenos proprietários são responsáveis pela gestão de uma parte considerável da floresta portuguesa, é importante que tenham informação que lhes permita desenvolver soluções viáveis para a certificação das pequenas propriedades. Neste contexto, será relevante a elaboração do manual que permita divulgar o processo.</li> </ol>									
ENTIDADES ENVOLVIDAS									
<b>Promotor:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Câmara Municipal de Carregal do Sal/Gabinete Técnico Florestal</li> <li>Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão</li> <li>Solo Vivo</li> </ul>					<b>Parceiros:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Proprietários florestais</li> </ul>				
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F81BD; border: 1px solid black;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A9C98A; border: 1px solid black;"></span> Manutenção e avaliação									
ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO									
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€		500.000€ – 1.000.000€		Mais de 1.000.000€			



#### INDICADORES

- Área de floresta certificada
- Número de materiais de divulgação criados

#### BOAS PRÁTICAS

##### CERTIFICADO DE GESTÃO FLORESTAL – PARQUES DE SINTRA

A Parques de Sintra recebeu o Certificado de Gestão Florestal pela *Soil Association*, que atesta o cumprimento dos critérios do *Forest Stewardship Council* (FSC). Esta entidade pretende melhorar a gestão florestal a nível mundial, incentivando, através da certificação, os proprietários e gestores florestais a seguirem as melhores práticas sociais e ambientais.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/h8pa5kz>

P16   PROGRAMA DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO RURAL			
EIXOS TRANSVERSAIS			
Emprego e competitividade	Sustentabilidade e ambiente	Ordenamento do território e qualidade urbana	Educação e inclusão social
EIXOS DE ESPECIALIZAÇÃO			
Turismo e cultura		Setor agroflorestal	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover uma economia rural assente em processos de inovação e valorização da agricultura e da floresta</li> <li>Promover o uso racional dos recursos naturais, com a preservação da sua capacidade regenerativa e valorização de culturas adaptadas às condições edafoclimáticas de Dão Lafões, garantindo a qualidade e a segurança alimentar</li> <li>Fortalecer a economia local através da diversificação das atividades económicas, da valorização dos recursos endógenos e da exploração de novas oportunidades ao longo da cadeia de valor do agroalimentar</li> </ul>			
DESCRIÇÃO			
<p>O setor da agricultura é um dos que se destaca na análise da espacialização económica do concelho de Carregal do Sal, englobando as subsecções “agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados” e a “silvicultura e exploração florestal”. As empresas deste setor representam cerca de 15% do total das empresas com sede no concelho e empregam 178 pessoas (INE, 2014). No entanto, o volume de negócios não ultrapassa os 2%, o que revela a necessidade de valorizar este setor através da inovação e do conhecimento visando o reforço das potencialidades do setor e o aumento de valor acrescentado. Isto é, a agricultura continua a ser um motor essencial da economia rural e a diversificação da estrutura socioeconómica das zonas rurais é essencial para o desenvolvimento de atividades não agrícolas dentro e fora das explorações agrícolas, tendo em vista a criação de novas fontes de rendimento e emprego, contribuindo diretamente para a melhoria do rendimento dos agregados familiares, a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.</p> <p>Perante o exposto, o presente projeto tem como principal objetivo promover uma economia rural assente em processos de inovação e valorização da agricultura (em especial do setor vitivinícola) e da floresta, domínios diferenciadores, tal como identificado na Estratégia de Especialização Inteligente da Região Centro.</p> <p>A sua concretização passa pela implementação de três ações prioritárias: a criação de uma rede de conhecimento para os setores vitivinícola e florestal; criação de um programa de inovação e criatividade nos setores vitivinícola e florestal; ações de formação e sensibilização direcionadas a produtores. Pretende-se que estas ações alavanquem dinâmicas de inovação, transferência de conhecimento, trabalho em rede e capacitação dos agentes económicos presentes no concelho, conduzindo a maiores proveitos no setor agroalimentar, aumento do emprego e desenvolvimento local.</p>			
AÇÕES PRIORITÁRIAS			
AP16.1. Rede de conhecimento para os setores vitivinícola e florestal			
AP16.2. Programa de inovação e criatividade nos setores vitivinícola e florestal			
AP16.3. Ações de formação e sensibilização direcionadas a produtores			

AP16.1   REDE DE CONHECIMENTO PARA OS SETORES VITIVÍNICO E FLORESTAL									
OBJETIVOS ESPECÍFICOS									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover uma economia rural assente em processos de inovação e valorização da agricultura e da floresta</li> </ul>									
DESCRIÇÃO									
<p>A Estratégia Nacional para as Florestas (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015) reconhece que “ao nível da investigação florestal, dada a importância do setor, há ainda muito a fazer para que a agenda da investigação vá ao encontro das necessidades dos agentes. Recomenda-se, por isso, que o processo de produção e financiamento da investigação florestal seja revisto de modo a aumentar a capacidade dos atores florestais influenciarem os temas investigados e, assim, responder com maior eficácia às suas necessidades. (...). São exemplos de linhas de orientação prioritária ao nível da investigação florestal, a melhoria da gestão e exploração dos povoamentos florestais (nomeadamente através do melhoramento genético, técnicas e modelos de silvicultura, experimentação de novas espécies), sobretudo num contexto de adaptação às alterações climáticas, bem como os que podem conduzir à inovação e diversificação das utilizações dos produtos lenhosos e não lenhosos, através de uma aposta em tecnologias avançadas, novas tecnologias de produção para os produtos da madeira, cortiça, pasta e papel, e em processos altamente eficientes.”</p> <p>Tendo presente a necessidade de integrar o conhecimento científico na produção, esta ação visa a criação de uma rede de conhecimento com o objetivo de promover uma economia rural assente em processos de inovação, com foco nos setores vitivinícola e florestal, bem como o fomento da dinâmica empresarial do concelho e a criação de um ambiente dinâmico e com fácil acesso à informação. Esta ação é complementar às desenvolvidas no âmbito do P2. Parcerias e redes de cooperação, sendo que a rede constituída neste âmbito é também essencial para a implementação e dinamização do P17. Plataforma de conhecimento do Pinheiro Manso.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Identificar potenciais entidades do SCT nacional e internacional que desenvolvam investigação nas áreas de especialização do concelho (vitivinícola e florestal). No ponto 6. Anexo do presente relatório apresentam-se algumas entidades que desenvolvem investigação neste âmbito.</li> <li>Criar uma rede de transferência e valorização do conhecimento, com os parceiros identificados na etapa anterior, para o desenvolvimento de projetos de investigação aplicada com interesse para as empresas do concelho e integração de recursos humanos qualificados no tecido económico de Carregal do Sal (no âmbito de projetos de mestrado e doutoramento, estágios). A integração do conhecimento gerado pelo SCT será responsável pelo crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e uma maior rentabilidade do setor.</li> <li>Promover junto das empresas um uso alargado e eficiente de ferramentas de <i>networking</i> que contribua para a competitividade e sustentabilidade das áreas rurais, aplicando boas práticas, novos conhecimentos gerados pelos parceiros do SCT, etc.</li> <li>Fomentar economias de escala ao nível da formação, qualificação, certificação etc.</li> </ol>									
ENTIDADES ENVOLVIDAS									
<b>Promotor:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Câmara Municipal de Carregal do Sal/GAE</li> <li>Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão</li> </ul>					<b>Parceiros:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Empresas (setor vitivinícola e silvícola)</li> <li>Entidades do SCT nacional</li> </ul>				
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F81BD; border: 1px solid black;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #C8E6C9; border: 1px solid black;"></span> Manutenção e avaliação									

ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO			
Até 250.000€	250.000€ – 500.000€	500.000€ – 1.000.000€	Mais de 1.000.000€
INDICADORES			
<ul style="list-style-type: none"><li>Número de parcerias entre empresas, universidades, centros de investigação ou outras entidades do SCT</li></ul>			
BOAS PRÁTICAS			
<b>INOVISA</b> <p>A INOVISA foi criada em 2005, pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA – ULisboa), com intuito de apoiar os seus docentes, investigadores e alunos a criarem o seu projeto empresarial, posicionando-se como uma estrutura aberta e de interface entre o meio científico e académico e o tecido empresarial neste sector de atuação.</p> <p>A partilha de conhecimento, ligação entre as pessoas e melhoria das competências, quer através do apoio ao empreendedorismo e o desenvolvimento empresarial, quer promovendo a transferência de conhecimento e tecnologia, originam aumento do valor do setor.</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/h9jlcg9">http://tinyurl.com/h9jlcg9</a></p>			

## AP16.2 | PROGRAMA DE INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE NOS SETORES VITIVÍCOLA E FLORESTAL

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover uma economia rural assente em processos de inovação e valorização da agricultura e da floresta
- Promover o uso racional dos recursos naturais, com a preservação da sua capacidade regenerativa e valorização de culturas adaptadas às condições edafoclimáticas de Dão Lafões, garantindo a qualidade e a segurança alimentar
- Fortalecer a economia local através da diversificação das atividades económicas, da valorização dos recursos endógenos e da exploração de novas oportunidades ao longo da cadeia de valor do agroalimentar

### DESCRIÇÃO

A constituição de redes, formais e informais (tal como previsto na AP16.1), e a utilização de recursos endógenos têm um papel primordial para o sucesso das iniciativas inovadoras em meio rural. Neste âmbito, a inovação deve ser perspectivada de uma forma abrangente de forma a criar novas dinâmicas, criar valor económico, social e ambiental, transformando as áreas rurais em competitivas e sustentáveis.

Aproveitando as dinâmicas geradas pela rede de conhecimento estabelecida e a sua aplicação no tecido económico, a presente ação visa estabelecer um prémio para projetos de inovação no setor agroflorestal, que distinga por exemplo novos produtos agroflorestais ou processos de exploração e comercialização sustentáveis, aplicação de novas tecnologias nas explorações agroflorestais, entre outros.

A atribuição do prémio poderá estar associada à organização de um evento bienal de conhecimento e capitalização - "Agroflorestal Summit"- que permita a partilha de conhecimento quer entre os membros da rede, quer proveniente de entidades externas, a divulgação de boas-práticas nos sectores agrícola e agroindústria, bem como aumentar a visibilidade das empresas e produtos agroflorestais do concelho.

### ENTIDADES ENVOLVIDAS

#### Promotor:

- Câmara Municipal de Carregal do Sal/GAE
- Empresas (setor vitivinícola e silvícola)
- APFPB

#### Parceiros:

- Entidades do SCT nacional
- Cooperativas vitivinícolas da região do Dão
- ADICES

### CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

Legenda:  Arranque e implementação  Manutenção e avaliação

### ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO

Até 250.000€	250.000€ – 500.000€	500.000€ – 1.000.000€	Mais de 1.000.000€
--------------	---------------------	-----------------------	--------------------

### INDICADORES

- Número de prémios de inovação atribuídos
- Número de eventos realizados

## BOAS PRÁTICAS

### PRÉMIOS DISTINÇÃO E PRÉMIO INOVAÇÃO, COMISSÃO NACIONAL DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA VINHA E DO VINHO (CNOIV)

A Comissão Nacional da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (CNOIV) tem procurado ser um fórum de criação, partilha de conhecimento técnico e científico e de discussão de assuntos relevantes para o desenvolvimento do setor vitivinícola, no âmbito de 5 grandes áreas temáticas - Viticultura, Enologia, Métodos de Análise, Economia e Direito e Nutrição e Saúde.

Para além destas atividades, a CNOIV considera importante a promoção de estímulos à inovação tecnológica, ao desenvolvimento técnico-científico e cultural que sirvam de suporte ao reforço da competitividade do sector vitivinícola nacional, pelo que foram criados os "Prémios CNOIV", de carácter bianual. Os Prémios "Distinção CNOIV" a ser atribuídos aos melhores trabalhos nacionais de divulgação, experimentação ou investigação nos domínios da viticultura, enologia, economia e direito e nutrição e saúde. O Prémio "Inovação CNOIV" a ser atribuído ao trabalho que se tenha destacado pelo seu carácter inovador.

Os vencedores dos "Prémios CNOIV"- Edição 2016, foram anunciados no decurso do Fórum Anual Vinhos de Portugal 2016. e a ALABE - Associação de Laboratórios de Enologia foi distinguida com o Prémio Distinção CNOIV 2016.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/j8jhlb8>

AP16.3   AÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DIRECIONADAS A PRODUTORES									
OBJETIVOS ESPECÍFICOS									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer a economia local através da diversificação das atividades económicas, da valorização dos recursos endógenos e da exploração de novas oportunidades ao longo da cadeia de valor do agroalimentar</li> </ul>									
DESCRIÇÃO									
<p>A presente ação visa o desenvolvimento e implementação de ações de formação e sensibilização direcionadas a produtores e proprietários, sob o ponto de vista da valorização da produção agrícola e inovação. Estas têm como objetivo reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade do setor no concelho, incentivar a utilização de tecnologias agrícolas inovadoras, promover o investimento em produtos agrícolas de valor acrescentado (ex. conversão para agricultura biológica, produção de cogumelos, espargos...), fomentar a diversificação das atividades de exploração floresta e uso múltiplo, que podem passar pelas seguintes vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Biomassa – produção de pellets; de fertilizantes orgânicos ou biomassa para transformação em bioenergia.</li> <li>Exploração florestal – corte de material lenhoso; colheita de frutos e sementes.</li> <li>Produtos sazonais derivados da floresta – colheita de pinhas e pinhão, cogumelos ou frutos silvestres, apicultura, caça.</li> </ul> <p>O plano de sessões poderá incluir também informações sobre o financiamento disponível para a agricultura e floresta, bem como boas práticas de limpeza e gestão de combustíveis, de modo a prevenir a ocorrência de incêndios florestais.</p>									
ENTIDADES ENVOLVIDAS									
<b>Promotor:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>ADICES</li> <li>Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão</li> </ul>					<b>Parceiros:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperativas vitivinícolas da região do Dão</li> <li>Cooperativa agrícola de Carregal do Sal</li> <li>Câmara Municipal de Carregal do Sal</li> </ul>				
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda: <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #4F81BD; border: 1px solid black;"></span> Arranque e implementação <span style="display: inline-block; width: 15px; height: 10px; background-color: #A8C8A8; border: 1px solid black;"></span> Manutenção e avaliação									
ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO									
Até 250.000€		250.000€ – 500.000€		500.000€ – 1.000.000€		Mais de 1.000.000€			
INDICADORES									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de ações de formação e sensibilização direcionadas a produtores</li> </ul>									

## BOAS PRÁTICAS

### SEMINÁRIO "FLORESTA - AS OPORTUNIDADES DO USO MÚLTIPLO", FORESTIS

No sentido de debater a importância da floresta potenciada pelo seu uso múltiplo e a contribuição que as associações florestais têm tido neste domínio, a Forestis - Associação Florestal de Portugal realizou o seminário "Floresta: As oportunidades do uso múltiplo", integrado na AGRO 2012 - Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação.

Nesta sessão debater temas importantes sobre a floresta, tais como: as zonas de intervenção florestal (ZIF); os processos de Certificação Florestal como instrumento de valorização da matéria-prima e a diversidade de produtos e serviços que podem ser rentabilizados.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/jcehbuw>



P17   PLATAFORMA DE CONHECIMENTO DO PINHEIRO MANSO			
EIXOS TRANSVERSAIS			
Emprego e competitividade	Sustentabilidade e ambiente	Ordenamento do território e qualidade urbana	Educação e inclusão social
EIXOS DE ESPECIALIZAÇÃO			
Turismo e cultura		Setor agroflorestal	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover uma economia rural assente em processos de inovação e valorização da agricultura e da floresta</li> </ul>			
DESCRIÇÃO			
<p>O pinheiro manso tem-se afirmado como uma espécie importante para a valorização da floresta do concelho de Carregal do Sal e para a diminuição da sua vulnerabilidade a fogos florestais, uma vez que é uma espécie adaptada às condições edafoclimatológicas do território e que tem havido um esforço no sentido de substituir o eucalipto.</p> <p>O concelho e a Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão já são conhecidos pelo trabalho desenvolvido com o pinheiro manso e pinhão, existindo procura para informação, para a execução de boas práticas e, como tal, é necessário continuar a apostar na marca pinheiro manso e aproveitar o conhecimento existente associado à floresta.</p> <p>Perante o exposto, o presente projeto visa implementar ações conducentes à valorização deste recurso endógeno estratégico, capitalizando a experiência da APFPB.</p>			
AÇÕES PRIORITÁRIAS			
AP17.1. Criação de um polo descentralizado do Centro de Competências do Pinheiro Manso e Pinhão			
AP17.2. Capacitação e informação – Floresta de Pinheiro Manso / Carregal do Sal			

AP17.1 | POLO DESCENTRALIZADO DO CENTRO DE COMPETÊNCIAS DO PINHEIRO MANSO E PINHÃO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover uma economia rural assente em processos de inovação e valorização da agricultura e da floresta

DESCRIÇÃO

Segundo a Estratégia Nacional para as Florestas, uma das vias propostas para a concretização do objetivo de responder com eficácia aos desafios do setor florestal “*consiste na criação de centros de competência que congreguem o conjunto de capacidades existentes no país sobre as diversas dimensões do conhecimento necessário para fazer progredir as principais fileiras florestais*”, sendo a fileira do pinheiro manso e do pinhão uma das identificadas como prioritárias. Estes centros de competências devem contar com a participação de universidades e centros de investigação, de organizações de produtores, das próprias indústrias e dos prestadores de serviços. São um espaço de partilha e articulação de conhecimentos, capacidades, competências e recursos, centrado no desenvolvimento de uma agenda de investigação.

Tendo em consideração que foi criado o Centro de Competências do Pinheiro Manso e do Pinhão (em Alcácer do Sal), a presente ação visa a ligação do concelho de Carregal do Sal a este, constituindo-se como um dos parceiros e criando um polo descentralizado. Assim, seria possível valorizar o conhecimento e a experiência existente no concelho, em especial da APFPB, no que diz respeito à exploração do pinheiro manso e, paralelamente trazer o conhecimento científico produzido pelos parceiros da fileira para o tecido produtivo do concelho.

Este polo descentralizado poderá assumir como funções:

- Integração dos conhecimentos especializados e novos processos gerados no âmbito da rede de conhecimento constituída (AP16.1. Criação de uma rede de conhecimento para os setores vitivinícola e florestal), bem como de outros parceiros do Centro, no tecido produtivo local/regional;
- Planeamento e gestão de novas plantações, na qual assume importância os trabalhos de estudo sobre propriedades silvícolas e aplicações dos recursos (realizados através da AP15.1. Inventário Florestal);
- Prestação de consultoria nas várias vertentes do setor agroflorestal, incluindo a produção florestal, a produção industrial, a aplicação e utilização de produto;
- Implementação de ações de formação direcionadas para a fileira do pinheiro manso presente no concelho e em territórios limítrofes; entre outras (AP17.2).
- Desenvolvimento de programa de educação ambiental para a floresta tendo em vista a sensibilização dos jovens quer para a proteção deste recurso natural, como para o conhecimento das suas potencialidades económicas.

Associado a este polo poderá estar a criação de um programa / prémio investigação com aplicação prática na valorização da floresta, bem como a constituição de parcerias com centros de investigação aplicada e valorização de informação científica e prática, etc.

ENTIDADES ENVOLVIDAS

Promotor:

- Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão
- Câmara Municipal de Carregal do Sal

Parceiros:

- Centro de Competências do Pinheiro Manso e do Pinhão
- Entidades do SCT

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO									
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Legenda:			Arranque implementação	e		Manutenção e avaliação			
ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO									
Até 250.000€			250.000€ – 500.000€		500.000€ – 1.000.000€		Mais de 1.000.000€		
INDICADORES									
<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de parcerias entre empresas, universidades, centros de investigação ou outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional</li> </ul>									
BOAS PRÁTICAS									
<p><b>SERQ - CENTRO DE INOVAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA FLORESTA</b></p> <p>O SERQ - Centro de Inovação e Competências da Floresta, Associação é uma entidade privada sem fins lucrativos pertencente ao sistema nacional de ciência e tecnologia que tem como objetivo estratégico promover a competitividade do setor agro-florestal através da melhoria da qualidade das matérias-primas (e.g. madeira), desenvolvimento de novos produtos e soluções (e.g. bens e serviços transacionáveis) contribuindo para o aumento da competitividade externa das empresas do sector. A atuação do SERQ abrange toda a cadeia de valor desde a produção até à colocação do produto de base florestal no mercado. É ainda membro do Centro de Competências para o Pinheiro Bravo.</p> <p>Informação disponível em: <a href="http://tinyurl.com/h2ylyq3">http://tinyurl.com/h2ylyq3</a></p>									

AP17.2 | CAPACITAÇÃO E INFORMAÇÃO – FLORESTA DE PINHEIRO MANSO / CARREGAL DO SAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fortalecer a economia local através da diversificação das atividades económicas, da valorização dos recursos endógenos e da exploração de novas oportunidades ao longo da cadeia de valor do agroalimentar

DESCRIÇÃO

O sucesso da implementação da cultura do pinheiro manso depende do envolvimento de todos os proprietários e produtores florestais através da disseminação de informação técnica e de boas práticas que possam implementar nas próprias explorações. Como tal, a presente ação integra as seguintes tarefas:

1. Criar um “Manual de boas práticas florestais para o pinheiro manso” com informação sobre a instalação de povoamentos, mobilização de solo, destruição de vegetação espontânea, manutenção do pinhal, colheita e transporte (informação sobre os procedimentos legais - Regime jurídico da pinha de pinheiro-manso - Decreto-Lei n.º 77/2015, de 12 de maio,) principais pragas e doenças, etc.
2. Dinamizar ciclos regulares de ações de disseminação de informação e capacitação dos produtores florestais, para a promoção de boas práticas silvícolas com vista a assegurar a competitividade dos produtos com origem no concelho ao longo da cadeia de valor, bem como para a salvaguarda dos povoamentos de pinheiro manso e realce da possibilidade de uso múltiplo da floresta.

A implementação destas iniciativas deverá ficar a cargo da APFPB no âmbito das suas competências de dinamização do polo descentralizado do Centro de Competências do Pinheiro Manso e do Pinhão, e aproximando os produtores do conhecimento desenvolvido pelos parceiros.

ENTIDADES ENVOLVIDAS

Promotor:

- Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão
- ADICES
- Câmara Municipal de Carregal do Sal

Parceiros:

- Centro de Competências do Pinheiro Manso e do Pinhão
- Entidades do SCT

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

Legenda:  Arranque e implementação  Manutenção e avaliação

ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO

Até 250.000€

250.000€ – 500.000€

500.000€ – 1.000.000€

Mais de 1.000.000€

INDICADORES

- Número de materiais de divulgação criados
- Número de ações de formação e sensibilização direcionadas a produtores

## BOAS PRÁTICAS

### SEMINÁRIO ANUAL DA FILEIRA DA PINHA / PINHÃO, UNAC

Com o objetivo de promover a discussão sobre a fileira da pinha/pinhão a UNAC organiza o Seminário Anual, no qual são debatidos temas importantes para este setor como o Sistema de Informação da Pinha (SiP), as perspectivas para a campanha de pinha 2016/2017, a criação de agrupamentos ou organizações de produtores para a pinha e pinhão e as tendências do mercado.

Informação disponível em: <http://tinyurl.com/gpfj9a9>

## 5.2. ESTIMATIVA DE INVESTIMENTO E POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO

A tabela seguinte apresenta os intervalos de investimento previstos por projeto, sendo de salientar que se trata de uma estimativa que será necessário ir acompanhando, na medida em que as oportunidades de financiamento e parcerias estabelecidas poderão determinar mudanças significativas.

Tabela 20. Proposta de investimentos

Projeto	Intervalo de investimento (Estimativa)			
	< 250.000€	250.000€ - 500.000€	500.000€ - 1.000.000€	> 1.000.000€
P4   Programa municipal de ambiente				
P5   Programa integrado de mobilidade sustentável de Carregal do Sal				
P6   Programa municipal de eficiência energética				
P7   Programa de dinamização da rede de centros urbanos				
P8   Programa integrado de apoio à reabilitação urbana e patrimonial				
P15   Programa de inventariação e gestão florestal				
P16   Programa de conhecimento e inovação rural				
P17   Plataforma de conhecimento Pinheiro Manso				

Fonte: SPI, 2016

No que se refere a possíveis fontes de financiamento estas poderão ser variadas e alcançadas por via de oportunidades à escala regional, nacional ou internacional, dependendo das parcerias e níveis de intervenção preconizados. Na tabela seguinte apresentam-se as possibilidades de enquadramento em termos de financiamento e concretização das ações propostas.

Tabela 21. Fontes de financiamento possíveis para a concretização das ações propostas

PROJETOS ESTRUTURANTES		AÇÕES PRIORITÁRIAS		FONTES DE FINANCIAMENTO
P4	Programa municipal de ambiente	AP4.1.	Reestruturação das redes de infraestruturas básicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEDER, Regulamento SEUR, Gestão Eficiente do Ciclo Urbano da Água -PI 6.2. 6.2. Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos</li> </ul>
		AP4.2.	Requalificação e valorização de áreas sensíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEDER, Regulamento SEUR, PI 6.3 e PI 6.4, respetivamente “6.3. Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural” e “6.4. Proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes”</li> <li>Programa LIFE – Comissão Europeia</li> <li>FEADER, Medida 7. Agricultura e Recursos Naturais: Ação 7.3. Pagamentos Rede Natura</li> </ul>
		AP4.3.	Campanhas de sensibilização ambiental e gestão eficiente dos recursos - Carregal + sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEDER, Regulamento SEUR, 6.1. Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos</li> </ul>
P5	Programa integrado de mobilidade sustentável de Carregal do Sal	AP5.1.	Qualificação da rede viária municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Financiamento próprio</li> </ul>
		AP5.2.	Promoção da intermodalidade e mobilidade sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEDER, Regulamento SEUR, PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação</li> <li>NOTA: integrados no PAMUS desenvolvido à escala intermunicipal</li> <li>Programas europeus como os INTERREG, entre outros, desde que numa lógica de parceria com outros estados membro</li> </ul>
P6	Programa municipal de eficiência energética	AP6.1.	Adesão ao “Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia”	<ul style="list-style-type: none"> <li>Financiamento próprio</li> </ul>
		AP6.2.	Melhoria da eficiência energética em edifícios e espaços públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEDER, Regulamento SEUR, PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação</li> </ul>
		AP6.3.	Campanha de sensibilização para a gestão eficiente da energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEDER e FC, Regulamento SEUR, PI 4.1. Promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis, PI 4.2. Promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas e PI 4.3. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à</li> </ul>

				utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no <u>setor da habitação</u>
P7	Programa de dinamização da rede de centros urbanos	AP7.1.	Gestão e dinamização da rede de equipamentos públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEDER e FSE, Regulamento CI, Sistema de apoio à modernização e capacitação da Administração Pública, PI 11.1. Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem e PI 11.2. Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local</li> <li>FEDER, Regulamento ISE, PO Regional, PI 9.7. Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária</li> </ul>
		AP7.2.	Centros Vivos de Carregal do Sal	<ul style="list-style-type: none"> <li>Financiamento próprio</li> <li>Medidas específicas, por exemplo Comércio Investe</li> </ul>
P8	Programa integrado de apoio à reabilitação urbana e patrimonial	AP8.1	Iniciativa municipal de apoio integrado à reabilitação urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>Financiamento próprio</li> <li>FEDER, Regulamento SEUR, PO Regional, PI 6.5 6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído</li> <li>FEDER, RESEUR, PO Regional, PI 6.3, respetivamente "6.3. Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural"</li> </ul>
		AP8.2	Inventariação e valorização do património arquitetónico do concelho	
P15	Programa de inventariação e gestão florestal	AP15.1	Inventário florestal	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER, Medida 2. Conhecimento, Ação 2.1. Capacitação e Divulgação</li> </ul>
		AP15.2	Certificação da Gestão Florestal Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER, <a href="http://www.pdr-2020.pt/site/O-PDR2020/Arquitetura">http://www.pdr-2020.pt/site/O-PDR2020/Arquitetura</a> - 154 Medida 8. Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais: Operação 8.1.5. Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas e Operação 8.1.6. Melhoria do Valor Económico das Florestas</li> </ul>
P16	Programa de conhecimento e inovação rural	AP16.1	Rede de conhecimento para os setores vitivinícola e florestal	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER, Medida 1. Inovação, Ação 1.1. Grupos Operacionais</li> <li>FEADER, Medida 2. Conhecimento, Ação 2.2. Aconselhamento: Operação 2.2.1. Apoio ao Fornecimento de Serviços do Aconselhamento Agrícola e Florestal e Operação 2.2.2. Apoio à Criação de Serviços de Aconselhamento</li> </ul>
		AP16.2	Programa de inovação e criatividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER, Medida 3. Valorização da Produção Agrícola</li> <li>FEADER, Medida 4. Valorização dos Recursos Florestais</li> <li>FEADER, medidas GAL, ADICES</li> </ul>



				<ul style="list-style-type: none"> <li>FSE, Regulamento ISE, PI 8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras e FEDER, POISE, PI 8.8. Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas</li> </ul>
		AP16.3	Ações de formação e sensibilização direcionadas a produtores	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER, Medida 2. Conhecimento, Ação 2.1. Capacitação e Divulgação: Operação 2.1.1. Ações de Formação; Operação 2.1.2. Atividades de Demonstração; Operação 2.1.3. Intercâmbios de Curta Duração e Visitas a Explorações Agrícolas e Florestais e Operação 2.1.4. Ações de Informação</li> </ul>
P17	Plataforma de conhecimento Pinheiro Manso	AP17.1	Polo descentralizado do Centro de Competências do Pinheiro Manso e Pinhão	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER, Medida 1. Inovação, Ação 1.1. Grupos Operacionais</li> <li>FEADER, Medida 2. Conhecimento, Ação 2.1. Capacitação e Divulgação: Operação 2.1.2. Atividades de Demonstração;</li> <li>FEADER, Medida 2. Conhecimento, Ação 2.2. Aconselhamento: Operação 2.2.1. Apoio ao Fornecimento de Serviços do Aconselhamento Agrícola e Florestal; Operação 2.2.2. Apoio à Criação de Serviços de Aconselhamento</li> </ul>
		AP17.2	Capacitação e informação – Floresta de Pinheiro Manso / Carregal do Sal	<ul style="list-style-type: none"> <li>FEADER, Medida 2. Conhecimento, Ação 2.1. Capacitação e Divulgação: Operação 2.1.1. Ações de Formação; Operação 2.1.2. Atividades de Demonstração; Operação 2.1.3. Intercâmbios de Curta Duração e Visitas a Explorações Agrícolas e Florestais e Operação 2.1.4. Ações de Informação</li> <li>FEADER, Medida 2. Conhecimento, Ação 2.2. Aconselhamento: Operação 2.2.1. Apoio ao Fornecimento de Serviços do Aconselhamento Agrícola e Florestal; Operação 2.2.2. Apoio à Criação de Serviços de Aconselhamento</li> <li>FEADER, Medida 8. Proteção e Reabilitação de Povoamentos Florestais: Operação 8.1.2. Instalação de Sistemas Agroflorestais</li> </ul>

Fonte: SPI, 2016

### 5.3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Tendo por base os projetos no domínio temática Sustentabilidade e Ambiente é apresentado o cronograma indicativa de implementação, a adequar ao esforço anual da autarquia e aos calendários de avisos dos fundos comunitários.

Tabela 22. Cronograma do Plano Setorial de Sustentabilidade e Ambiente

PROJETOS ESTRUTURANTES		AÇÕES PRIORITÁRIAS		CRONOGRAMA												
				2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025			
P4	Programa municipal de ambiente	AP4.1.	Reestruturação das redes de infraestruturas básicas													
		AP4.2.	Requalificação e valorização de áreas sensíveis													
		AP4.3.	Campanhas de sensibilização ambiental e gestão eficiente dos recursos - Carregal + sustentável													
P5	Programa integrado de mobilidade sustentável de Carregal do Sal	AP5.1.	Qualificação da rede viária municipal													
		AP5.2.	Promoção da intermodalidade e mobilidade sustentável													
P6	Programa municipal de eficiência energética	AP6.1.	Adesão ao "Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia"													
		AP6.2.	Melhoria da eficiência energética em edifícios e espaços públicos													
		AP6.3.	Campanha de sensibilização para a gestão eficiente da energia													
P7	Programa de dinamização da rede de centros urbanos	AP7.1.	Gestão e dinamização da rede de equipamentos públicos													
		AP7.2.	Centros Vivos de Carregal do Sal													
P8	Programa integrado de apoio à reabilitação urbana e patrimonial	AP8.1	Iniciativa municipal de apoio integrado à reabilitação urbana													
		AP8.2	Inventariação e valorização do património arquitetónico do concelho													
P15	Programa de inventariação e gestão florestal	AP15.1	Inventário florestal													
		AP15.2	Certificação da Gestão Florestal Sustentável													
P16	Programa de conhecimento e inovação rural	AP16.1	Rede de conhecimento para os setores vitivinícola e florestal													
		AP16.2	Programa de inovação e criatividade													
		AP16.3	Ações de formação e sensibilização direcionadas a produtores													
P17	Plataforma de conhecimento do Pinheiro Manso	AP17.1	Polo descentralizado Centro de Competências Pinheiro Manso e Pinhão													
		AP17.2	Capacitação e informação – Floresta de Pinheiro Manso / Carregal do Sal													

#### 5.4. CONDICIONANTES A TER EM CONSIDERAÇÃO

Da concretização de uma carteira de projetos depende o desenvolvimento económico, social e territorial do concelho, sustentado numa cultura colaborativa e de cooperação para a inovação e o desenvolvimento. No entanto, é fundamental não esquecer que o sucesso deste Plano não depende exclusivamente dos esforços da Câmara Municipal, mas também do envolvimento de múltiplos agentes e da concretização de diversas outras iniciativas. São fatores determinantes para o concelho, a este nível, os seguintes:

- A capacidade de criar redes de cooperação com entidades do SCTN e com o tecido empresarial, construindo parcerias público-privadas que sustentem a implementação dos projetos
- A cooperação com os concelhos vizinhos, em especial os de Viseu Dão Lafões e do Planalto Beirão, na implementação e gestão da carteira de projetos, nomeadamente no que se refere ao ambiente e especialização económica
- Adequação das redes de equipamentos e serviços públicos às reais necessidades da população atual e potencial, só possível através de políticas centrais que respeitam as especificidades regionais e promovam a colmatação das suas fragilidades
- Dinâmica associativa e comunitária, nomeadamente através do reforço da massa crítica e mobilização dos agentes de desenvolvimento, capaz de captar e mobilizar parceiros públicos e privados para a criação de valor no concelho

## 6. MODELO DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Este capítulo corresponde à identificação das entidades locais, regionais e nacionais com as quais se considera relevante o estabelecimento de parcerias para a implementação da carteira de projetos estruturantes para Carregal do Sal no período 2016-2025. Assim, não se autonomiza aqui uma abordagem setorial, apresentada na proposta de projetos, mas sim uma abordagem integrada de desenvolvimento concelhio.

Com base no exposto é de seguida apresentada uma listagem de entidades que devem figurar como principais parceiros da Câmara Municipal de Carregal do Sal na execução dos projetos estruturantes / ações prioritárias.

Tabela 23. Entidades locais, regionais e nacionais com relevância para a implementação dos projetos

Entidades Locais	Entidades Supramunicipais
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Câmara Municipal de Carregal do Sal</li> <li>● Agrupamento de escolas</li> <li>● Associação de Produtores Florestais do Planalto Beirão</li> <li>● Associações culturais e desportivas</li> <li>● Biblioteca Municipal</li> <li>● Cooperativa agrícola de Carregal do Sal</li> <li>● Empresas</li> <li>● Fundação Aristides de Sousa Mendes</li> <li>● IPSS</li> <li>● Museu Municipal Soares de Albergaria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● ADICES</li> <li>● Agência Portuguesa do Ambiente</li> <li>● ARS Centro</li> <li>● Associação de Municípios do Planalto Beirão</li> <li>● Associação Portuguesa de Educação Ambiental</li> <li>● Centro de Competências do Pinheiro Manso e do Pinhão</li> <li>● Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões</li> <li>● Confederação Nacional da Agricultura</li> <li>● Cooperativas vitivinícolas da região do Dão</li> <li>● IEFP</li> <li>● Infraestruturas de Portugal</li> <li>● Instituições do Sistema Científico e Tecnológico</li> <li>● Instituto de Conservação da Natureza e Floresta</li> <li>● Operadores de transportes públicos de passageiros</li> <li>● Solo Vivo</li> </ul>

Fonte: SPI, 2016

Tendo em conta que a implementação do Plano Estratégico de Carregal do Sal decorrerá de um trabalho conjunto entre várias entidades, sendo da responsabilidade tanto dos agentes públicos como dos privados e considerando a multiplicidade de modelos de aplicação e gestão dos FEEI, a existência de estruturas dedicadas permitirá enquadrar a articulação entre os diversos agentes de uma forma coordenada e orientada para a implementação da estratégia deste município.

Neste contexto, são definidos mecanismos de cooperação institucional e comunicação que permitam o acompanhamento das dinâmicas económicas e sociais e a monitorização das metas estabelecidas que têm por base os seguintes pressupostos:

- A Estratégia Municipal não deverá ser estática, devendo prever mecanismos que permitam o acompanhamento das dinâmicas de desenvolvimento local, bem como a monitorização constante das estratégias e indicadores assumidos por parte de todos os agentes de desenvolvimento do município.
- A implementação da Estratégia deve acontecer de forma integrada, demonstrando a complementaridade entre investimentos públicos e privados para o alcance das metas e objetivos definidos, ou seja, a estratégia deverá ser a base para projetos promovidos por entidades públicas do concelho e por empresas que deverão e, terão daí vantagens, alinhar os seus investimentos com o potencial existente no concelho de Carregal do Sal. Pretende-se garantir ex-ante as condições de execução dos projetos e demonstrar o seu impacto integrado no concelho.
- A implementação da Estratégia deverá ser acompanhada por um processo objetivo e expedito de avaliação do seu sucesso, que permita, de uma forma ágil e em tempo útil, detetar pontos críticos na implementação da mesma e introduzir as necessárias medidas corretivas. Para tal, sugere-se especial atenção para a bateria de indicadores e para a verificação da possibilidade de obtenção de dados, com a possibilidade de alteração de indicadores para outros mais fáceis de monitorizar localmente.

O sucesso da estrutura de gestão e acompanhamento do Plano Estratégico pressupõe:

- Uma equipa de pequena dimensão, composta por profissionais a trabalhar a tempo inteiro, capaz de envolver representantes de forças vivas e de os mobilizar constantemente para a implementação, monitorização e melhoria do Plano Estratégico.
- A liderança da Câmara Municipal, só possível com fortes parcerias internas e externas, públicas e privadas, na concretização de iniciativas e angariação dos meios necessários ao sucesso do Plano Estratégico.
- A implementação de rotinas de controlo, monitorização e evolução articulada, individual, sectorial e agregada do Plano Estratégico, com atualizações periódicas (semestrais) do progresso efetuado e correção de eventuais desvios.
- A mobilização de toda a comunidade para o Plano Estratégico, mantendo-a envolvida e com vontade de participar ativamente na sua concretização.

A Câmara Municipal de Carregal do Sal deve prever também a existência de um **Núcleo de Implementação** com todos os responsáveis pela concretização de projetos e de um **Observatório de Desenvolvimento do Concelho de Carregal do Sal** que tem como principal objetivo a eficácia e a boa implementação do Plano Estratégico para o período 2016-2025, promovendo a cooperação institucional e a comunicação entre todos os atores.

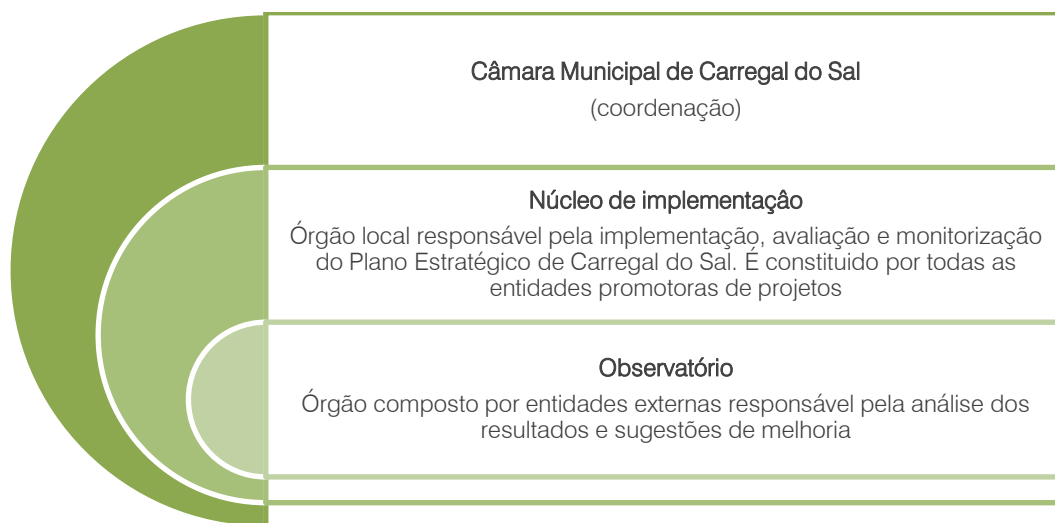


Figura 16. Modelo de estrutura de gestão e acompanhamento do Plano Estratégico

Fonte: SPI, 2016

Para garantir a cooperação e comunicação institucional sugere-se a realização das seguintes etapas:

- **Reuniões semestrais do Núcleo de Implementação.** Estas reuniões têm como objetivo garantir a execução dos projetos temáticos que fazem parte do Plano Estratégico de Carregal do Sal. Devem ser reunidos todos os potenciais promotores de projetos e representantes de associações dos setores.
- **Elaboração de relatórios anuais de implementação.** Com uma periodicidade anual, devem ser elaborados relatórios de acompanhamento e de execução do Plano Estratégico de Carregal do Sal pela Câmara Municipal de Carregal do Sal, com a participação dos membros do Núcleo de Implementação.
- **Reuniões anuais de balanço e acompanhamento.** Com o objetivo de monitorizar e introduzir melhorias, as entidades que constituem o Observatório deverão reunir anualmente. Nestas reuniões sugere-se a apresentação dos relatórios anuais de implementação.

## 7. METAS DE SUCESSO NO HORIZONTE 2025

O processo de avaliação/monitorização do Plano Estratégico é fundamental para garantir a existência de informação regular sobre os resultados alcançados com a implementação dos projetos e assim aferir a necessidade de melhoria ou reflexão sobre a trajetória de desenvolvimento do concelho. Neste sentido, torna-se necessário definir uma bateria de indicadores que permita essa avaliação e que deverá ser alvo de monitorização periódica.

As metas de sucesso para o Plano Estratégico de Carregal do Sal foram definidas de acordo com os indicadores estabelecidos à escala europeia e nacional, com o devido enquadramento nas metas da Europa 2020 e a sua adaptação à realidade local, conforme se apresenta na Tabela 24.

Tabela 24. Quadro de referência das metas europeias e nacionais no horizonte 2020 e situação atual de Carregal do Sal

Indicadores	Temática	União Europeia	Situação atual	Portugal	Situação atual	Carregal do Sal
		Metas		Metas		Situação atual
Emprego	Taxa de emprego	75% da população entre os 20 e os 64 anos deverá estar empregada	69,2% (2014)	Nível de 75%	67,6% (2014)	40,3% (2011)
I&D/ Inovação	I&D em % do PIB	3% do PIB da UE (público e privado) deverá ser investido em I e I&D	2,03% (2013)	2,7% a 3,3% Meta 3%	1,9% (2013)	0,5% (2012)
Mudanças climáticas/ energia	Metas de redução das emissões de CO2	Diminuição de 20% dos GEE em relação a valores de 1990	80,2 (2013)	+1,0% (variação % em emissões não CELE)	109,7 (2013)	n.d.
	Energias renováveis	20% da energia proveniente de fontes renováveis	15% (2013)	31%	27% (2014)	n.d.
	Eficiência energética (redução do consumo de energia em Mtep)	Aumento de 20 % da eficiência energética, equivalente a 368 Mtep	1566,5 Mtep (2013)	Aumento de 20 % - Redução de 6	20,7 Mtep (2014)	n.d.
Educação	Abandono escolar precoce (%)	Redução para 10%	10,9% (2015)	Nível de 10%	14,4% (2015)	0,6% (2011)
	Ensino superior	Pelo menos 40% da população entre os 30-34 anos deverá ter concluído o ensino superior ou equiparado	38,5% (2015)	40%	31,3% (2015)	15,3% (2011)
Redução da pobreza e exclusão social	Redução da população em risco de pobreza e exclusão social	Menos 20 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social	44792 milhares (em 2014)	Menos 200.000 pessoas	997 milhares (2015)	43% (2014)

Tendo como referência o quadro anterior e atendendo às especificidades locais do concelho de Carregal do Sal, foi definido um conjunto de **indicadores orientados para as prioridades da estratégia** para o município no horizonte 2016-2025.

Tabela 25. Indicadores de sucesso, por projeto estruturante, do Plano Setorial de Sustentabilidade e Ambiente

<p><b>P4   Programa municipal de ambiente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais</li> <li>● Superfície do território de Sítios de Importância Comunitária (SIC – RN2000) abrangida por cartografia de valores naturais protegidos</li> <li>● Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação</li> <li>● Número de ações de sensibilização realizadas</li> <li>● Número de guias/materiais de apoio desenvolvidos</li> </ul>
<p><b>P5   Programa integrado de mobilidade sustentável de Carregal do Sal</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Extensão de estradas criadas/reabilitadas</li> <li>● Número de utilizadores de transportes públicos (autocarro e comboio)</li> <li>● Número de ações de sensibilização realizadas</li> <li>● Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa</li> </ul>
<p><b>P6   Programa municipal de eficiência energética</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aprovação do Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima</li> <li>● Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos</li> <li>● Número de ações de sensibilização realizadas</li> <li>● Número de materiais de divulgação criados (newsletter, manual, etc.)</li> <li>● Redução anual do consumo de energia primária no concelho</li> </ul>
<p><b>P7   Programa de dinamização da rede de centros urbanos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Equipamentos sociais e de saúde apoiados/reabilitados</li> <li>● População com acesso facilitado aos serviços públicos básicos</li> <li>● Estabelecimentos de comércio e serviços em funcionamento nas freguesias</li> <li>● Cobertura da rede wifi</li> </ul>
<p><b>P8   Programa integrado de apoio à reabilitação urbana e patrimonial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● M<sup>2</sup> de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas</li> <li>● Número de habitações reabilitadas em áreas urbanas</li> <li>● Número de ações de sensibilização realizadas</li> <li>● Recursos patrimoniais inventariados</li> <li>● Aumento do número de visitantes</li> </ul>



**P15 | Programa de inventariação e gestão florestal**

- Área com cadastro da propriedade rústica
- Área de floresta certificada
- Número de materiais de divulgação criados

**P16 | Programa de conhecimento e inovação rural**

- Número de parcerias entre empresas, universidades, centros de investigação ou outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
- Número de prémios de inovação atribuídos
- Número de eventos realizados
- Número de ações de formação e sensibilização direcionadas a produtores

**P17 | Plataforma de conhecimento Pinheiro Manso**

- Número de parcerias entre empresas, universidades, centros de investigação ou outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
- Número de materiais de divulgação criados
- Número de ações de formação e sensibilização direcionadas a produtores

Fonte: SPI, 206

## 8. ANEXO

- Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional – potenciais parceiros com oferta de ensino superior e investigação relacionada com a área de especialização do setor agroflorestal

SETOR AGROFLORESTAL				
Entidade	Curso Técnico Superior Profissional (CTSP)	Oferta		
		Licenciatura	Mestrado	Pós Graduação /Doutoramento
<b>Universidade do Algarve:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT).</li> </ul> <a href="http://www.ualg.pt/pt/cursos/licenciatura">www.ualg.pt/pt/cursos/licenciatura</a>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Agronomia (FCT);</li> <li>Engenharia do Ambiente (FCT).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenharia do Ambiente (FCT);</li> <li>Gestão Sustentável de Espaços Rurais (FCT);</li> <li>Hortofruticultura (FCT).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Doutoramento em Ciências Agrárias e Ambientais (FCT);</li> </ul>
<b>Instituto Politécnico do Porto:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP).</li> </ul> <a href="http://www.ipp.pt/ensino/cursos/licenciatura/esht">www.ipp.pt/ensino/cursos/licenciatura/esht</a>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Biorrecursos (ISEP).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li></li> </ul>	
<b>Instituto Politécnico de Coimbra:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC).</li> </ul> <a href="http://portal.ipc.pt/portal/portal/cursos/Licenciatura.s;jsessionid=64D4B568961C17A17F9B7D92F6C4D745">http://portal.ipc.pt/portal/portal/cursos/Licenciatura.s;jsessionid=64D4B568961C17A17F9B7D92F6C4D745</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Defesa da Floresta (ESAC);</li> <li>Produção Agrícola Biológica (ESAC);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agricultura Biológica (ESAC);</li> <li>Biodiversidade e Conservação da Natureza (ESAC);</li> <li>Ciências Florestais e Recursos Naturais (ESAC);</li> <li>Engenharia Agropecuária (ESAC).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agricultura Biológica (ESAC);</li> <li>Agropecuária (ESAC);</li> <li>Gestão de Empresas Agrícolas (ESAC);</li> <li>Recursos Florestais (ESAC).</li> </ul>	
<b>Universidade de Aveiro (UA):</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Departamento do Ambiente e Ordenamento (DAO).</li> </ul> <a href="http://www.ua.pt/ensino/PageCourses.aspx?g=2">www.ua.pt/ensino/PageCourses.aspx?g=2</a>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenharia do Ambiente (DAO).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenharia do Ambiente (DAO).</li> </ul>	
<b>Universidade dos Açores</b> <a href="http://novoportals.uac.pt/pt-pt/ensino-licenciaturas">http://novoportals.uac.pt/pt-pt/ensino-licenciaturas</a>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agropecuária;</li> <li>Agroindústrias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ciências Agrárias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenharia Agronómica;</li> <li>Gestão e Conservação da Natureza.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Doutoramento em Ciências Agrárias.</li> </ul>

<p><b>Universidade de Évora:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escola de Ciências e Tecnologia (ECT);</li> <li>• Instituto de Investigação e Formação Avançada (IIFA).</li> </ul> <p><a href="http://www.oferta.uevora.pt/">www.oferta.uevora.pt/</a></p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agronomia (ECT).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia Agronómica (ECT);</li> <li>• Engenharia Florestal: Sistemas Mediterrânicos (ECT);</li> <li>• Gestão e Conservação de Recursos Naturais (ECT);</li> <li>• Viticultura e Enologia (ECT).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutoramento em Ciências Agrárias e Ambientais (IIFA);</li> <li>• Pós-Graduação em Nutrição Vegetal, Fertilidade do Solo e Fertilização das Culturas (ECT).</li> </ul>
<p><b>Universidade de Coimbra:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT).</li> </ul> <p><a href="https://apps.uc.pt/courses/pt/index?designacao=&amp;uno_sigla=&amp;cic_tipo=PRIMEIRO&amp;submitform=Pequisar#courses_list">https://apps.uc.pt/courses/pt/index?designacao=&amp;uno_sigla=&amp;cic_tipo=PRIMEIRO&amp;submitform=Pequisar#courses_list</a></p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia do Ambiente (FCT).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia do Ambiente (FCT).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutoramento em Engenharia do Ambiente (FCT).</li> </ul>
<p><b>Universidade do Porto:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Faculdade de Engenharia (FEUP);</li> <li>• Faculdade de Ciências (FCUP).</li> </ul> <p><a href="https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base gera pagina? p_pagina=licenciaturas-e-mestrados-integrados">https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base gera pagina? p_pagina=licenciaturas-e-mestrados-integrados</a></p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia do Ambiente (FEUP);</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia do Ambiente (FEUP);</li> <li>• Ciências e Tecnologia do Ambiente (FCUP);</li> <li>• Engenharia Agronómica (FCUP);</li> <li>• Viticultura e Enologia (FCUP).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutoramento em Ciências Agrárias (FEUP);</li> <li>• Doutoramento em Engenharia do Ambiente (FEUP).</li> </ul>
<p><b>Universidade de Lisboa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituto Superior de Agronomia (ISA).</li> </ul> <p><a href="https://www.ulisboa.pt/home-page/estudar/cursos/licenciaturas/">https://www.ulisboa.pt/home-page/estudar/cursos/licenciaturas/</a></p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia Agronómica (ISA);</li> <li>• Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais (ISA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia Agronómica (ISA);</li> <li>• Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais (ISA);</li> <li>• Gestão e Conservação de Recursos Naturais (ISA);</li> <li>• Viticultura e Enologia (ISA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutoramento em Engenharia Agronómica (ISA);</li> <li>• Doutoramento em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais (ISA).</li> </ul>
<p><b>Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Departamento de Biologia e Ambiente</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ciências do Ambiente (DBA);</li> <li>• Engenharia Agronómica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia Agronómica (DA);</li> <li>• Engenharia do Ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutoramento em Ciências Agronómicas e Florestais (CAV; DA;</li> </ul>

<p>(DBA);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Departamento de Agronomia (DA);</li> <li>• Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagística (DCFAP);</li> <li>• Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias (CAV).</li> </ul> <p><a href="http://www.utad.pt/vPT/Area2/estudar/oferta_educativa/Paginas/listagem_cursos_ciclos.aspx">www.utad.pt/vPT/Area2/estudar/oferta_educativa/Paginas/listagem_cursos_ciclos.aspx</a></p>		<p>(DA);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia Florestal (DCFAP);</li> <li>• Enologia (DBA).</li> </ul>	<p>(DBA);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia Florestal (DCFAP);</li> <li>• Enologia e Viticultura (CAV);</li> <li>• Gestão dos Recursos Naturais (DBA).</li> </ul>	DCFAP);
<p><b>Instituto Politécnico de Beja:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escola Superior Agrária (ESA).</li> </ul> <p><a href="http://www.ipbeja.pt/cursos/Paginas/Licenciaturas1oCicloBolonha.aspx">www.ipbeja.pt/cursos/Paginas/Licenciaturas1oCicloBolonha.aspx</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Viticultura e Enologia (ESA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agronomia (ESA);</li> <li>• Engenharia do Ambiente (ESA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agronomia (ESA);</li> <li>• Engenharia do Ambiente (ESA).</li> </ul>	
<p><b>Instituto Politécnico de Bragança:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escola Superior Agrária de Bragança (ESA).</li> </ul> <p><a href="http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/portalcandidato/licenciaturas">http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/portalcandidato/licenciaturas</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão Agrícola;</li> <li>• Produção Agrícola;</li> <li>• Viticultura e Enologia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia Agrónómica (ESA);</li> <li>• Engenharia do Ambiente (ESA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agroecologia (ESA);</li> <li>• Gestão de Recursos Florestais (ESA).</li> </ul>	
<p><b>Instituto Politécnico de Portalegre:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escola Superior Agrária de Elvas (ESAE).</li> </ul> <p><a href="http://www.ipportalegre.pt/pt/oferta-formativa/">www.ipportalegre.pt/pt/oferta-formativa/</a></p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agronomia (ESAE).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura Sustentável (ESAE).</li> </ul>	
<p><b>Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escola Superior Agrária (ESA).</li> </ul> <p><a href="http://www.ipvc.pt/ctesp">www.ipvc.pt/ctesp</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fruticultura, Viticultura e Enologia (ESA);</li> <li>• Gestão de Empresas Agrícolas (ESA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agronomia (ESA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura Biológica (ESA);</li> <li>• Biotecnologia Agroambiental (ESA);</li> <li>• Engenharia Agrónómica (ESA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pós-Graduação em Marketing de Vinhos (ESA).</li> </ul>
<p><b>Instituto Politécnico de Viseu:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escola Superior Agrária (ESA).</li> </ul> <p><a href="http://www.ipv.pt/manual/index.html">www.ipv.pt/manual/index.html</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura Biológica (ESA);</li> <li>• Viticultura e Enologia (ESA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia Agrónómica-Ramo Fitotecnia (ESA);</li> <li>• Engenharia Agrónómica-Ramo Viticultura e Enologia (ESA).</li> </ul>		



Apoio técnico:

